NO TEMPO
d'ANTES
os 121 anos que Tatuí esqueceu
Marcel Defensor

Marcel Defensor

NO TEMPO d'ANTES

os 121 anos que Tatuí esqueceu

Copyright © Marcel Defensor, 2026

Esta versão digital gratuita pode ser baixada, compartilhada e impressa livremente pelo leitor, para fins próprios ou educativos.
Os textos e mapas elaborados pelo autor do livro podem ser utilizados, desde que citada a obra como fonte e atribuídos os devidos créditos.
Aos proprietários das figuras utilizadas nesta obra pertencem seus respectivos direitos.
É vedada a utilização para fins comerciais sem autorização prévia do autor.
Todos os direitos desta obra permanecem reservados.

Capa, imagem de capa, mapas, pesquisa iconográfica, preparação e revisão, projeto gráfico e diagramação: Marcel Defensor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Defensor, Marcel
No tempo d'antes [livro eletrônico]: os 121 anos que Tatuí esqueceu / Marcel Defensor. -- Tatuí, SP: Ed. do Autor, 2026.
PDF
ISBN 978-65-01-98538-1
1. Bandeirantes - Brasil 2. Carmelitas 3. Escravidão - Brasil 4. História do Brasil 5. Tatuí (SP) - História 6. Tropeiros - Brasil - História I. Título.
26-343216.0 CDD-981

Índices para catálogo sistemático:
1. História do Brasil 981
Camila Aparecida Rodrigues - Bibliotecária CRB - SP-010133/O

Internet Archive: https://archive.org/details/no-tempo-dantes-os-121-anos-que-tatui-esqueceu

Facebook: https://www.facebook.com/profile.php?id=61583775486770

Instagram: https://www.instagram.com/notempodantestatui/

Tik Tok: https://www.tiktok.com/@notempodantestatui

Contato com o autor: historiadequadra@gmail.com

Em memória dos que vieram antes, sem os quais este livro não seria nada:

Bernadete de Lourdes Holtz Ribeiro (1962-2018)

Genealogista, proprietária do site HoltzGen

Carlos de Almeida Prado Bacellar (1959-2026)

Ex-Coordenador do Arquivo do Estado de S. Paulo e especialista em Demografia Histórica

Fernando Antônio Batista de Almeida (1952-2021)

Historiador de Cesário Lange

Júlio Manoel Domingues (1935-2020)

Historiador de Porangaba

E, quando podemos ter a honra, prestamos o reconhecimento em vida:

Sílvio Vieira de Andrade Filho

Historiador de Guareí

Sumário

O MOTIVO DESTA OBRA EXISTIR 7

INTRODUÇÃO - A PRÉ-HISTÓRIA DE TATUÍ 13

Cap. I - AS SESMARIAS DE CRIAÇÃO DE GADO EM TATUÍ (1709 a 1803) 19

Cap. II - AS SESMARIAS DOS TROPEIROS (1747 a 1784)..... 29

Cap. III - OS PRIMEIROS AGRICULTORES DE TATUÍ (1803 a 1818) 39

Cap. IV - AS SESMARIAS E O CRESCIMENTO DE TATUÍ (1819 a 1821)..... 46

Cap. V - A HISTÓRIA CONTURBADA DA CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE TATUÍ (1820 a 1822) 61

Cap. VI - COMO ERA A SOCIEDADE TATUIANA (1822) 77

Cap. VII - DA INSTALAÇÃO DA FREGUESIA DE TATUÍ A CRIAÇÃO DO ROCIO (1822 a 1826) 85

Cap. VIII - TATUÍ AO FINAL DA DÉCADA (1827 a 1830) 95

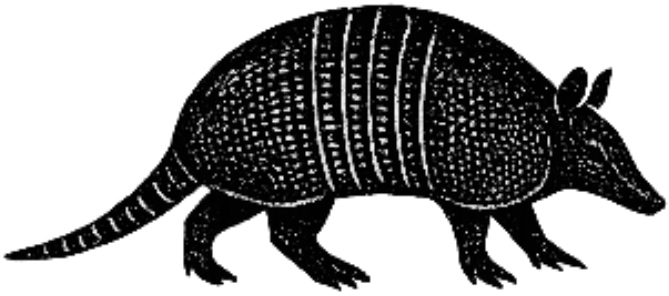
A HISTÓRIA DA HISTÓRIA DE TATUÍ 111

CRONOLOGIA DOS 121 ANOS QUE TATUÍ ESQUECEU 140

BIBLIOGRAFIA, IMAGENS E DEMAIS FONTES 152

AGRADECIMENTOS..... 164

SOBRE O AUTOR..... 165



O MOTIVO DESTA OBRA EXISTIR

Este livro começou com um foco aparentemente pequeno, a colonização do município de Quadra, vizinho a Tatuí, onde morei por 20 anos e iniciei minha vida.

Fui despertado para o assunto certa noite em 2007, quando passava o tempo na biblioteca da faculdade que cursava. Enquanto folheava despretensiosamente um livro sobre a história de Itapetininga, encontrei citações de concessões de terras do início de 1800 em bairros próximos à minha casa, para pessoas com os mesmos sobrenomes dos meus vizinhos.

Como o que se sabia era que Quadra tinha sido fundada por volta de 1875, comecei a me perguntar o que havia se passado durante o período deste vácuo de informação. Porém, não havia nada à mão que fornecesse o mínimo de pistas. Resolvi colocar em prática o que escutei de minha professora de filosofia em meu primeiro dia de aula na faculdade: ela nos alertou para *"sempre tentarmos encontrar a verdade por nós mesmos"*.

Tomei para mim a tarefa de pesquisar vorazmente por novas fontes de documentos que confirmassem o que se conhecia ou que abrissem portas para seja lá o que fosse encontrado. Seria como reaprender a pensar. Seria muito diferente de simplesmente ler e acreditar como verdade pura o que foi repetido por anos a fio.

Busquei a história oral das famílias da região, entrevistando seus moradores mais antigos – que me contavam com entusiasmo sobre *"o tempo d'antes"*. Estudei a migração de seus antepassados e árvores genealógicas gigantescas. Conheci os principais historiadores de nossa região. Visitei o Arquivo do Estado de S. Paulo e os arquivos da Igreja Católica na Cúria Metropolitana de S. Paulo. Montei um *blog*, onde postava informações à medida que eu as processava. E então... por vários motivos desanimei e parei com tudo.

Alguns anos depois, eu, que nasci e vim de fora, descobri as raízes dos meus ancestrais na antiga Tatuí, em Cesário Lange e Pereiras. Agora eu possuía uma ligação de sangue, não era apenas a curiosidade de me aprofundar no que se conhecia sobre a cidade e as famílias que me acolheram. Se tratava de estudar as minhas origens que eu próprio desconhecia.

E assim como Cesário Lange, Pereiras e Quadra eram Tatuí, por fim eu entendi que se eu não estudasse os municípios vizinhos, minha pesquisa seria falha e incompleta. O foco se tornou estudar a *"Grande Mãe Tatuí"*, com um desafio bem maior, pois além de sua história ter buracos no seu tempo e espaço, teria que entender o motivo de algumas partes não fazerem sentido.

Tratei de me qualificar melhor, abandonei o amadorismo. O *hobby* se tornou trabalho não remunerado. Aceitei que para concluir levaria muitos e muitos anos.

Porém, como se aproximava cada vez mais o aniversário de 200 anos, se tornou conveniente antecipar a divulgação do que foi

encontrado. Compilei uma parte do que pesquisei da forma mais reduzida possível. Tentei escrever da forma mais palatável para quem não está acostumado a ler sobre o tema.

Infelizmente alguns enxergam a História pelo que ela não pode ser: um amontoado de datas específicas sobre pessoas desconhecidas que, supostamente, foram *"importantes"*. Ou ainda como se fosse um catálogo de onde se escolhem nomes para ruas e rodovias. Uma prateleira de pessoas inatingíveis, exemplos de perfeição. Gente que fez coisas tão supremas que não somos capazes de entender, somente de aceitar.

"O que era um 'bandeirante'? O que é uma 'sesmaria'? O que fazia um 'tropeiro'? Não existia gente pobre?" Se não existe explicação, então tanto faz. Tudo o que é decorado e não é entendido não traz substância nenhuma.

Que saiam os clichês, os heróis, os santos e os demônios, assim como a luta do bem contra o mal. Entra o ser humano e os seus atos, de forma que possa ser entendido por quem tem pontos de vistas diferentes. Afinal, a sociedade é formada por pessoas diferentes, seus interesses coletivos e particulares como eles são, da forma mais crua possível, como sempre moveu o mundo.

O que não mudou de ontem para hoje são objetivos de vida: buscar o sustento como puder, procurar um chão para levantar uma casa, querer criar os filhos da melhor forma possível. São pessoas querendo crescer, procurando manter o que tem ou afastando adversários, cada uma agindo de acordo com seus princípios. Cada

um largando nessa corrida da forma que seus pais os colocaram no mundo: num berço de ouro ou num colchão de capim.

Porém, se os objetivos não mudaram, os meios para que sejam alcançados evoluíram. Essa é a diferença entre aquelas pessoas e nós. Eles pensavam e agiam com conceitos morais, éticos e costumes de 200 anos atrás.

A História se presta para traçar paralelos entre o que veio anteriormente e entender o agora. Não é sua finalidade enaltecer o passado, e sim entender quem nós somos. Não é um manual para se justificar alguma coisa, é uma análise para se descobrirem os motivos.

Esta obra não é para ser um ponto final, pois ninguém é o dono da verdade. É para ser folheada despretensiosamente ou usada como uma ferramenta para refletir e repensar; comentar e discutir; divergir ou concordar; pesquisar, escrever e reescrever.

Tenha uma ótima leitura!

****

Estudar História é, em boa parte, sair do conforto do lar e meter o pé na estrada. E nisso, uma ação que quase todos negligenciam é a coleta de entrevistas.

A História definha a cada dia mais quando uma pessoa que nunca teve voz morre; E a entrevista pode imortalizar esta pessoa através da História.

Em 28/04/2007 entrevistei este senhor da página ao lado, Onofre Soares, em sua casa de sapé, a última desse tipo existente no município de Quadra. Morava na pastagem de um pecuarista, dois km distante da última estrada de terra, no espigão que faz divisa com Guareí. Vivia da mesma forma que os "intrusos" das sesmarias viviam, 200 anos atrás.

E nunca pense que você conseguirá estudar a História sozinho. Esta entrevista foi fruto do contato que um amigo, o genealogista José Rubens Fidêncio de Oliveira, teve com este senhor.

Mapa datado de aproximadamente 1740, com o Caminho do Sul atravessando de nordeste a sudoeste. À sua margem, logo abaixo do Trópico de Capricórnio, está Sorocaba. Um pouco mais abaixo, ao centro, a Serra de Botucatu (*Morro Uvitucattú*). Mais abaixo, à esquerda, as antigas missões jesuíticas do Paraná (Guairá) destruídas pelos bandeirantes.

Parte do Gouerno de Sam Paullo e Parte dos Dominios da Coroa de Espanha. **Biblioteca Nacional**. Tombo 325.602.

INTRODUÇÃO - A PRÉ-HISTÓRIA DE TATUÍ

Se hoje fosse o ano de 1700 e pudéssemos estar presentes no local onde está Tatuí, provavelmente encontraríamos somente a natureza. Contemplaríamos suas pastagens e matas praticamente intocadas pelo homem de origem europeia.

Apesar da origem indígena dos nomes do nosso município, de muitos de nossos bairros, de nossos rios e dos municípios vizinhos, é quase certo que não encontraríamos os primeiros falantes dessa língua. Ou deles encontraríamos quase ninguém. Foram embora e deixaram apenas a referência *"Tatuí"*: o *"rio do tatu"*.

Se ainda restasse algum deles por aqui, provavelmente estaria de partida para um lugar mais longe, como fizeram os outros. Se distanciaria do povo branco e mestiço que cada vez mais avançava ao interior, ao *"desertão de gente"* - expressão que a linguagem acabou por encurtar para *"sertão"*.

Esse novo povo que preenchia o novo vazio não chegava para se estabelecer, mas para vasculhar. Primeiramente se assentava em

“ranchos”, uma moradia provisória que existia pelo tempo necessário de garimpar os rios e barrancos, em busca de alguma pedra ou metal precioso. Ou ainda poderia durar o quanto fosse necessário para cuidar de sua lavoura. Se o trabalho vingasse, a plantação permanecia e o rancho virava um *“sítio”*, muitas vezes sem nem haver criação de animais. A alimentação bastava ser complementada com a pesca ou caça que sustentasse minimamente seus ocupantes.

A chegada dos brancos e seus agregados não era um problema grave para os indígenas. Afinal, são diversos os relatos pacíficos da convivência entre as pessoas dessas diferentes culturas. O problema é que muitos desses *“novos vizinhos”* que se arranchavam e faziam sítios próximos a Tatuí eram os tão temidos *“bandeirantes”*.

Tudo começou aproximadamente 150 anos antes, na década de 1550. Alguns portugueses e seus descendentes brancos ou mestiços - em conjunto com algumas tribos indígenas aliadas - começaram a partir do litoral da Capitania de S. Vicente – atual estado de S. Paulo - para procurar ouro e prata pelo interior.

Essas pessoas passaram a ser conhecidas como *“sertanistas”*, e por este nome seriam descritas por muitos anos, até os historiadores paulistas dos séculos XIX e XX resolverem substituir esse termo por *“bandeirantes”*.

Como nem sempre encontravam riquezas minerais, começaram a realizar outra atividade que se mostrou muito rentosa, a escravização de tribos de indígenas inimigas. Por fim, a ganância desses desbravadores e a escassez de tribos inimigas os levou a caçar

os indígenas que eram seus aliados. Tiveram o mesmo destino os indígenas convertidos ao catolicismo que moravam em aldeias geridas por padres – as chamadas *"Missões"*, quase sempre administradas por Jesuítas.

Caso fosse encontrado um local que despertasse interesse de posse ou se existisse uma região com uma grande quantidade de sítios e ranchos dispersos pelas matas e campos, um representante do rei de Portugal poderia decidir pela fundação de uma *"vila"* – o equivalente atual a um município. Nela deveria haver uma capela – para não ficarem distantes dos ritos religiosos -, um *"pelourinho"* – que era um mastro fincado no chão onde se amarravam os condenados para serem punidos - e, às vezes, uma área ao seu redor destinada para construção de casas, lojas, armazéns e prédios da administração pública. Essa área, nos moldes de uma *"zona urbana"* daquela época, era o chamado *"rocio"*.

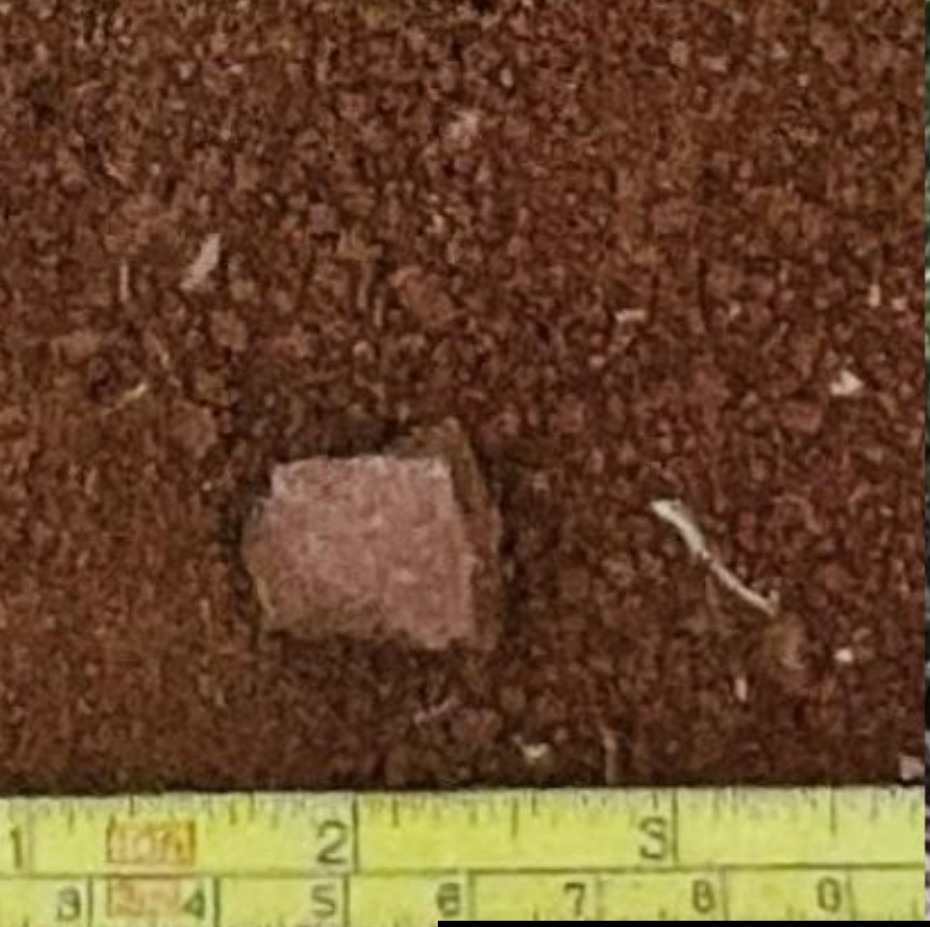
Sorocaba era a vila que existia mais a oeste - pertencia à Capitania de Itanhaém, que depois foi absorvida pela Capitania de S. Vicente. Tudo o que existia entre os rios Paranapanema, Paraná e Tietê pertencia ao território sorocabano, inclusive Tatuí.

Os arredores da vila eram explorados pelos bandeirantes desde 1580 ou antes, percorrendo trilhas indígenas que levavam ao interior do continente, os chamados "*peabirus"*. De Sorocaba poderiam seguir pelo peabiru principal, que passava por Itapetininga e descia ao Guairá – atual Paraná -, dando início ao *"Caminho do Sul"*. Por

água poderiam descer por embarcações o rio Sorocaba e seus afluentes.

Já os bandeirantes originários de Itu, mais ao norte, desciam pelo rio Tietê, quando exploravam o Oeste. Se decidissem ir por terra, cortavam caminho por uma trilha que passaria por Boituva e Tatuí, ou por outra que ligava ao Peabiru, se dirigindo para a direção de Guareí e Botucatu.

E é pela trilha dos ituanos que começa a história de Tatuí.



Detalhe de dois sítios arqueológicos vizinhos, um à frente do outro, em margens opostas da Represa de Sta. Adélia, no rio Sorocaba.

As fotos da metade superior são do sítio arqueológico Cachoeirinha, do lado tatuiano: um pedaço de cerâmica e um vestígio de valo ou caminho. Na metade inferior, uma flecha indígena, encontrada no sítio Boituva I. Em Tatuí existem outros dois sítios, sendo um deles com cacos de cerâmica. Havia outros, que foram destruídos: um na Faz. Guarapiranga, com cerâmica; e outro na antiga Alpargatas, que continha uma urna funerária indígena com ossos.

Sítio Cachoeirinha e Sítio Boituva I. 2007. **IPHAN**. Cadastros SP-3554003-BA-ST-00001 e SP-3507001-BA-ST-00003.

Mapa feito aproximadamente entre 1724 e 1731 (*suposição minha*). Sesmarias de José de Campos em Tatuí e dos Jesuítas em Guareí. A *Estrada do Sul*, do canto superior esquerdo para a direita, com Sorocaba à sua margem esquerda. Logo abaixo os rios Sarapuí (*Serapuí*) e Tatuí (*Tatuy Mirim*). Uma trilha acompanha o rio Tatuí, à esquerda. Da *Estrada do Sul*, ao centro, sai uma trilha para a esquerda, que atravessa o rio Guareí (*Guayarúÿ*), passa pelos currais de José de Campos e dos Padres (*P.es*), segue ao sul da Serra de Botucatu e além.

Mapa de demarcação de terras entre a Serra de Botucatu e o Rio Paranapanema. **Biblioteca Nacional**. Tombo 301.507.

Cap. I - AS SESMARIAS DE CRIAÇÃO DE GADO EM TATUÍ (1709 a 1803)

Como explicado no capítulo anterior, muitos faziam ranchos e sítios no sertão, por simples ocupação da terra, sem ser dono, de fato. Havendo ou não indígenas sobre elas, onde os portugueses e seus descendentes chegassem era considerado território pertencente ao reino de Portugal. E, por este motivo, poderia ser concedido a propriedade da terra para sua exploração.

O rancheiro ou sitiante, ou qualquer outro que quisesse ter o direito sobre o chão – o chamado *"suplicante"* – precisaria apresentar um motivo para receber a concessão. Normalmente argumentavam que as terras já eram cultivadas por ele e que eram necessárias para sua sobrevivência. Seria de bom tom apresentar boas condições financeiras – necessárias para pagar os altos custos do processo -, além de possuir mão-de-obra para exploração – que, no caso da Capitania de S. Vicente, seria composta por escravizados, majoritariamente indígenas e alguns africanos.

O representante do rei encarregado de conceder as terras poderia ser o capitão-mor da vila ou o capitão donatário da capitania –

respectivamente equivalentes a um prefeito e a um governador nomeado. Após a aprovação, o pedido seguiria para a segunda autorização, a *"confirmação"*, que era dada pelo próprio rei de Portugal.

Se o rei concordasse, era expedida a concessão definitiva sobre a terra – a *"carta"* de *"sesmaria"*. O documento dava ao suplicante sua propriedade, com várias condicionantes. Uma delas era a obrigatoriedade de que a tornasse produtiva. Se não conseguisse cumprir com as condições, não ocupasse, não pedisse para demarcar seus limites etc., era retirado seu direito de propriedade e a sesmaria era devolvida ao Governo, passando a ser chamada de *"terra devoluta"*.

A extensão da concessão era medida com unidades que não se usam nos dias de hoje, pois ainda não existia o sistema métrico. No lugar do metro era utilizada a braça (que media atuais 2,2m) e no lugar do quilômetro era utilizada a légua (que media 3.000 braças ou atuais 6,6km). A largura do terreno era chamada de *"testada"* e o comprimento de *"sertão"*.

AS SESMARIAS DE JOSÉ DE CAMPOS

Como era de se esperar, a primeira sesmaria em Tatuí foi concedida a dois bandeirantes: José de Campos – também chamado em alguns documentos como José de Campos Bicudo - e seu genro Antônio Rodrigues Velho. Ambos moradores de Itu, foram agraciados em 10/11/1709.

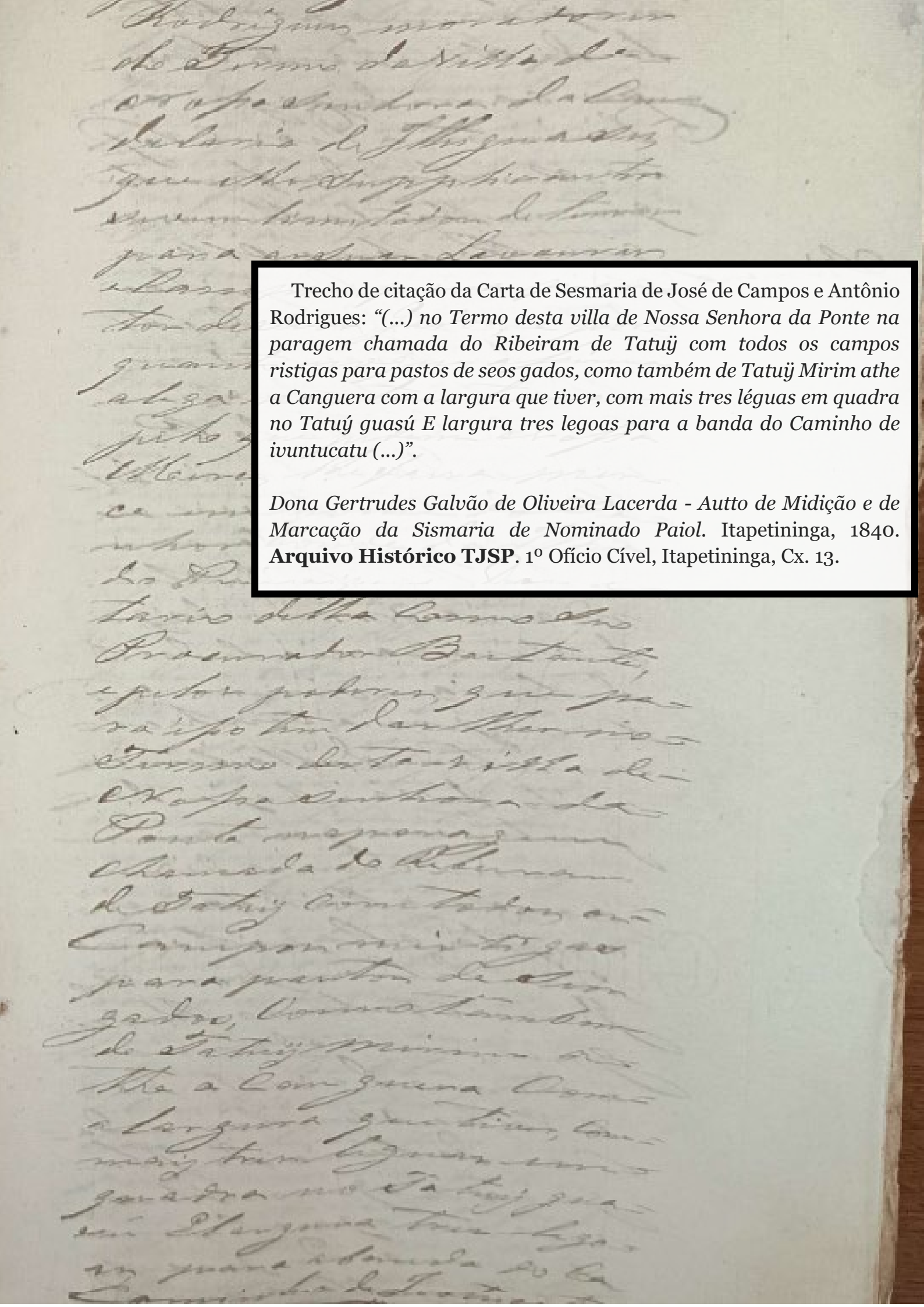
Esta carta concedia à dupla três glebas de terra em locais diversos: a primeira acompanhava o rio Tatuí desde perto do rio Sorocaba e terminava próximo ao lugar que seria fundada a cidade de Guareí; a segunda em Botucatu; e a última em Guareí.

Até 1723, José de Campos e sua família próxima (irmão, filho, genro e cunhado, todos bandeirantes) conseguiriam quase todo o restante de terras que havia entre Boituva e Botucatu, solicitando uma sequência de sesmarias que praticamente emendavam umas nas outras.

Em certo ponto destas propriedades havia a chamada *"Estrada dos Sertanistas",* que utilizavam para seguir em expedições rumo ao Mato Grosso. Em todas estas terras a família criava gado bovino para o abastecimento de seu bando.

José e Antônio nunca moraram em Tatuí. Passaram por muitos lugares, descobriram ouro na região de Pitangui/MG e por lá se assentaram. Enquanto Antônio ficou o resto de sua vida em Minas, José voltou para Itu.

A família doou quase todas as terras que possuíam, de Guareí até Botucatu, aos padres Jesuítas da vila de S. Paulo, que à época tinham como um de seus líderes um irmão de José, o Padre Estanislau de Campos.



Trecho de citação da Carta de Sesmaria de José de Campos e Antônio Rodrigues: *"(...) no Termo desta villa de Nossa Senhora da Ponte na paragem chamada do Ribeiram de Tatuÿ com todos os campos ristigas para pastos de seos gados, como também de Tatuÿ Mirim athe a Canguera com a largura que tiver, com mais tres léguas em quadra no Tatuý guasú E largura tres legoas para a banda do Caminho de ivuntucatu (...)".*

Dona Gertrudes Galvão de Oliveira Lacerda - Autto de Midição e de Marcação da Sismaria de Nominado Paiol. Itapetininga, 1840. **Arquivo Histórico TJSP**. 1º Ofício Cível, Itapetininga, Cx. 13.

A SESMARIA DA FAZENDA DE TATUÍ

A gleba da sesmaria que margeava o rio Tatuí teve um destino diferente das que foram doadas. José de Campos vendeu esta terra, juntamente com a de Boituva, para os padres do Convento do Carmo de Itu, entre o final da década de 1720 e começo da década de 1730.

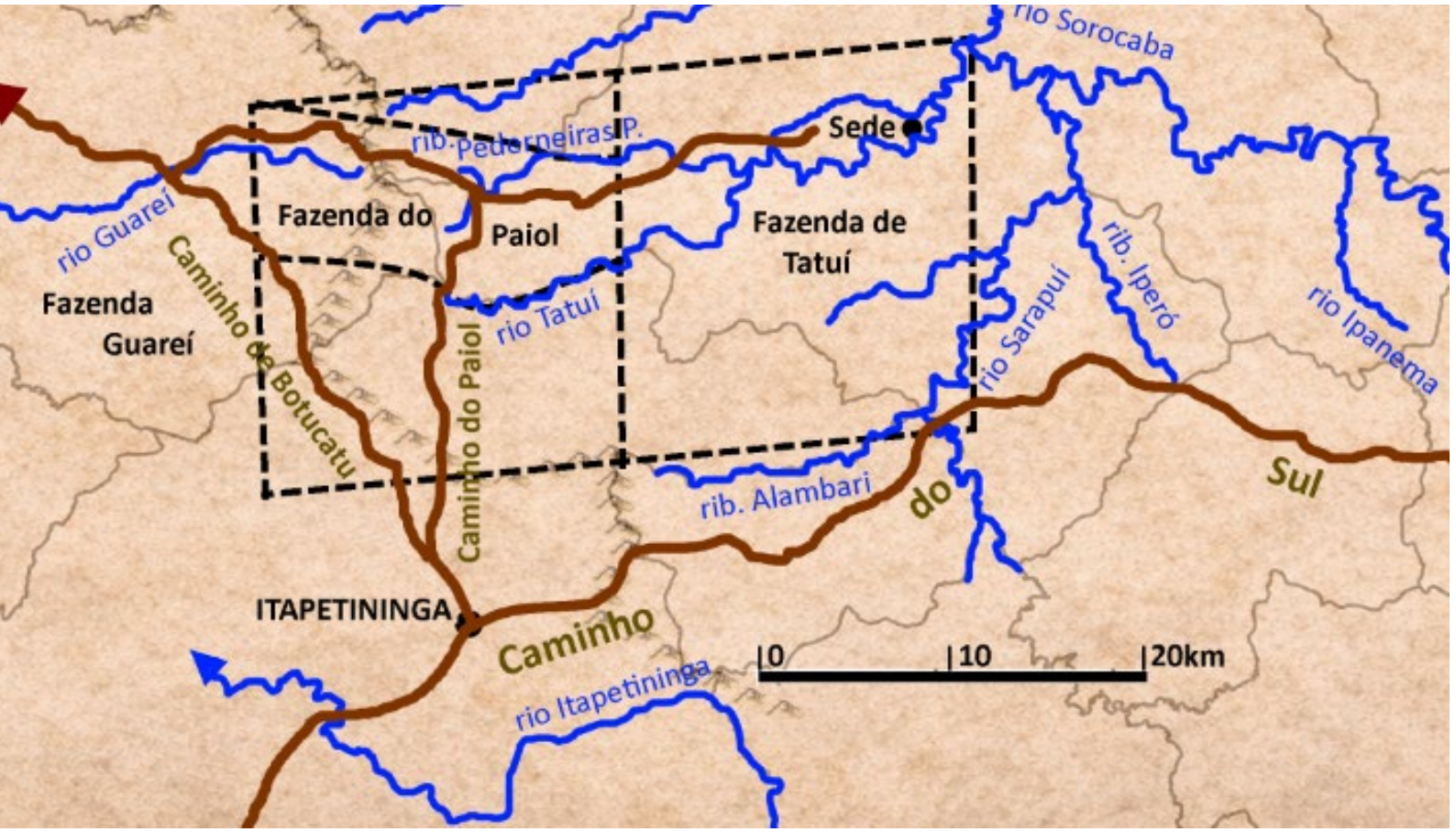
Os padres permaneceram com esta propriedade até 1824. Ela era conhecida como Fazenda de Tatuí e provavelmente durante toda a sua existência foi arrendada para criadores de gado.

Até hoje são conhecidos pouquíssimos documentos que citam essa fazenda. Dentre estes:

- Um relatório de 1772 sobre as propriedades que ficavam próximas ao caminho para o Mato Grosso informa sobre a existência da *"Fazenda de Tatu* (sic)*, que foi de José de Campos, hoje dos Religiosos do Carmo"*. Não é acrescentada nenhuma informação a mais, mas é surpreendente que ainda lembrassem da existência de José, após aproximadamente 40 anos de sua morte;

- O censo de 1778 de Itapetininga informa que nela moravam Francisco de Melo e sua esposa Ana de Melo, além dos escravizados negros Gonçalo, Silvestre, José e Cristina;

- Um relatório de 1798 feito para o Governador da Capitania de S. Paulo informava que a fazenda era arrendada para quatro pessoas e possuía 526 cabeças de gado.



Limites prováveis da antiga sesmaria de José de Campos e das sesmarias da Fazenda de Tatuí e da Fazenda do Paiol – Ilustração de minha autoria.

A SESMARIA DA FAZENDA DO PAIOL

A última sesmaria solicitada por José de Campos, em 1723, aparentemente se sobrepunha à parte oeste da sua gleba de Tatuí, de 1709. O novo pedido se iniciava no rio Guareí e se estendia ao leste, na direção do ribeirão do Cajuru Mirim, até os lados do ribeirão das Pederneiras Pretas – que atualmente é conhecido apenas como Pederneiras – próximo às divisas atuais entre Tatuí e Quadra.

Em torno de 1737 essas terras passaram a ser ocupadas por Antônio Bicudo de Barros, um fazendeiro morador de Itu que era sogro de um dos netos de José de Campos. Porém, Antônio oficializou a posse das terras muito tempo depois, em 1765. Curiosamente ele não usou os documentos de 1709 nem de 1723 de José de Campos, mas fez o pedido para uma nova carta, como se fosse uma usucapião.

Esta propriedade ficou conhecida como **Fazenda do Paiol**, e é a mais antiga dentre todas as que existem atualmente em Tatuí e Quadra, com pouco mais de 300 anos desde o documento de José de Campos.

Antônio faleceu 3 anos depois, ficando a propriedade para seu genro José Gonçalves Barros, um vendedor de roupas e tecidos, morador de Itu. José morreu em 1779, tão endividado que sua viúva pediu aos credores do falecido que aceitassem um prazo de 4 anos para quitação dos valores. Caso não conseguisse honrar com os pagamentos, estes ficariam com a Fazenda do Paiol.

Conforme o inventário de José, a fazenda possuía um bom número de animais: 51 cabeças de equinos e asininos, 506 bovinos e 37 ovinos. Tomavam conta da fazenda 3 escravizados negros: Francisco, brasileiro, Manoel, africano de Benguela, e Domingos.

Assim como sua irmã mais velha, a vizinha Fazenda de Tatuí, a quilométrica Fazenda do Paiol era povoada por pouquíssimas pessoas. As terras tatuianas tinham como única finalidade cumprir seu papel como uma grande pastagem.

An. Bicudo de Barros

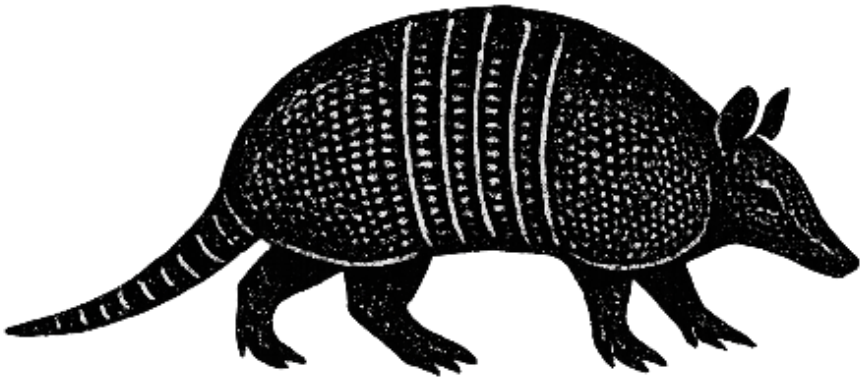
Confirmação da Fazenda do Paiol como sesmaria para Antônio Bicudo de Barros, *"povoado(...) há 26 anos, pouco mais ou menos húa Campina no destrito da Vª de Sorocaba rodeada de matos de comprim. de 3 legoas pouco mais ou menos principiando das pederneiras pretas té testar com o mato de Cahajuru e tinha de largura em algumas partes meya legoa, nas mais mto. menos, exceptuando onde faz húm braço ou ressaca, q faz húa restingade campo q tera húa legoa(...)"*.

Ant. Bicudo de Barros. Lisboa, 19/09/1765. **Arquivo Nacional da Torre do Tombo**. Mercês de D. José, Livro 19, Folha59.

Mapa do *Caminho de Viamão* (um dos vários nomes do *Caminho do Sul*), poucos anos antes da fundação de Itapetininga. É mostrada a vila de Sorocaba (*Surucava*), os rios Sorocaba (*Surucabuçu*), Ipanema (*Ypane*), Sarapuí (*Serapoý*) e Itapetininga (*Tapitininga*). Pouco abaixo, ao centro, as *Minas de ouro e diamantes*, as Minas do Paranapanema (simplificando o nome para *Paranapanema* e depois mudando para *Capão Bonito*).

Demonstração do Caminho que vai de Viamão the a cidade de S. Paulo. Sgto. João Baptista, 1767. **Biblioteca Nacional**. Tombo 301.593.

Cap. II - AS SESMARIAS DOS TROPEIROS (1747 a 1784)



Como os bandeirantes que se espalharam pelo Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais encontraram por aquelas terras metais preciosos, a maioria deles decidiu fixar moradia por lá.

O garimpo passou a render bons lucros e o trabalho da mineração foi consolidado com a utilização de escravizados africanos. Com relação à antiga atividade comercial da *"caça ao índio"*, restou um desestímulo contínuo por parte da Coroa Portuguesa pelos anos de 1750 - mais para tirar a concorrência com o tráfico de africanos do que por questões humanísticas ou de piedade.

Pelas rotas que ligavam essas povoações fundadas pelos bandeirantes eram comercializadas grandes tropas de equinos, jumentos e mulas domesticados, assim como o gado bovino selvagem que havia se espalhado pelo Sul. A finalidade principal era utilizar estes animais como meio de transporte de bens e mercadorias e, principalmente, os vender para as áreas de mineração como fonte de

carne ou para o transporte de metais. As maiores distâncias percorridas poderiam ultrapassar 2.000km.

No caso dos bovinos, estes eram originários das antigas criações existentes nas missões jesuíticas. Aquelas mesmas que os bandeirantes de gerações anteriores destruíram para escravizar os indígenas que nelas viviam.

Os descendentes dos ocupantes das terras do Sul passaram a se dedicar ao comércio do gado pela proximidade com estes rebanhos, e, também, porque não existiam garimpos rentáveis na região. Genericamente, todos os envolvidos com a atividade de criação, manutenção, condução, compra e venda dessas *"tropas"* de animais passaram a ser conhecidos como *"tropeiros"*.

ITAPETININGA E AS SESMARIAS VIZINHAS DE TATUÍ

Como dito antes, o Caminho do Sul passava próximo à Tatuí, vindo da região de Sorocaba pela região de Araçoiaba, descendo por Alambari e Itapetininga. Continuava pelo Paraná e terminava no Rio Grande do Sul.

Pouco antes dos tropeiros, desciam por essa estrada pessoas que exploravam o ouro que existia na região de Apiaí e Capão Bonito – esta última, à época, se chamava Paranapanema.

Neste caminho ficava a mais antiga das sesmarias vizinhas à Tatuí, a **Fazenda das Pederneiras**, concedida em 1747. Se situava no local de mesmo nome, na divisa atual entre Itapetininga e

Alambari. Seu proprietário foi José Nunes de Faria, natural de Mogi das Cruzes, residente nas terras há algum tempo.

Para se chegar às Fazendas do Paiol e de Tatuí vindo pelo Caminho do Sul, era necessário subir os morros por uma estrada a oeste das Pederneiras, pelo Capão Alto, talvez bem próximo onde hoje passa a Rod. Gladys Bernardes Minhoto. Neste trecho também se instalaram grandes pastagens para gado bovino, equinos e muares.

Nesta região foi concedida em 1764 a **sesmaria do Capão Alto,** mais próxima ao Caminho do Sul do que das fazendas tatuianas. Seu proprietário era Sebastião José de Quevedo, um paulistano que viria a fazer parte da primeira turma de vereadores da vila de Itapetininga, fundada em 05/11/1770.

A região onde hoje se encontra a zona urbana de Itapetininga contava com dois núcleos de moradores instalados por volta de 1750, formados por agricultores e ex-garimpeiros das minas de Apiaí e Capão Bonito.

A fundação da vila de Itapetininga fez parte do plano de ação do Governo português para povoar melhor o interior do país. A ordem consistia em criar vilas ao longo do Caminho do Sul, com a urgência de serem povoadas com qualquer tipo de pessoa que se encontrasse – podendo ser até com *"vadios e dispersos"*. A intenção era inibir qualquer ideia espanhola de invasão do Sul do Brasil por meio de seus colonos argentinos e paraguaios. Algumas dessas novas vilas fundadas foram Lages/SC, Guaratuba/PR, Apiaí e Itapeva. Fora do caminho, mas num local avançado no sertão, foi criada Piracicaba.

Itapetininga foi desmembrada de Sorocaba, e, com isso, o território de Tatuí passou a lhe pertencer.

Na mesma época da fundação da vila houve a **posse por ocupação** de mais terras no **Capão Alto**. Desta vez eram vizinhas à Fazenda do Paiol, tendo por limite o rio Tatuí ao norte. Seu ocupante – sem documento de sesmaria ou escritura – era o português Simão Barbosa Franco, que detinha o cargo de Capitão Povoador, responsável por cumprir a ordem do Governador da capitania de S. Paulo e tornar viável a fundação da vila de Itapetininga.

Apesar de ter ocupado cargos importantes tanto em Itapetininga como em Apiaí, se viu falido e acabou se fixando em Lages/SC, lugar onde ele já fazia negócios. Sua mudança de domicílio fez com que o Governador o considerasse fugitivo. Tanto que ordenou que lhe tomassem suas terras e seus bens em Itapetininga para quitar seus devedores. Por fim, sua terra ocupada foi vendida e posteriormente requerida como sesmaria por seu comprador.

Até os últimos anos de 1700 estas 3 sesmarias passariam por outros proprietários criadores de gado e tropas. Por vezes os proprietários também eram *"arrematadores de registros, dízimos e taxas"*. Esses serviços consistiam em arrendar do Governo português o trabalho da cobrança de impostos dos tropeiros, onde recebiam como pagamento uma porcentagem do que arrecadavam - da mesma forma que as concessões terceirizadas de pedágios funcionam, nos dias de hoje.

Por fim, todas as terras acabaram nas mãos de familiares e de amigos do Capitão Domingos José Vieira. Este era outro português considerado fundador de Itapetininga, pois havia sido o líder do núcleo de moradores escolhido para ser transformado em vila.

AS SESMARIAS QUE ADENTRAVAM OS LIMITES DE TATUÍ

Os fundos de algumas sesmarias instaladas próximas ao Caminho do Sul *"invadiam"* as terras que hoje se situam ao sul e ao leste de Tatuí, cruzando os rios Sarapuí e Alambari.

No trecho que passava por Capela do Alto foi concedida em 1780 uma sesmaria para o então Capitão-Mor de Sorocaba José de Almeida Leme. José era uma pessoa muito importante na Capitania de S. Paulo. Foi o responsável por abrir caminhos no Paraná e por reabrir de forma definitiva um caminho antigo que ligava Sorocaba ao Iguatemi - sul do atual Mato Grosso do Sul. Provavelmente era a antiga Estrada dos Sertanistas de José de Campos. Por ter participado nestas empreitadas, o Capitão-Mor José teve preferência nas solicitações de sesmarias nas proximidades estes caminhos.

Sua propriedade ficou conhecida como **Fazenda do Guarapiranga** e chegava a encostar na Fazenda de Tatuí, pelo atual bairro de Sarapuí. Suas divisas começavam na região da foz do rio Iperó no rio Sarapuí e por este rio subia até a região de Alambari. José acabou falecendo menos de três meses após receber esta concessão, não sendo possível saber se chegou a usufruir das terras.

Esta fazenda provavelmente era um pouso que já existia em 1776, com o nome de *"Sarapuí de Baixo"*, utilizado como descanso de tropas de soldados que se dirigiam de S. Paulo para guerrear contra os espanhóis no atual Rio Grande do Sul.

Em 1782, seu sucessor no cargo de Capitão-Mor de Sorocaba, Cláudio de Madureira Calheiros, conseguiu a **Sesmaria de Tatuí-Mirim**. Diferentemente de todas as outras sesmarias que este capítulo trata, esta era localizada inteiramente no atual território de Tatuí, nos atuais Mirandas, Guaxingu e, talvez, Americana. Ocupava o espaço entre as Fazendas de Tatuí e de Guarapiranga e o rio Sorocaba.

Cláudio já participava da vida pública há muito tempo, assim como sua família. Anteriormente havia sido Juiz em Sorocaba, e, durante seu mandato, conduziu a solenidade de fundação da vila de Itapeva. Sua renda provinha de várias fontes, como a agricultura, engenhos de cana, arrematação de taxas e outras atividades tropeiras.

Porém, provavelmente tenha adquirido as terras da sesmaria do Tatuí-Mirim como planejamento estratégico para um empreendimento que idealizava: durante o período que ele obteve esta propriedade, ele havia feito à Coroa Portuguesa uma proposta de exploração de ferro no Morro de Araçoiaba. Seria através de uma concessão a ser realizada por ele e seu cunhado, o Capitão-Mor de Itu, Vicente da Costa Taques Góes e Aranha. Não se sabe se chegou a

receber a resposta negativa de Lisboa, mas o fato é que não exploraram o morro.

Vizinha de baixo da Fazenda de Guarapiranga, no Caminho do Sul, **Alambari** era ocupada ao menos desde 1753, quando houve a concessão da primeira sesmaria. Em 1783 e 1784 foram concedidas **duas sesmarias**, sendo uma delas para um grupo de 24 pessoas. Esta propriedade chegava aos atuais bairros tatuianos do Congonhal de Cima e do Campinho, onde certamente moravam algumas destas famílias.

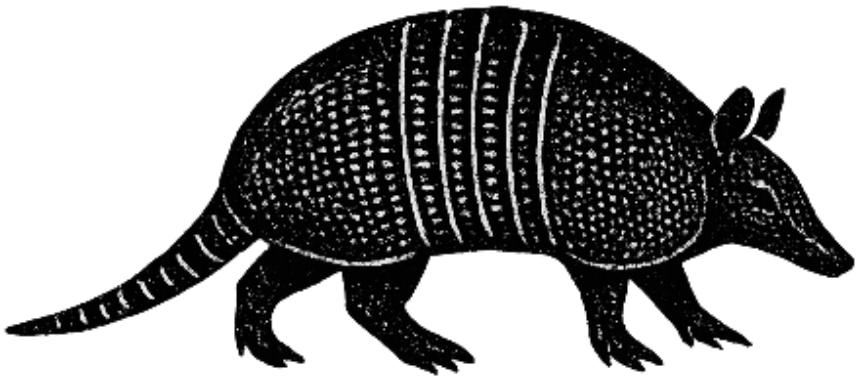
A oeste de Alambari, retornando ao bairro das **Pederneiras**, foram concedidas duas sesmarias, ambas em 1784. A **primeira** se situava entre a antiga Fazenda das Pederneiras – à esquerda – e as duas sesmarias de Alambari – à direita. Assim como a região do Capão Alto, foi concedida a pessoas que possuíam vínculos de parentesco ou de amizade com o Capitão Domingos José Vieira. Se localizava no atual Morro de Alto e provavelmente alcançava terras nas atuais Água Branca de Cima e Congonhal de Cima.

A **segunda** sesmaria preenchia o espaço entre o Capão Alto, a Fazenda de Tatuí e a Fazenda das Pederneiras, nas terras do Morro do Alto, em Itapetininga, e nos atuais bairros da Água Branca e Jurumirim. Foi concedida a Salvador Pires de Lima, que informou em seu pedido de sesmaria que já moravam várias famílias no local.

A disputada economia das províncias do Sul – vulneráveis aos ataques dos espanhóis - pulsava por estas sesmarias. Tatuí mal assistia, escondida atrás dos morros e dos rios.

Representação de indivíduo da capitania de S. Paulo, descendente mestiço entre brancos e indígenas.
Modello do modo de trajar dos Cabôclos da Capp.na de S. Paulo. Artista anônimo, 1820. **Blog Veredas do Tempo**.

Cap. III - OS PRIMEIROS AGRICULTORES DE TATUÍ (1803 a 1818)



Até os primeiros anos de 1800 Tatuí era um grande criadouro de gado formado pelas fazendas dos Carmelitas de Itu e do Paiol. Estava inserida no ciclo do tropeirismo, mas de uma forma *"marginal"*: tanto por estar praticamente *"à margem"* do Caminho do Sul, separada por poucos quilômetros; quanto por não haver dinâmica humana que a movimentasse. As duas fazendas exigiam pouquíssima mão-de-obra em seu trato, como mencionaram os documentos expostos em capítulo anterior. E como praticamente não havia pessoas, obviamente não se desenvolveria um povoado.

Na verdade, enquanto a sua vizinhança pelo lado sul e leste fervia de gente e comércio, não havia como acolher novos moradores, pois as duas grandes fazendas tatuianas serviam como um tampão, escondendo uma gigantesca área despovoada.

Ao norte destas duas fazendas não se tem conhecimento de haver qualquer morador. Mesmo existindo colonização há mais de 100 anos em locais bem próximos, do lado oposto do rio Sorocaba - onde

ficam as atuais Boituva, Cerquilho e Tietê. Os habitantes deste outro lado da margem descendiam de famílias vindas de Itu e depois Porto Feliz. Aliás, à época, todas essas terras que margeavam o rio Sorocaba faziam parte da vila de Porto Feliz.

Com exceção dos agricultores de subsistência – ou seja, que plantavam para o próprio consumo -, a economia desta região era bem diferente da região de Itapetininga. Os mais abastados eram senhores de engenhos de cana-de-açúcar, alguns com grandes plantéis de escravizados africanos.

Outros derivavam das práticas dos antigos bandeirantes que desciam as águas do rio Tietê. Eram sertanistas especializados na navegação e no desbravamento de terras novas, que faziam comércio com os moradores das vilas de Mato Grosso e Goiás. Essas expedições eram as *"monções",* e seus sertanistas os chamados *"monçoeiros"*.

Um desses sertanistas e senhor de engenho foi Miguel João de Castro, ituano, que conseguiu uma sesmaria às **margens do Rio Sorocaba**, em 1803. Foi o primeiro a solicitar terras para plantio em Tatuí. Sua propriedade ficava no atual distrito da Fazenda Velha, em Cesário Lange, e se estendia até os atuais territórios de Cerquilho e Laranjal Paulista. Era morador de Tietê (cujo nome à época era *Pirapora*) e passou seus últimos anos de vida navegando em expedições de reconhecimento de território, pelos rios do Mato Grosso e Pará. Faleceu em serviço provavelmente no ano de 1815.

Mesmo com Miguel sendo o pioneiro a atravessar o rio Sorocaba, não houve a vinda de novos moradores em grande escala para os

lados de Tatuí. Porém, em 1813, quando sua sesmaria foi finalmente demarcada, havia um *"intruso"* de Tietê que fazia plantação em um trecho de suas terras, no rio Sorocaba, perto da foz do rio Guararapó – atualmente conhecido como rio Guarapó.

OS PRIMEIROS POSSEIROS

Em 1814 começam a chegar à região de Tatuí os primeiros moradores, de forma muito discreta. Apenas quando a população aumentou muito, entre 1816 e 1817, essas pessoas começaram a ser contabilizadas nos Censos de Itapetininga, primeiramente na região do Capão Alto.

Estas pessoas buscavam novas terras para cultivo, pois não havia mais chão disponível em suas localidades de origem – Sorocaba, Iperó (onde fica Ipanema) e Boituva. Sendo assim, lhes pareceu uma boa oportunidade migrar para as terras sem dono ou devolutas que começavam bem próximas, atravessando o rio Sorocaba para o oeste.

O vazio das terras sem proprietários era do formato de um vão: à leste, obviamente, o rio Sorocaba, que era por onde eles entravam; pelo sul, suas divisas eram as Fazendas de Tatuí e do Paiol; ao norte era limitado pela sesmaria que pertencia a Miguel João de Castro - e depois a seus herdeiros; bem ao longe, a oeste, os limites eram as fazendas de Guareí; ao noroeste, pelos lados de Porangaba e Pereiras, não havia propriedade alguma.

Os posseiros se instalaram nos arredores dos rios das Pedras, Guarapó e Caguassú, além de uma minoria na região do rio Sarapuí. Totalizavam aproximadamente 50 famílias, chefiadas por agricultores nascidos nos mais diversos locais, sendo que mais de 30 destes eram naturais em Sorocaba – que englobava Iperó. Em quantidade bem menor, havia boituvanos e porto-felicenses. A minoria vinha de Minas Gerais, Capão Bonito, Itapetininga, Itu, São Roque, Atibaia e Jacareí.

Muitos moradores pertenciam a diversos ramos de uma mesma família. Temos, por exemplo, os Gonçalves de Ipanema e os Veiga de Boituva.

Ao final de 1817 ou começo de 1818 houve um levantamento oficial de sítios e fazendas da Capitania de S. Paulo. Nesta relação são mencionados os *"donos"* das posses de Tatuí. Os nomes dos reais pioneiros da futura vila seguem abaixo, complementados por mim com o local de onde vieram, entre parênteses:

- Antônio Francisco Rodrigues e Maria Domingues;

- Tenente Antônio Garcia Leal e Maria Antônia Almeida (Porto Feliz);

- Antônio Manoel da Costa e Inácia Rodrigues;

- Bento Gonçalves e Madalena Maria (Ipanema);

- Bernardo Gonçalves e Manoela Maria (Boituva);

- Francisco Borges e Maria Izabel;

- Geraldo Domingues e Ana Maria Barbosa;

- Inácio Nunes e Ana Josefa;
- Jerônimo José de Proença e Rosária Maria (Ipanema);
- João Gonçalves e Ana Maria (Ipanema);
- Joaquim Gonçalves Rodrigues e Joaquina Maria;
- Joaquim Rodrigues Fogaça e Maria Custódia;
- José Maria de Figueiró e Maria Nunes do Rosário (Boituva);
- José Pires da Veiga e Joana Maria Gonçalves;
- Manoel Joaquim Branco e Maria Andresa;
- Manoel Teles;
- Maximiano Antunes e Maria Pires;
- Pedro Gonçalves e Joana Maria (Ipanema);
- Salvador José Rodrigues e Catarina Maria.

Poucos meses depois deste levantamento já se somavam aproximadamente 320 pessoas, divididas em 60 famílias. Enquanto não estabeleciam suas próprias plantações, muitos se sustentavam cuidando de roças nas propriedades de outras pessoas, trabalhando por diária – ou *"jornada"*, como era dito. Por isso, eram conhecidos como *"jornaleiros"*.

OS POSSEIROS COM ORIGEM EM IPANEMA

Como visto, apenas uma pequena parte desses posseiros era formada por ex-vizinhos da jovem Fábrica de Ferro de São João do

Ipanema. Ainda assim, quase todas estas pessoas pertenciam a uma mesma grande família.

Quando a fundição foi implantada definitivamente, em 1811, ocorreu a proibição de corte das matas ao seu redor. A intenção era que a madeira que pudesse ser extraída destas terras fosse utilizada exclusivamente para a fabricação de carvão. Este, por fim, seria queimado como combustível nas caldeiras de fundição do ferro.

No período específico dessa migração – 1818 - havia um acordo entre a direção da Fábrica e os moradores vizinhos, onde seria autorizado a cultivar a própria terra somente quem lhes vendesse carvão feito de sua mata particular.

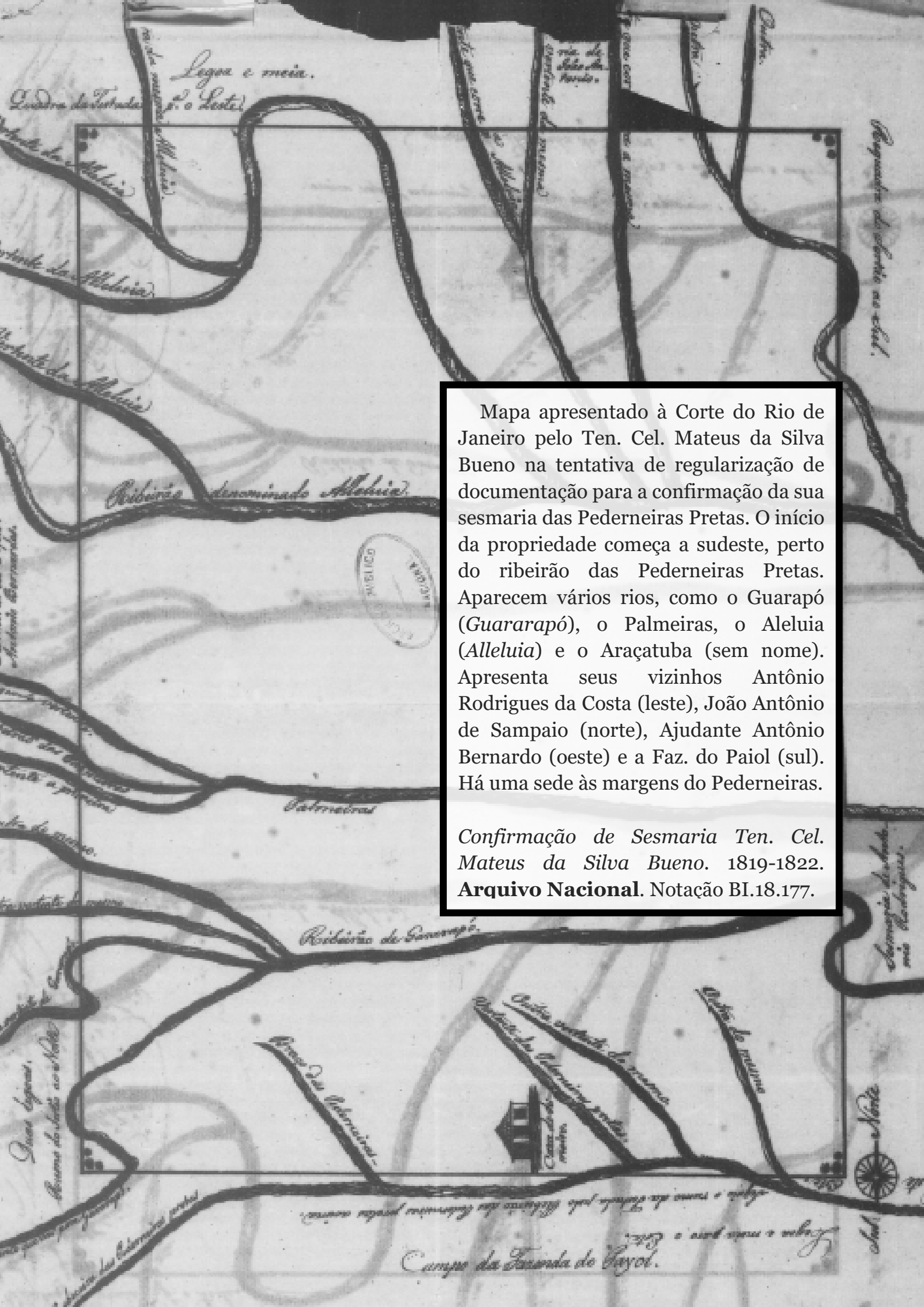
Técnica de queimada de matos para implantação de roças ou pastagens. *"Incêndio na Mata"*. Miguelzinho Dutra, Itu, 1847. **Museu Republicano de Itu**. Identificador MR369.

Havia este controle sobre as áreas de cultivo porque, à época, não se conheciam técnicas que recuperassem rapidamente o solo, após certo tempo de plantio. Com o passar das safras ocorria a perda de fertilidade das terras, restando a fazer a única técnica que os

agricultores conheciam, a *"coivara"*: abrir novas áreas férteis para o plantio incendiando e derrubando a mata virgem de outros locais.

O controle sobre as áreas de plantio era uma situação incômoda para muitos. Por este motivo, o Diretor da Fábrica, o alemão Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, decidiu relatar o que ocorria ao Governador da Capitania de S. Paulo. Alertava que muitos dos moradores vizinhos preferiam que a Coroa Portuguesa – sócia da Fábrica - comprasse de vez suas propriedades. Alegavam que, como não podiam fazer o que bem entendessem com elas, preferiam se mudar para a região de Tatuí, como fizeram alguns ex-vizinhos - porque lá *"há terrenos melhores* (e) *incultos"*.

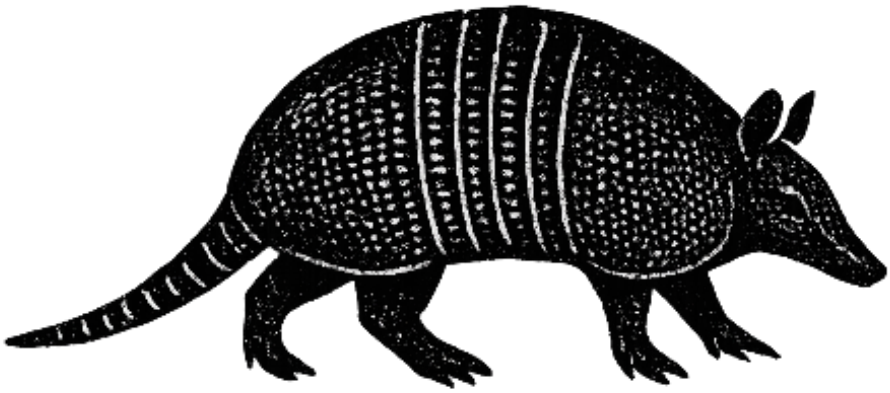
Assim como ocorria em Ipanema, algumas das pessoas que cultivavam em Tatuí não residiam nas áreas ocupadas, preferiam continuar residindo em suas vilas de origem. Porém, assim como os que cultivavam e residiam nessas terras, todos estavam na mesma situação: aos olhos da lei eram invasores de terras do Governo, sem documentos oficiais de propriedade que lhes garantissem direito sobre a vida que construíram nesses locais.



Mapa apresentado à Corte do Rio de Janeiro pelo Ten. Cel. Mateus da Silva Bueno na tentativa de regularização de documentação para a confirmação da sua sesmaria das Pederneiras Pretas. O início da propriedade começa a sudeste, perto do ribeirão das Pederneiras Pretas. Aparecem vários rios, como o Guarapó (*Guararapó*), o Palmeiras, o Aleluia (*Alleluia*) e o Araçatuba (sem nome). Apresenta seus vizinhos Antônio Rodrigues da Costa (leste), João Antônio de Sampaio (norte), Ajudante Antônio Bernardo (oeste) e a Faz. do Paiol (sul). Há uma sede às margens do Pederneiras.

Confirmação de Sesmaria Ten. Cel. Mateus da Silva Bueno. 1819-1822. **Arquivo Nacional**. Notação BI.18.177.

Cap. IV - AS SESMARIAS E O CRESCIMENTO DE TATUÍ (1819 a 1821)



Todos já escutaram a frase *"alegria de pobre dura pouco"*. Em Tatuí esse ditado popular foi aplicado à realidade, infelizmente. O movimento migratório dos posseiros, em busca de terras de boa qualidade, chamou a atenção de pessoas ricas. Estes, por sua vez, iniciaram os pedidos de sesmarias na região, pouquíssimo tempo depois da chegada dos pequenos agricultores. Somente no ano de 1819 foram concedidas 5 sesmarias nos arredores, conforme seguem adiante.

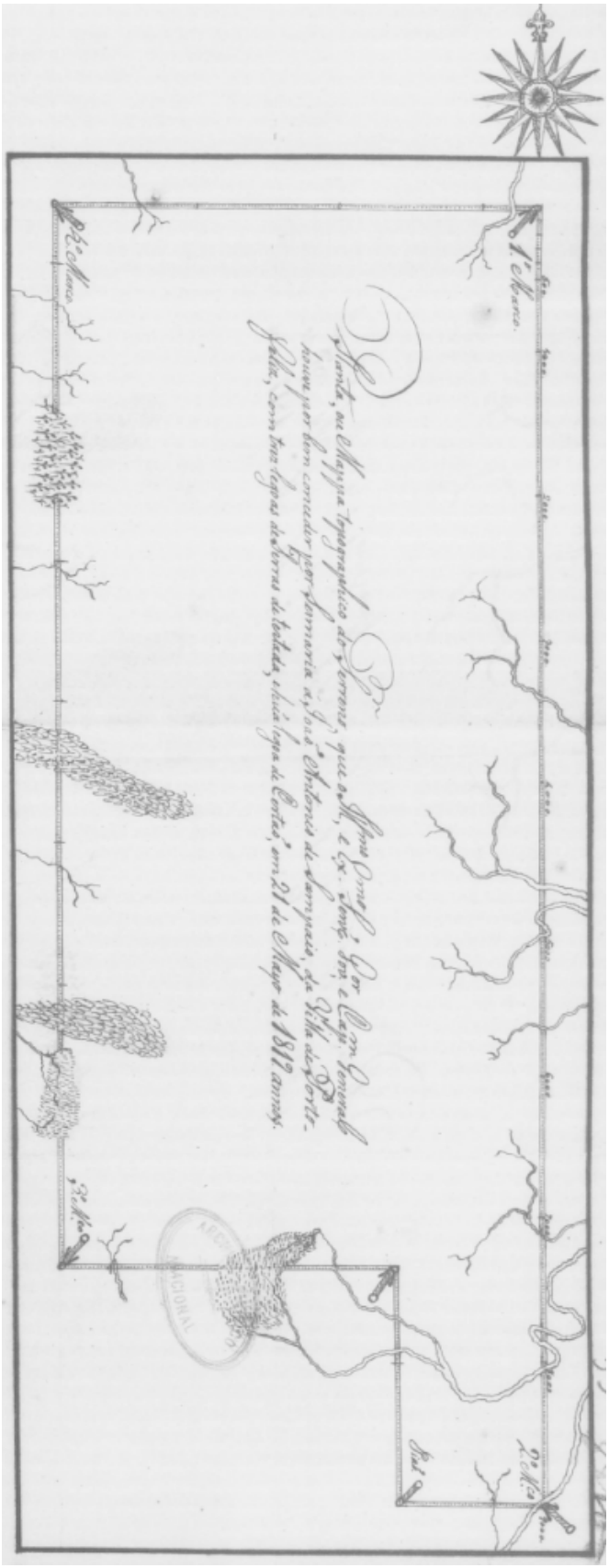
Sesmaria das Pederneiras Pretas do Ten. Cel. Mateus da Silva Bueno

Quem oficializou o primeiro pedido de sesmaria foi o Tenente Coronel Mateus da Silva Bueno. Ele era vereador em S. Paulo e morador de uma fazenda em Guarulhos, onde havia um garimpo de ouro. Como possuía grande número de escravizados e as minas de sua fazenda estavam se esgotando, pediu uma sesmaria no ribeirão das Pederneiras Pretas para implantar um engenho de cana-de-açúcar e dar nova ocupação à sua mão-de-obra.

Conseguiu uma sesmaria de uma légua e meia de largura por duas de comprimento. Atualmente suas divisas começariam às margens do ribeirão Pederneiras, em Tatuí, seguiriam rumo norte até perto da entrada principal da cidade de Cesário Lange. As divisas se completariam com quase toda a metade leste do município de Quadra.

Porém, dentro do limite de *"suas"* terras já se encontravam 10 famílias de posseiros que nela residiam ou apenas cultivavam. Eram os chamados *"intrusos"* – e recebiam este nome mesmo que tivessem ocupado as terras antes do pedido da sesmaria. Quando isso ocorria, era de praxe o sesmeiro oferecer a essas pessoas que ajudassem a pagar o proporcional dos custos e impostos cobrados para a obtenção da terra. Em troca, a propriedade do pedaço de chão que já ocupavam ficaria legalizada em seus nomes. Essa divisão era o *"rateio"* das despesas, no qual os intrusos que concordavam em arcar eram os chamados *"rateiros"*. Sua parte na sesmaria era chamada de *"rata"*.

Como era de se esperar, cada um dos intrusos reagiria de acordo com suas forças. Destas 10 famílias, 7 abandonaram as terras e uma rateou os custos. Para outra Mateus doou a terra sem que participassem do rateio. A última família entrou na Justiça contestando a demarcação. Posteriormente sua rata foi definida por decisão do Juiz de Itapetininga. Esta família que entrou com ação aparentemente era a de maiores recursos e possuía um escravizado.



Mapa da sesmaria da Cabeceira do Rio da Onça. *Confirmação de Sesmaria de João Antônio de Sampaio*. 1819-1820. **Arquivo Nacional**. Notação BI.18.114

Sesmaria das Cabeceiras do rio da Onça

João Antônio de Sampaio, de Porto Feliz, conseguiu uma sesmaria na Cabeceira do Rio da Onça, com 3 léguas de frente por duas de sertão.

Se localizava a oeste da sesmaria dos herdeiros de Miguel João de Castro e ao nordeste da sesmaria do Ten. Cel. Mateus da Silva Bueno. Seus limites hoje sairiam de perto da ponte da SP129 no rio Guarapó, divisa entre Tatuí e Cesário Lange, até bem perto do Centro de Pereiras. O Centro de Cesário Lange e o bairro dos Torninos ficariam dentro da área.

Havia apenas um intruso que cultivava nessas terras, um morador de Boituva, sogro de dois filhos de Miguel João de Castro.

Nesta propriedade João instalou um engenho de cana-de-

açúcar que contava com alguns poucos escravizados. Em 1824 se mudou para morar na fazenda com sua esposa Francisca Leite de Paula – a *"Nhá Chica Brava"*, que também era sua prima.

Sesmarias do Guararapó e das Palmeiras, da família Mascarenhas

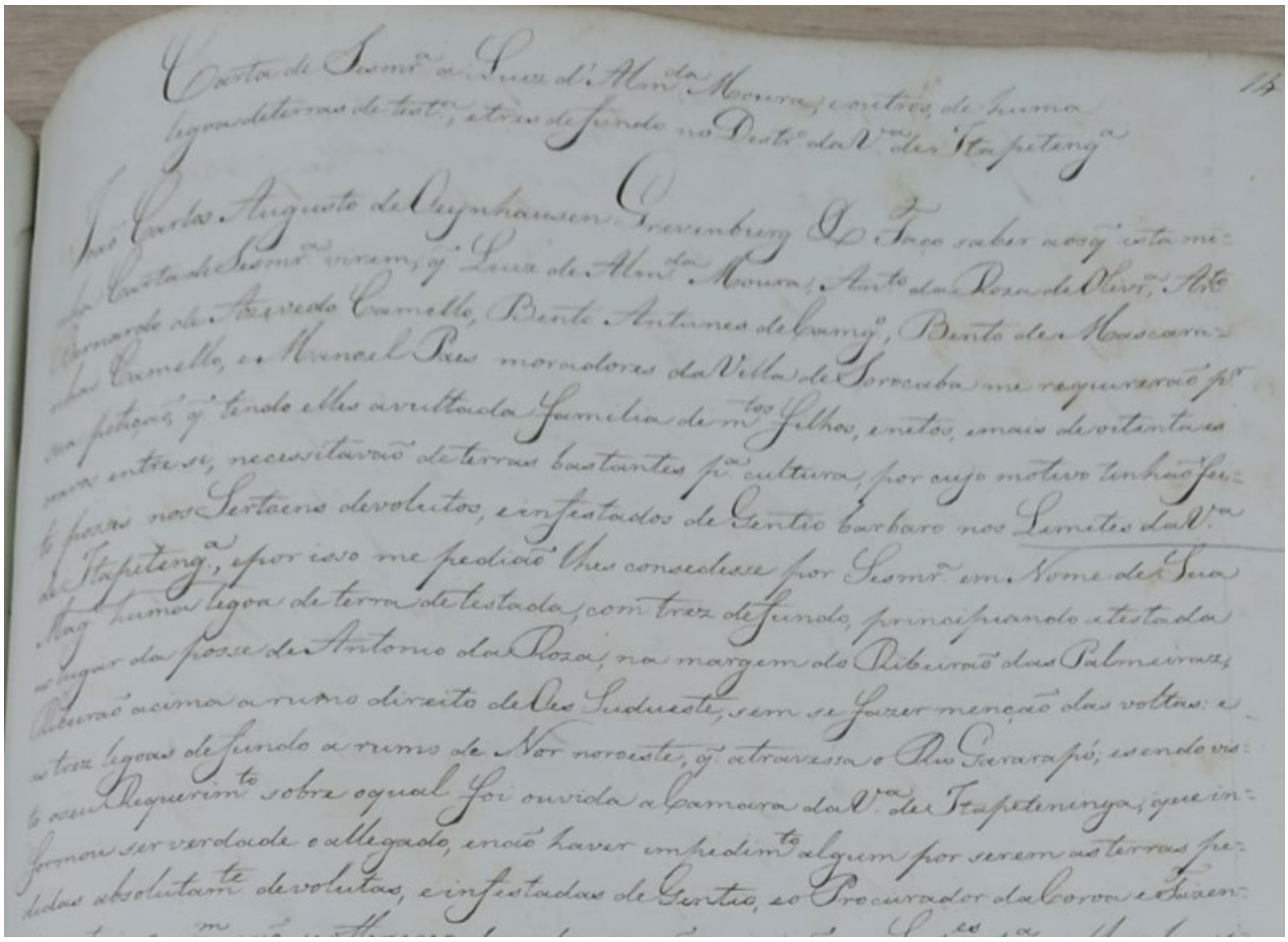
Mais afastado ainda do que todas as sesmarias anteriores, na direção oeste, foram concedidas duas propriedades à família Mascarenhas. O patriarca, Antônio Bernardo de Azevedo Camelo, era um português que fez a maioria de sua fortuna como negociante de tropas. Vivia em Santana do Capivari/MG e na década de 1790 se mudou para Sorocaba com sua família, ainda em formação, para residir em uma propriedade de seu tio, também negociante de tropas.

Na década seguinte começou a exercer serviços burocráticos como Juiz e cartorário na vila de Sorocaba. Paralelamente se dedicava ao tropeirismo e à agricultura, com um engenho de cana-de-açúcar.

Ele e um conjunto de 11 pessoas – dentre filhos, genros, sogros de seus filhos, outras pessoas importantes de Sorocaba e dois posseiros que já moravam nas terras – solicitaram duas sesmarias, alegando que seu grupo possuía mais de 80 escravizados e ocupava estas terras há algum tempo, e que estas eram *"infestadas de índios bárbaros"*.

Na verdade, estavam exagerando nas justificativas, uma prática comum de se fazer. O que queriam dizer é que estas eram as últimas terras que seriam habitadas desde Tatuí até o rio Paraná, e que

estariam sujeitas a possíveis ataques de indígenas. Se existissem indígenas, a instalação da sesmaria seria um entrave para que estes não atacassem Tatuí. Os próprios sesmeiros não conheciam as terras que solicitaram e informam isso no pedido de medição.



Trecho do registro em livro da sesmaria das Palmeiras que informa que as terras são *"Sertoens devolutos, e infestados de Gentio bárbaro"*. *Carta de Sesmr.a a Luiz d'Alm.da Moura e outros*. S. Paulo, 16/09/1819. **Arquivo Público do Estado de S. Paulo**. Livro nº 41 de Registro de Patentes e Sesmarias, Notação 1.4.34.

Tanto é verdade que as medidas das propriedades não saíram no lugar onde imaginavam. O princípio das medições foi feito mais acima do local marcado porque já havia um morador – que não quiseram considerar como intruso. Mais adiante, desistiram de continuar a medição pela direção planejada, pois o terreno era muito

íngreme - a atual divisa entre Guareí e Torre de Pedra. Sendo assim, simplesmente desviaram a demarcação da propriedade para onde fosse mais fácil de ser realizada.

A sesmaria mais ao sul, do rio Guararapó, atualmente abrangeria a parte oeste do município de Quadra, o norte de Guareí, quase toda Torre de Pedra e o sul de Porangaba. A sesmaria mais ao norte, do ribeirão das Palmeiras – que na verdade era o rio Aleluia – estaria localizada na faixa central de Porangaba, sul de Pereiras e norte de Quadra.

Na parte do Guararapó era cultivado fumo, para ser comercializado com a Corte, no Rio de Janeiro. Os filhos de Antônio Bernardo se revezavam na administração das duas propriedades, contando com a mão-de-obra de alguns escravizados.

Sesmaria de Tatuí do Capitão-Mor Domingos José Vieira e outros

Pela descrição do local, esta sesmaria era a mesma que foi concedida a Salvador Pires de Lima, em 1784. Porém, quem as pedia, agora, era o então Capitão-Mor de Itapetininga Domingos José Vieira, filho do primeiro Domingos José Vieira, citado anteriormente.

Suas terras mediam meia légua por duas e foram requeridas em conjunto com outras pessoas importantes da vila, acrescidos de alguns parentes. Muitos deles pertenciam às mesmas famílias donas da outra sesmaria das Pederneiras, concedida também em 1784.

Domingos seguiu exatamente os mesmos passos de seu pai, com negócios ligados ao tropeirismo e à agricultura. Interessante notar que, em seu requerimento de concessão, Domingos informa que seu grupo cultiva as terras *"há muitos anos com suas famílias e escravos"*. Porém, não menciona que, fora os proponentes a sesmeiros, havia mais de 20 famílias de intrusos ocupando em conjunto.

TATUÍ EM 1820

Desde os primeiros moradores em 1814, houve muitas mudanças em 6 anos. Tatuí estava fatiada entre aproximadamente 11 fazendas ou sesmarias praticamente desabitadas e uma área de médio porte sem dono, que concentrava a maioria dos posseiros de toda a região.

A quantidade de famílias pulou de 60 em 1818 para mais de 150 em 1820. A população desta região juntamente com a do Capão Alto já era tão grande que foi designado um capitão em específico para representar a autoridade de Itapetininga nesses bairros. O escolhido foi o José Gomes Pinheiro, carioca da ilha de Paquetá, negociante de tropas e arrematador de dízimos. Vinte e poucos anos depois seria pessoa importante para o desenvolvimento de Botucatu.

No censo de 1820 da região, feito sob sua responsabilidade, se contaram 151 casas. Aproximadamente 30 no Capão Alto e na Fazenda do Paiol. Havia 90 em uma faixa de sul a norte, localizada entre as Pederneiras, Rio das Pedras, Caguassú e Guarapó.

Entre o Sarapuí e Congonhal havia 28 famílias, muitas morando na parte tatuiana da Fazenda de Guarapiranga. Quando seu dono faleceu, o Cap. Mor de Sorocaba José de Almeida Leme, a propriedade ficou com sua viúva, Maria Egipsíaca de Moura, e de alguma forma foi passada a seu genro Ten. Cel. Francisco Manoel Fiuza. Com o falecimento deste em 1815, a parte da fazenda que ficou com seu filho bastardo - o Padre Joaquim Manoel Fiuza - foi dividida e vendida a vários compradores.

Apesar de não haver um núcleo de casas, a região já contava com um cemitério próprio, no bairro que chamavam de Tatuí. O primeiro registro em livros da igreja foi o sepultamento da menina Maria, de 5 meses de idade, filha do casal José Ribeiro e Maria da Conceição, em 07/05/1820.

A localização do bairro chamado Tatuí é desconhecida, porém há alguma suspeita sobre a localização deste cemitério, como veremos alguns capítulos adiante.

AS TRÊS ÚLTIMAS SESMARIAS DE TATUÍ

Em 1821 foram feitas as três últimas concessões, ocupando o restante de terras sem dono que havia. Desta forma, toda a região entre o rio Sorocaba, o rio Sarapuí e as proximidades da divisa entre Porangaba e Bofete estariam cobertas por fazendas ou sesmarias.

Sesmaria do Guararapó de André de Almeida Falcão

As terras sem dono entre o rio Guarapó, o rio Sorocaba e as sesmarias dos herdeiros de Miguel João de Castro, João Antônio de Sampaio e o Ten. Cel. Mateus da Silva Bueno foram pedidas por André de Almeida Falcão, um grande senhor de engenho de Boituva. Se localizaria atualmente nos bairros do Araçá e Campininha, em Cesário Lange. André as cultivava pelo menos desde 1819, e nelas residiam 9 famílias, que receberam cada uma sua rata.

Sesmaria das Pederneiras Pretas dos irmãos Garcia Leal

As terras desde a confluência entre os rios Tatuí e Pederneiras Pretas até o atual bairro da Enxovia foram concedidas a dois irmãos, Manoel Garcia Leal e o Ten. Antônio Garcia Leal.

De família ligada às atividades tropeiras, ambos nasceram em Jacuí/MG e eram irmãos do Capitão Januário Garcia Leal, o *"Sete Orelhas"* - talvez o mais famoso e temido justiceiro que existiu no Brasil colonial.

Estes dois irmãos eram muito próximos entre si. Tanto que a esposa de um era irmã da esposa do outro.

Antônio chegou a morar em Castro/PR, onde foi nomeado tenente. Prestou serviços na Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema, antes de assentar em Tatuí em 1817 e começar a cultivar. Dentro de suas terras não havia nenhum outro posseiro ou intruso.

Manoel morava em Porto Feliz desde que se casou, na década de 1790. Foi proprietário de outra parte de terras em Itapetininga, na

mesma época. Apenas em 1828 veio residir em Tatuí, trazendo sua família e escravos.

Sesmaria de Tatuí de Antônio Rodrigues da Costa

Esta sesmaria foi um caso à parte: não era uma concessão para atender a pessoas de grandes posses, mas atendia a um grupo de moradores de Boituva. Era formado por sete pequenos e médios agricultores capitaneados por um empreiteiro construtor de casas, Antônio Rodrigues da Costa.

Havia intrusos nesta sesmaria, porém, talvez em maior quantidade que quaisquer uma das outras da região. Eram 47 famílias, entre moradores e pessoas que apenas cultivavam um pedaço de terra. Dentre eles estavam quase todos os primeiros posseiros que chegaram entre 1814 e 1817. A estes posseiros se somam parentes que chegaram posteriormente e mais outros vizinhos e conhecidos que vieram tentar a sorte.

Antônio tratou de se organizar com todos estes posseiros antes de fazer a medição de sua sesmaria junto ao juiz. Com isto, desde o início já estavam definidas as ratas da propriedade. Alguns dos intrusos não entraram no rateio. No fim, contando entre sesmeiros e rateiros, a propriedade foi repartida entre 53 famílias.

As terras começavam na foz do ribeirão do Manduca no rio Tatuí. A divisa seguia com as terras da Fazenda de Tatuí até a estrada para a Fazenda do Paiol, nas Pederneiras Pretas, e virava rumo ao norte dividindo com o Ten. Cel. Mateus da Silva Bueno. No rumo de leste dividia com João Antônio de Sampaio, na atual Cesário Lange. Descia

o rio Guarapó rumo ao nordeste, até sua foz, dividindo com André de Almeida Falcão. Subia o rio Sorocaba até o rio Tatuí e por este acima até encontrar o ribeirão do Manduca.

Com a medição da sesmaria, a maioria dos posseiros que assentados há anos pôde finalmente legalizar a propriedade de suas terras, desde as Pederneiras Pretas até o Caguassú. Outros sesmeiros e rateiros ficaram com terras ao fim do Guarapó, na Guardinha, na divisa com a Fazenda de Tatuí e em alguns pontos às margens do rio Sorocaba. Antônio ficou como dono de boa parte do interior da área.

Ao final da medição das terras, os documentos de propriedade foram entregues na casa do rateiro Reginaldo Dias da Cunha, localizada ao atual sul de Cesário Lange. Um trecho do registro em cartório cita a alegria do sesmeiro Antônio, na ocasião: *"sendo ahi presente (...) Antonio Rodrigues da Costa, (...) dei posse judicial das terras constantes da sua sesmaria, que se achava medidas, e demarcadas judicialmente, e ele quebrou ramos e cavou terra e atirou com ella para o ár, e assim executou todas as serimonias da ley tomando e ficando de posse das ditas terras judicial e pessoalmente conforme o direito determina"*.

Apesar da aparente harmonia no processo de concessão da sesmaria, no início de 1822 13 famílias entraram com um pedido de contestação da sua demarcação. Alegavam que eram moradores há 8 anos ou menos nas terras e informaram que a rata dada para alguns foi muito menor do que o que foi combinado com Antônio Rodrigues da Costa. Outros disseram terem sido deixados de fora do rateio ou

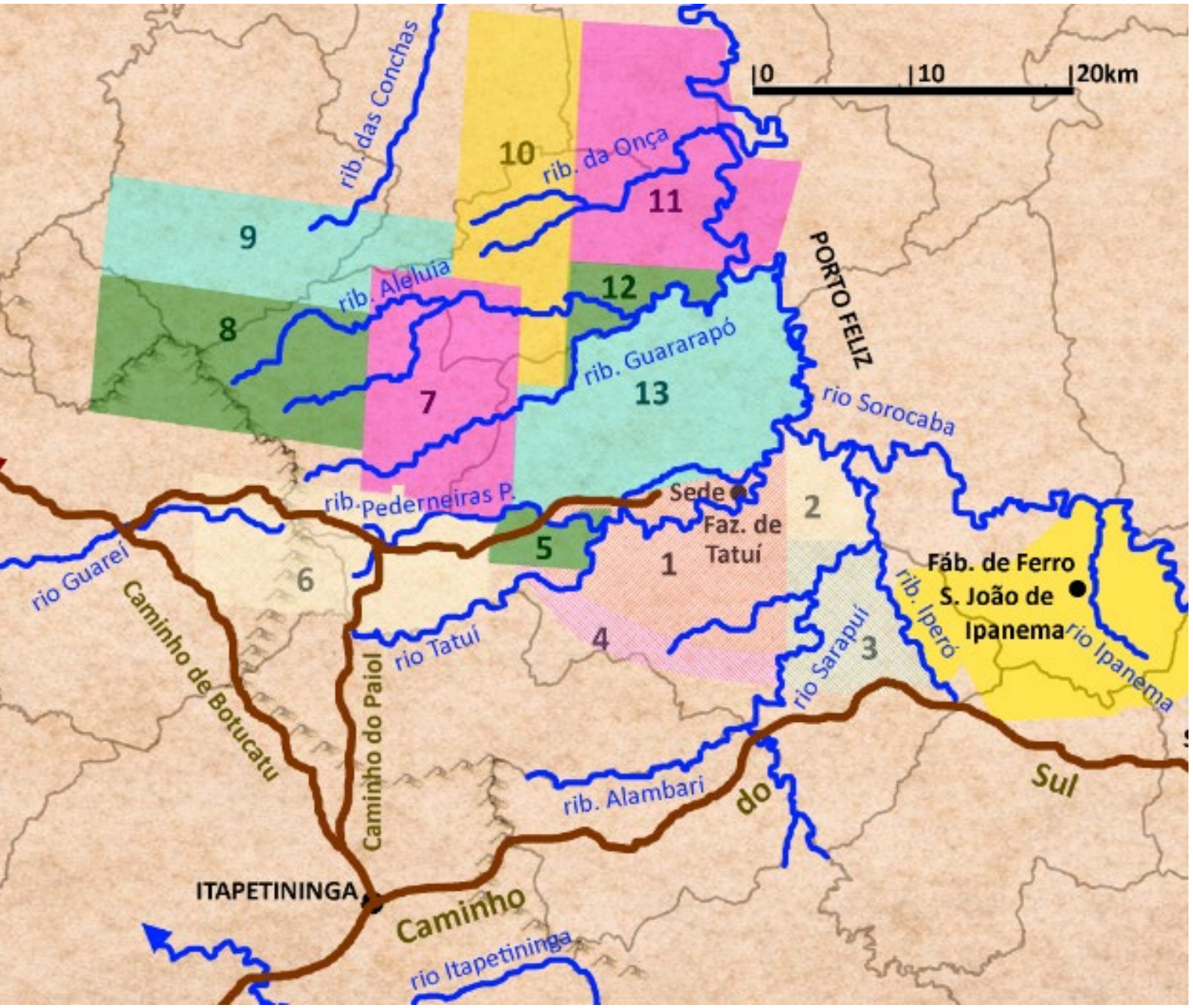
ainda expulsos para outros locais. Em meados do ano a situação foi corrigida, em uma reunião que aconteceu entre o Juiz de Itapetininga, o sesmeiro e os apelantes. Na ocasião, foi incluída uma rata para o Convento dos Carmelitas de Itu, na margem norte do ribeirão Manduca. Estas terras correspondiam a uma parte da Fazenda de Tatuí que a demarcação da sesmaria havia atravessado, desrespeitando seus limites.

A faixa de terras devolvida à Fazenda de Tatuí correspondia a uma rata da sesmaria de Antônio Rodrigues da Costa que havia sido adquirida por dois procuradores dos padres. Enganos podem acontecer...

MAPA DE TATUÍ EM 1821

1 – Fazenda Tatuí – Ordem do Carmo de Itu
2 – Tatuí-Mirim – falecido Cap. Mor Cláudio de Madureira Calheiros
3 – Faz. Guarapiranga – vários proprietários
4 – Cap. Mor Domingos José Vieira e outros
5 – Pederneiras Pretas – irmãos Garcia Leal
6 – Fazenda do Paiol
7 – Pederneiras Pretas – Ten. Cel. Mateus da Silva Bueno
8 – Guararapó – família Mascarenhas
9 – Palmeiras – família Mascarenhas
10 – Cabeceiras do rio da Onça – João Antônio de Sampaio
11 – rio Sorocaba – herdeiros de Miguel João de Castro
12 – André de Almeida Falcão
13 – Antônio Rodrigues da Costa e outros

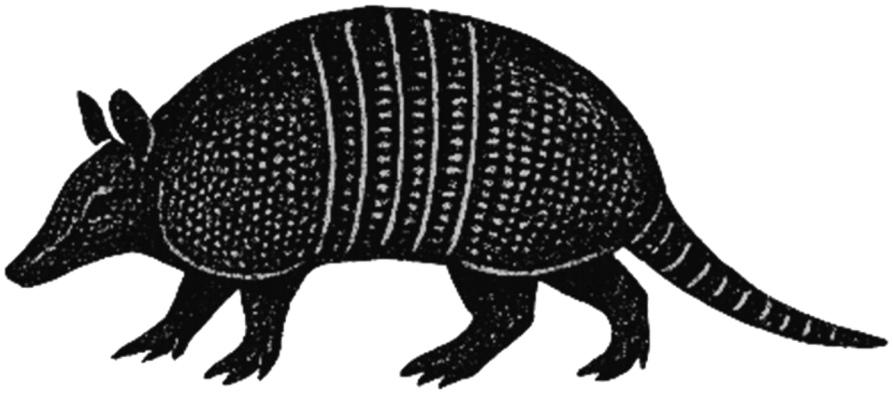
Obs.: as cores mais esmaecidas são de propriedades com limites que não puderam ser definidos com exatidão até a confecção deste livro. Ilustração de minha autoria.


0
10
20km
rib. das Conchas
rib. da Onça
10
11
9
rib. Aleluia
12
8
7
13
rib. Guararapó
PORTO FELIZ
rio Sorocaba
rib. Pederneiras P.
Sede
Faz. de Tatuí
2
5
1
6
rio Guareí
Caminho de Botucatu
Caminho do Paiol
rio Tatuí
4
rio Sarapuí
3
rib. Iperó
Fáb. de Ferro S. João de Ipanema
rio Ipanema
rib. Alambari
do
Sul
ITAPETININGA
Caminho
rio Itapetininga

Retrato de Rafael Tobias de Aguiar em traje de gala do Exército Imperial. Fez parte da decoração do prédio conhecido como *Solar da Marquesa de Santos*, em S. Paulo. Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa, foi sua esposa, com a qual tiveram 6 filhos. Retrato provavelmente pintado entre as décadas de 1820 e 1830.

Retrato do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar. **D'Argent Leilões**.

Cap. V - A HISTÓRIA CONTURBADA DA CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE TATUÍ (1820 a 1822)



Com toda essa explosão demográfica, seria praticamente certo que os habitantes de Tatuí desejassem alguma autonomia com relação à vila de Itapetininga.

A alternativa que existia para pequenas concentrações não muito grande de moradores era a criação de uma *"freguesia"*, que ficaria subordinada a uma vila. À época, a Igreja Católica e o Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves dividiam funções administrativas. Hoje, a freguesia seria comparável a uma paróquia, para a Igreja. Para o Estado, seria o equivalente a um distrito de um município.

A freguesia era criada pelo rei, onde se instalava uma capelinha, com função de Matriz. O bispo, por sua vez, destacava um padre para ser o responsável pelos fiéis da região.

Porém, a história de Tatuí não foi toda feita em Tatuí. O início de sua emancipação não partiu por caminhos diretos, através de seus moradores, em Itapetininga. Começou através de um caminho tortuoso envolvendo a vizinha Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema, em Sorocaba.

A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE S. JOÃO DO IPANEMA

A fundição de ferro no morro do Araçoiaba foi um dos primeiros acontecimentos em nossa região, com a descoberta do metal sendo feita em 1589 pelo bandeirante Afonso Sardinha. 10 anos mais tarde tentou se consolidar o povoamento dos arredores com a fundação de uma vila. Enquanto em alguns documentos o povoado era chamado de Itapeboçu, em outros se chamava Minas de Nsa. Sra. do Monte Serrat.

A vila foi transferida em 1611 para a região do Itavuvu, na atual Sorocaba, com o nome de S. Felipe. A fundição também não vingou e encerrou as atividades em 1629.

Até o final dos anos de 1600 houve duas outras tentativas de exploração. Na segunda metade de 1700 passaram por outros dois donos e a proposta frustrada de exploração feita à Coroa Portuguesa pelo Capitão-Mor de Sorocaba Cláudio de Madureira Calheiros e seu cunhado.

A Coroa, por sua vez, em 1798, resolve reativar a fundição por conta própria, mas desiste. Retomou de forma definitiva com a criação e instalação em 1811 da Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema, levantada parte com recursos próprios e parte com o capital de um grupo de acionistas *"recrutados"* entre os apoiadores do governo.

Em 1817, D. João VI cria a Freguesia de S. João do Ipanema, atendendo a um pedido dos moradores dos arredores da Fábrica. Eles alegavam ser muito grande a distância entre suas residências e a vila de Sorocaba. No pedido sugeriam que uma nova freguesia seria bem centralizada para todos se fosse criada no local da Fábrica de Ferro.

A população a ser atendida era grande, englobando a parte oeste da vila de Sorocaba, território dos atuais municípios de Iperó, Capela do Alto e Araçoiaba da Serra. Sua Matriz era uma capela minúscula que existia dentro da Fábrica de Ferro.

Apesar de criada, o Bispado de S. Paulo não designou de imediato um padre que ficasse permanentemente na capela da Fábrica. Ainda que algum pároco de Sorocaba se deslocasse para realizar batismos, casamentos ou missa, de fato, a freguesia praticamente não existia. Tanto é que todos os registros de sacramentos de S. João do Ipanema eram feitos nos livros da Matriz de Sorocaba. A solução seria designar em definitivo um padre para a Freguesia.

Antes que isso ocorresse, o padre Gaspar Antônio Malheiros, vigário provisório da Matriz de S. João do Ipanema, encaminhou para apreciação de D. João VI um requerimento solicitando a mudança da Matriz da capela da Fábrica de Ferro para a região de Tatuí – justamente o oposto do requerimento que os moradores de seus arredores haviam feito 3 anos antes, para a criação da freguesia na Fábrica.

Em 01/1820 D. João simplesmente nega o atendimento, reforçando que o despacho de criação da freguesia deveria ser cumprido, com a Matriz estabelecida na capela da Fábrica.

Em 05/1820, D. João VI autoriza o padre Malheiros como vigário responsável pela paróquia da Fábrica de Ferro. Provavelmente para relembrar e reforçar que não iria mudar de local sua Matriz, chamou a paróquia neste documento pelo nome de ***"S. João do Bemfica de Ipanema"***

OS INTERESSES DE BASTIDORES NA CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE TATUÍ

Muito se fala na história tatuiana que o diretor da Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema, Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, foi o *"culpado"* por proibir que os moradores dos arredores usufruíssem de suas propriedades, fazendo com que estes se mudassem para Tatuí em busca de novas terras que pudessem explorar. Porém, as correspondências entre as partes da Fábrica e o Governo abrem uma porta completamente nova para a explicação dos fatos.

A Fábrica de Ferro contava com subdivisões, assim como nas empresas modernas. O representante da parte de produção e administração era seu diretor Varnhagen, e o representante dos acionistas particulares era o Sargento-Mor Rafael Tobias de Aguiar.

Tobias era sorocabano, que por linhagem materna vinha de uma família muito influente. Era neto do Capitão Paulino Ayres de Aguirre, morador de Sorocaba, homem muito poderoso e rico, que arrematou da Coroa Portuguesa a parte da Fazenda de Guareí que José de Campos doou aos Jesuítas. Sendo assim, também era sobrinho de Salvador de Oliveira Ayres, o *"Sarutaiá"*, sorocabano filho de Paulino, outro homem riquíssimo e que havia sido Capitão-Mor de Itapetininga.

O pai de Tobias, Antônio Francisco de Aguiar, havia sido nomeado Tesoureiro da Fábrica de Ferro e representante dos acionistas em 1812. Acumulou este cargo com sua responsabilidade pela administração do Registro de gado de Curitiba. Tobias foi nomeado pela Fazenda Real para ser seu ajudante no Registro, quando tinha 15 anos de idade, em 1810.

Antônio faleceu em 1818, e assim Tobias passou a gerir os negócios da família, o substituindo tanto no Registro como na tesouraria e representação dos acionistas na Fábrica.

No início de 1821 Tobias toma a liberdade de enviar uma carta ao Governador da Capitania de S. Paulo lhe informando especificamente o que pensava sobre a instalação da freguesia de S. João do Ipanema.

Ele acreditava que, caso mantivesse a Matriz da freguesia na capela da Fábrica, eles não poderiam negar que os moradores da região viessem morar dentro dos limites da própria Fábrica. E como a utilização das terras para a lavoura pelos que moravam na

vizinhança já prejudicava o andamento da fundição, a chegada de mais pessoas agravaria a situação.

Como solução, ele sugere que a Coroa compre as propriedades dos vizinhos da Fábrica e transfira a freguesia de S. João do Ipanema para Tatuí. Com o dinheiro da indenização eles se instalariam nas terras sem dono daquela região, o que faria preservar as matas e as terras dos arredores da Fábrica para a produção de carvão para a fundição.

O Governador, por sua vez, pede a Varnhagen, o representante da administração, que lhe diga sua opinião sobre os apontamentos de Tobias. Em sua resposta por carta, Varnhagen é contrário a tudo. Dentre os muitos argumentos, alguns seguem abaixo:

- Diz que a freguesia no Ipanema já estava instalada e não faria com que novos moradores viessem morar dentro dos terrenos da Fábrica. Explica que nem todas as freguesias contavam com um aglomerado de casas, como sugeria Tobias. Pelo contrário, a maioria era formada por moradores esparramados por sítios e fazendas. Informa que em outros lugares do mundo os locais onde existem fábricas estão cercados de moradores que são seus empregados, e deveria ser assim em Ipanema;

- A utilização dos terrenos e das matas pelos vizinhos da Fábrica era mínima e não atrapalhava seu andamento. Além do mais, caso eles fossem embora, não haveria quem lhes fornecesse lenha. Ele calcula que a quantidade de roças e lenha economizada pela mão-de-obra que fosse embora seria a mesma a ser gasta para sustentar os

novos escravizados que os substituiriam no serviço de fabricar carvão. Seria *"trocar seis por meia dúzia"*;

- Se o Governo comprasse as terras dos moradores dos arredores da Fábrica eles não iriam embora, pois a freguesia já estava instalada no Ipanema. Todos eles já tinham outros terrenos para plantio, na própria Tatuí ou na Fazenda de Guarapiranga. Já não havia a mesma situação de perigo de irem embora, alertada por Varnhagen em 1818 e que Tobias dizia ainda ocorrer;

- Os moradores que não quiseram vender carvão para a Fábrica já haviam se mudado todos para Tatuí. A informação que Tobias havia dado sobre a existência de terras sem dono era falsa, pois somente havia áreas disponíveis depois da sesmaria do Ten. Cel. Mateus da Silva Bueno, muito distante. Alerta que a retirada da freguesia de Ipanema para ser realocada em Tatuí faria com que toda a vizinhança da Fábrica fosse embora, acompanhando a nova Matriz.

Varnhagen era direto em suas opiniões, mas também costumava se usar de indiretas para tratar de assuntos delicados. E assim solta duas informações ao Governador: logo no início da carta já diz que ele, Varnhagen, não é proprietário de nada em Tatuí para desejar que a Freguesia se mudasse para lá. Também não era parente nem amigo particular do Vigário de Sorocaba, que lhe foram tomados metade de seus fiéis para a criação desta freguesia.

Retrato de Frederico Guilherme Warnhagen. Bernhard Wiegandt, 1929. **Museu Paulista**. ID 1-19396-0000-0000.

Entremeado na carta, quando fala dos vizinhos da Fábrica que haviam se mudado para Tatuí, cita despretensiosamente que Tobias *"lá também fez um Estabelecimento assim como outros poderosos de Sorocaba"*.

Varnhagen não mentiu sobre nada.

A indireta sobre a ligação com o vigário de Sorocaba era real: um irmão e uma irmã do vigário Antônio Ferreira Prestes eram casados, respectivamente, com uma tia e um primo de Tobias, entrelaçando dessa forma suas famílias.

Sobre o estabelecimento em Tatuí, Tobias era um dos 38 rateiros, posseiros e intrusos da sesmaria do Cap. Mor Domingos José Vieira. Sua parte nas terras se situava no Congonhal.

Quanto aos *"poderosos de Sorocaba"*, Varnhagen provavelmente se referia aos negociantes de tropas que arrendavam a Fazenda de Tatuí. Estes negociantes formavam um grupo familiar encabeçado por Jerônimo Antônio Fiuza.

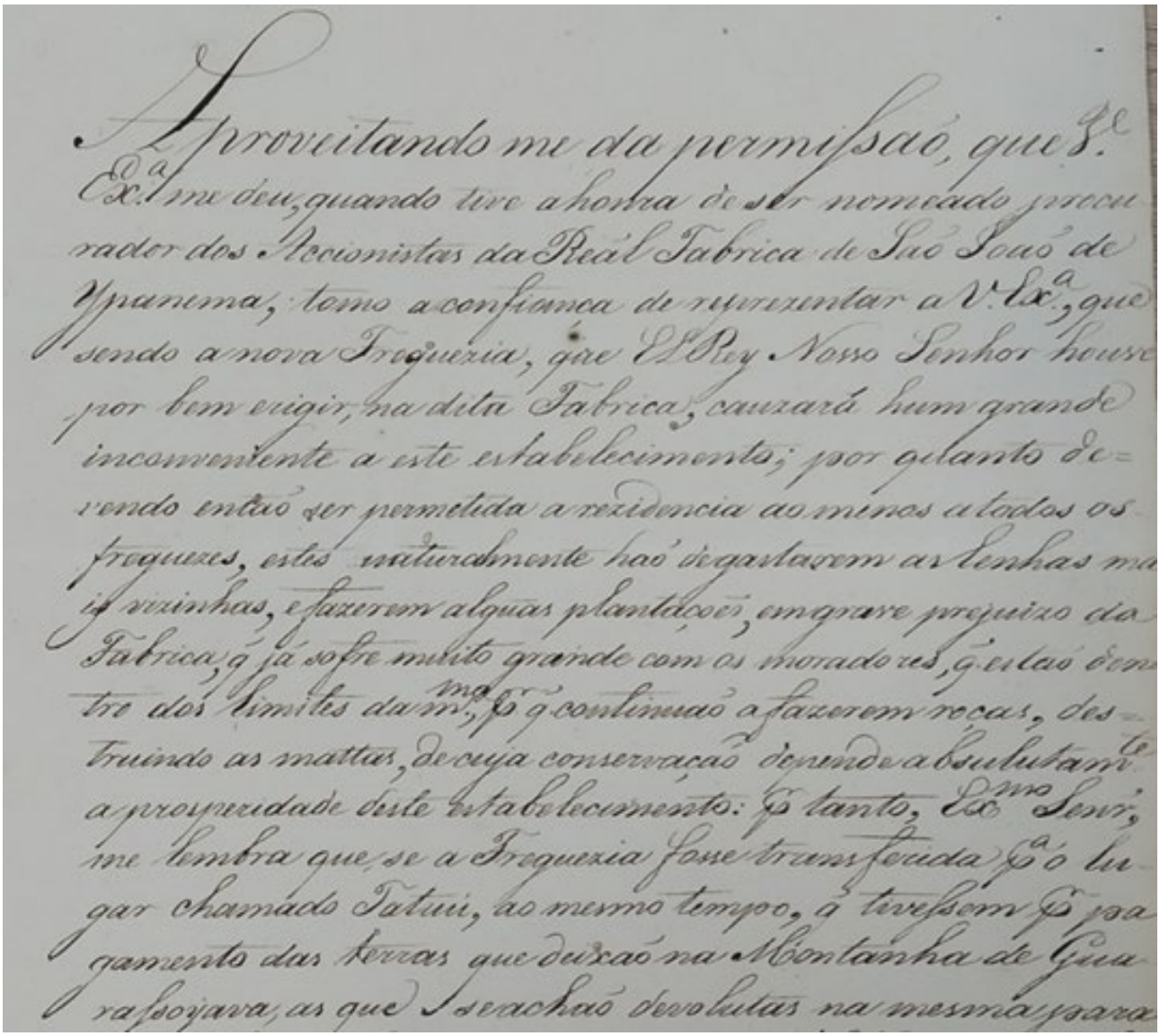
Jerônimo era primo do Padre Manoel Antônio Fiuza, proprietário da vizinha Fazenda Guarapiranga. Os Fiuza e Xavier de Freitas eram as únicas famílias de sorocabanos relevantes que moravam em Tatuí. Eles eram os procuradores dos Carmelitas que foram obrigados a devolver as ratas de terra aos padres, na sesmaria de Antônio Rodrigues da Costa.

Se Tobias tinha interesses particulares, talvez estivesse por trás do requerimento sem sentido algum de mudança da Freguesia de Ipanema para Tatuí, pois *"mataria dois coelhos com uma cajadada só"*: esta freguesia acabaria e o Vigário de Sorocaba teria os seus paroquianos de volta; e Tatuí ganharia um estímulo para que mais pessoas viessem morar, impulsionando economicamente os negócios de Tobias.

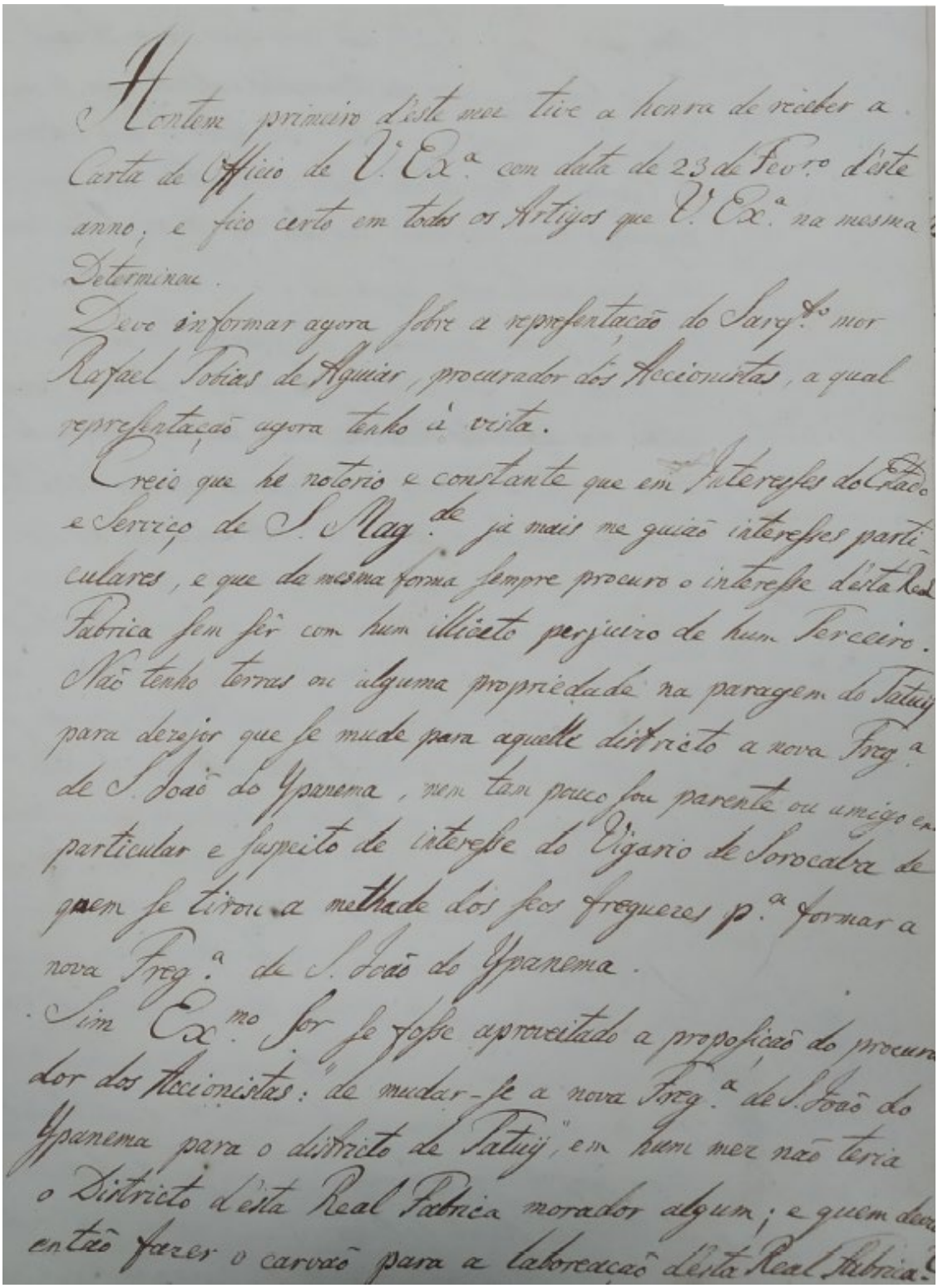
Varnhagen ainda faz mais algumas observações: ele acreditava que se os moradores de Ipanema realmente quisessem retirar a sede da Freguesia da Fábrica, poderiam levar para dois locais próximos, sendo um deles já bem habitado. Desta forma, ninguém precisaria se mudar de sua casa para ficar próximo à Matriz. Mas, conhecendo

seus vizinhos, ele pensa que se dependessem deles mesmos para que essa nova matriz fosse construída, *"levaria dúzias de anos"*.

Por fim, Varnhagen tem a opinião que Tatuí deveria ter sua própria freguesia. Tanto por ser muito distante da vila de Itapetininga, a qual pertencia, quanto pela quantidade de habitantes que já possuía.



Sugestão de Rafael Tobias de Aguiar para que a Freguesia de S. João do Ipanema fosse *"transferida para o lugar chamado Tatuú"*, apresentando diversas justificativas. *Carta de Rafael Tobias de Aguiar ao Governador João Carlos Augusto de Oyenhausen*. Sorocaba, 31/01/1821. **Arquivo Público do Estado de S. Paulo**. Localização CO0247-F30.



Ontem primeiro deste mez tive a honra de receber a Carta de Officio de V. Ex.a com data de 23 de Fev.ro deste anno, e fico certo em todos os Artigos que V. Ex.a na mesma Determinou.

Devo informar agora sobre a representação do Sarg.to mor Rafael Tobias de Aguiar, procurador dos Accionistas, a qual representação agora tenho á vista.

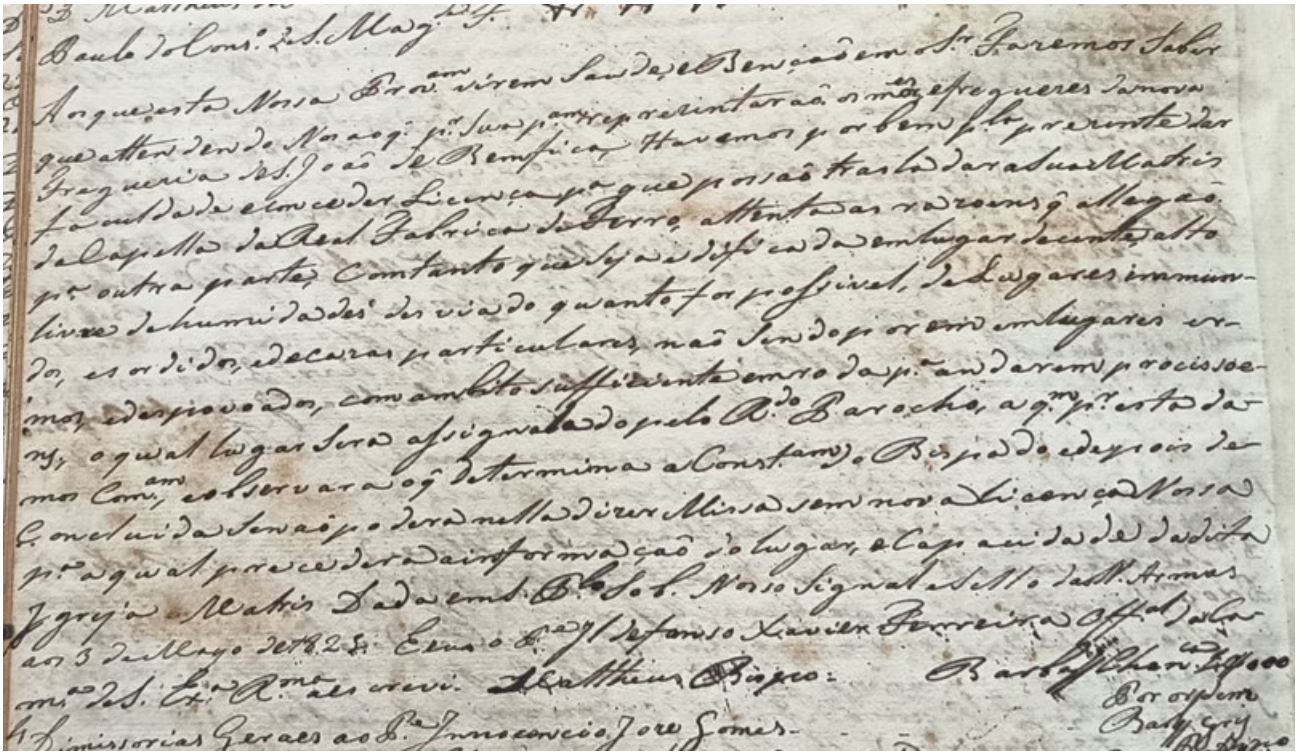
Creio que he notorio e constante que em Interesses do Estado e Serviço de S. Mag.de já mais me guião interesses particulares, e que da mesma forma sempre procuro o interesse desta Real Fabrica sem ser com hum illicito perjuizo de hum Terceiro. Não tenho terras ou alguma propriedade na paragem do Tatuy para dezejar que se mude para aquelle districto a nova Freg.a de S. João do Ypanema, nem tam pouco sou parente ou amigo em particular e Suspeito de interesse do Vigario de Sorocaba de quem se tirou a methade dos seos freguezes p.a formar a nova Freg.a de S. João do Ypanema.

Sim Ex.mo Sor se fosse aproveitado a proposição do procurador dos Accionistas: de mudar-se a nova Freg.a de S. João do Ypanema para o districto de Tatuy, em hum mez não teria o Districto desta Real Fabrica morador algum; e quem deva então fazer o carvão para a laboreação desta Real Fabrica?

Resposta de Varnhagen ao Ofício do Governador, informando que não tem *"terras ou alguma propriedade na paragem do Tatuÿ para dezejar que se mude para aquelle districto a nova Freg.a de S. João do Ypanema"*, dentre outros apontamentos sobre a permanência da freguesia em Ipanema e a criação de uma nova em Tatuí. *Carta de Frederico Luís Guilherme de Varnhagen ao Governador João Carlos Augusto de Oyenhausen*. Sorocaba, 02/03/1821. **Arquivo Público do Estado de S. Paulo**. Localização CO0247-F13.

A AUTORIZAÇÃO DA RETIRADA DA FREGUESIA DA FÁBRICA DE FERRO

D. João VI, que morava no Brasil desde 1808, embarcou em um navio voltando em definitivo para Portugal, em 04/1821. Uma semana depois da ida do rei, o Bispo de S. Paulo autorizou que a sede da paróquia de S. João do Bemfica de Ipanema fosse retirada da Fábrica de Ferro para algum lugar ainda a ser definido.



Provisão para que os moradores e fregueses da nova Freguesia de S. João de Bemfica possão trasladar a sua Matriz da Capella da Real Fabrica de Ferro. Bispo Mattheus de Abreu Pereira, S. Paulo, 03/05/1821. **Cúria Metropolitana de S. Paulo**. Registros de Provisões e Outros Papéis 1818-1827 Fl. 57v. Notação 10-1-16.

Na autorização, o Bispo informa que atendeu a uma representação dos moradores e fregueses do Ipanema.

Novamente Varnhagen acertou: a *"boa vontade"* dos moradores fez com que a Matriz somente fosse transferida em 1826 - apesar de

ter ocorrido, em 1823, uma tentativa de transferência da sede para Campo Largo, que hoje é o Centro de Araçoiaba da Serra. Isso significa que o entusiasmo da transferência da sede não durou muito ou a solicitação de mudança não representava realmente a vontade da maioria de seus moradores.

FINALMENTE A CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE TATUÍ

Como a criação de freguesias era responsabilidade da Corte, o Bispo de S. Paulo levou para a análise do Príncipe D. Pedro um pedido dos moradores dos bairros do Tatuú, Guaxingu e Pederneiras Pretas para que fosse criada uma freguesia em um desses três bairros. Alegavam estar muito afastados da sede da vila de Itapetininga. Em resposta, o Príncipe autorizou, em 30/01/1822, a criação da nova freguesia no bairro do Tatuú, com a devida consagração à Nossa Senhora da Conceição.

Sendo assim, ao ouvir a voz do povo – e talvez os sussurros de Rafael Tobias de Aguiar - o Príncipe D. Pedro fez com que Tatuí viesse a existir.

Assim, cabe um pensamento: poderíamos ser hoje o município de *"Guaxingu"* ou de *"Pederneiras Pretas", "se"* D. Pedro tivesse escolhido os outros bairros. O núcleo poderia ter sido a Fazenda do Guarapiranga ou a Fazenda do Paiol. *Poderia*. Mas o *"se"* não existe.

Abaixo segue transcrição do documento:

"Cópia do Alvara por q. S. Alteza Real Há por bem, que seja Erecta huma Freguesia no Bairro de Tatuu Termo da Villa de Itapetininga

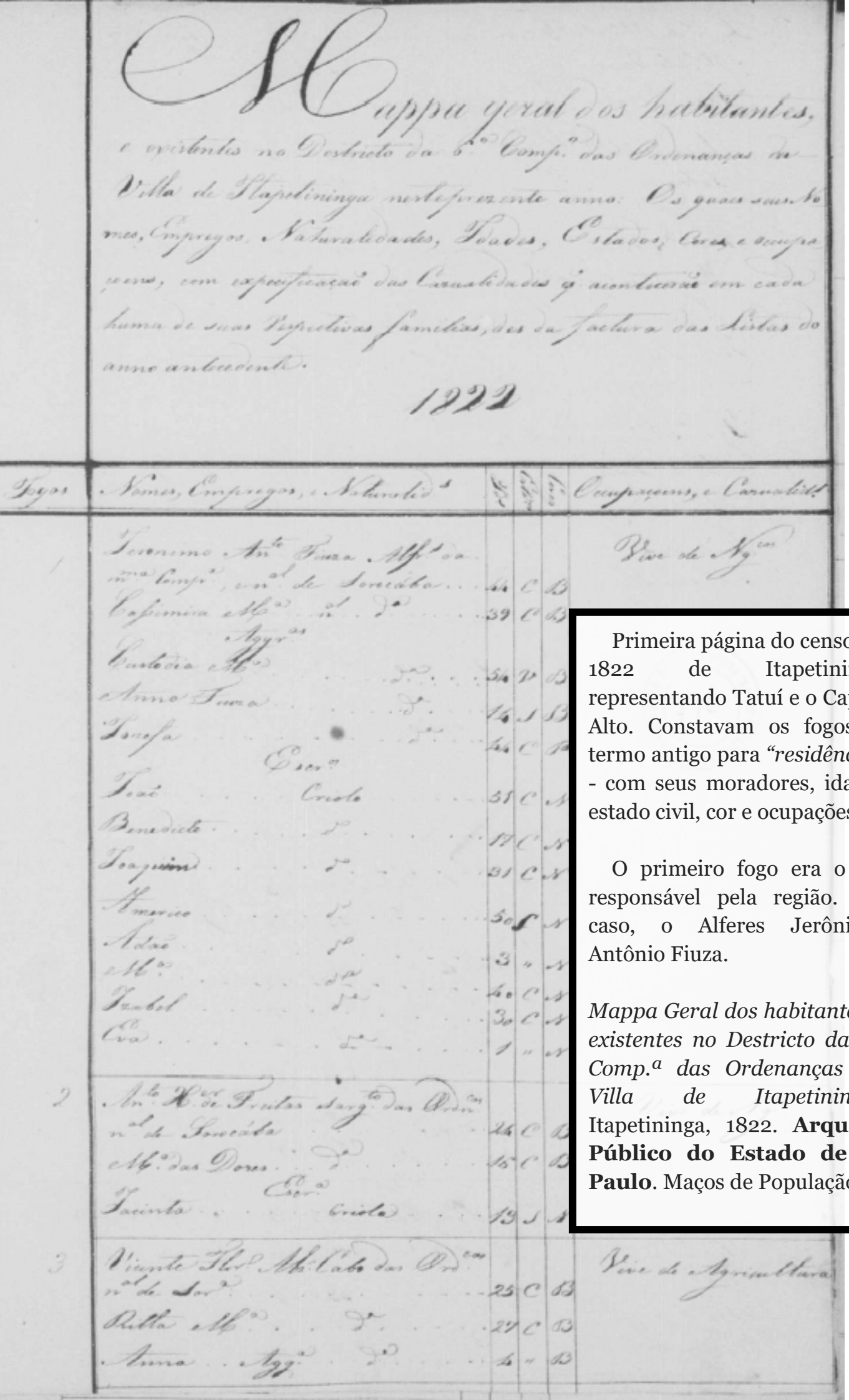
Eu Principe Regente Faço saber, que sobindo a Minha
Real Presença em Consulta da Meza da Consciencia, e Ordens
huma representação do Reverendo Bispo de S. Paulo
como requerimento de alguns moradores da Freguesia de
Itapetininga daquele Bispado residentes nos bair-
ros de Tatuu, Guaxingu, e Pedreneiras pretas, em que
Me pedião pela razão da grande distancia em que
se achavão da dita Freguezia, a Erecção de huma outra em
hum daqueles Bairros, aque todos os moradores delles fi-
cassem pertencendo. O que visto, e respostas dos Procura-
dores Geral das ordens, e da Coroa, e Fasenda, que tudo Me
foi presente na mesma consulta. Hey por bem, que
no Bairro de Tatuu, hum dos acima mencionados
seja erecta huma nova Freguesia com a Invocação
de Nossa Senhora da Conceipção, aqual ficara abran-
gindo todos os sobreditos Bairros, que ficarão desanexa-
dos da Freguesia de Itapetininga, a que actualmente
pertencem. Este se cumprira, como nelle se contem,
sendo passado pela Chancellaria das Ordens, e valera como
Carta, posto que seo efeito haja de durar mais de hum an-
no tem embargo de Ordenação em Contrario, sendo re-
gistrado nos Livros da Camara do Bispado de São Pau-
lo, da nova Freguesia, e das que com ella confinarem.
Rio de Janeiro cinco de Março de mil, oito centos,
e vinte, e dois = Principe (...)"

Cópia do Alvará de criação da Freguesia de Tatuu. Príncipe Regente D. Pedro de Alcantara, Rio de Janeiro, 05/03/1822. ***Cúria Metropolitana de S. Paulo***. Registro de Provisões e Alvarás Régios Referentes à Creação do Bispado de S. Paulo 1746-1842 Fl. 127. Notação 4-2-31.

Copia do Alvara porq. S. Alteza Real Ha por bem, que seja erecta huma Freguezia no Bairro de Tatuhi Termo da Villa de Itapeteninga — 126

127

Eu o Principe Regente. Faço saber, que sobindo a Minha Real Prezença em Consulta da Meza da Consciencia, e Ordens huma representação do Reverendo Bispo de São Paulo com o requerimento de alguns moradores da Freguezia de Itapeteninga daquelle Bispado residentes nos bairros de Tatuhi, Guarexingu, e Pedreneiras, sitas, em que Me pedião pela razão da grande distancia em que se achavão da dita Freguezia, a Creação de huma outra em hum daquelles Bairros, a que todos os moradores delles ficassem pertencendo. O que visto, e resposta dos Procuradores Geral das Ordens, e da Coroa, e Fazenda, que tudo Me foi presente na mesma Consulta. Hey por bem, que no Bairro de Tatuhi, hum dos acima mencionados seja erecta huma nova Freguezia com a Invocação de Nossa Senhora da Conceição, a qual ficará abrangindo todos os sobreditos Bairros, que ficarão desanexados da Freguezia de Itapeteninga, a que actualmente pertencem. Este se cumprirá, como nelle se contem, sendo passado pela Chancellaria das Ordens, e valerá como Carta, posto que seo effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenação em contrario, sendo registado nos Livros da Camera do Bispado de São Paulo, da nova Freguezia, e das que com ella confinarem. Rio de Janeiro cinco de Março de mil, oitto centos, e vinte, e dois — Principe — Alvará pelo qual Vossa Alteza Real Ha por bem, que seja erecta huma Freguezia no Bairro de Tatuhi do Bispado de São Paulo, como acima se declara. — Para Vossa Alteza ver. — Por Immediata Resolução de Sua Alteza Real de trinta de Janeiro de mil, oitto centos, e vinte, e dois, e despacho da Meza da Consciencia, e Ordens de treze de Fevereiro do mesmo anno. Registado a folhas cento, e vinte e seis, Livro undecimo. Registe-se. Seis centos reis — José de Oliveira Pinto Botelho, e Mosqueira. — Bernardo Joze da Cunha Guimarães e Vasconcellos — João Pedro



Mappa geral dos habitantes, e existentes no Destricto da 6.ª Comp.ª das Ordenanças da Villa de Itapetininga neste prezente anno: Os quaes seus Nomes, Empregos, Naturalidades, Idades, Estados, Cores e occupaçoens, com expecificação das Cazualidades q. acontecerão em cada huma de suas respectivas familias, des da factura das Listas do anno antecedente.

1822

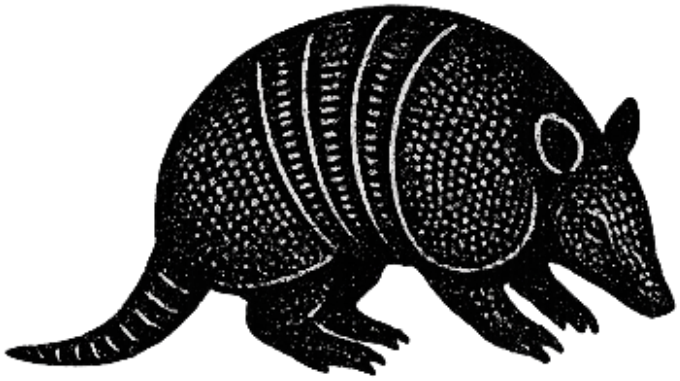
Fogos	Nomes, Empregos, e Naturalid.s	Id.s	Estados	Cores	Occupaçoens, e Cazualid.s
1	Jeronimo Ant.º Fiuza Alf.s da m.ma Comp.ª, e n.al de Sorocaba	44	C	B	Vive de Ng.cos
	Cassimira M.ª n.al d.º	39	C	B	
	Aggr.as				
	Custodia M.ª d.º	54	V	B	
	Anna Fiuza d.º	14	S	B	
	Jozefa d.º	44	C	P	
	Escr.os				
	João Criolo	51	C	N	
	Benedicto d.º	17	C	N	
	Joaquim d.º	31	C	N	
	Americo d.º	50	S	N	
	Adão d.º	3	"	N	
	M.ª d.ª	40	C	N	
	Izabel d.ª	30	C	N	
	Eva d.ª	1	"	N	
2	Ant.º H.er de Freitas Sarg.to das Ord.cas n.al de Sorocaba	24	C	B	
	M.ª das Dores d.º	15	C	B	
	Escr.ª				
	Jacinta Criola	13	S	N	
3	Vicente Flor. Alf. Cabo das Ord.cas n.al de Sor.ª	25	C	B	Vive de Agricultura
	Rita M.ª d.º	27	C	B	
	Anna Agg.ª d.º	4	"	B	

Primeira página do censo de 1822 de Itapetininga representando Tatuí e o Capão Alto. Constavam os fogos – termo antigo para *"residência"* - com seus moradores, idade, estado civil, cor e ocupações.

O primeiro fogo era o do responsável pela região. No caso, o Alferes Jerônimo Antônio Fiuza.

Mappa Geral dos habitantes e existentes no Destricto da 6ª Comp.ª das Ordenanças da Villa de Itapetininga. Itapetininga, 1822. **Arquivo Público do Estado de S. Paulo**. Maços de População.

Cap. VI - COMO ERA A SOCIEDADE TATUIANA (1822)



A quantidade de moradores de Tatuí realmente correspondia à necessidade da criação de uma freguesia.

Segundo o censo de 1822, Tatuí e o Capão Alto haviam passado de 151 casas em 1820 para 204. Eram 25 no bairro de Tatuí, 32 no Campo, 33 no Sarapoú, 11 no Mato, 29 no Mato Dentro, 19 no Congonhal, 9 no Paiol e 44 no Capão Alto.

Assim como hoje, o censo era feito por *"quarteirões"*, que também poderiam ser chamados de *"esquadra"*. Isso significa que, se houvesse uma sequência de famílias na listagem, provavelmente seriam vizinhos uns dos outros. Ajudaria os futuros historiadores se os nomes dos bairros fossem citados, mas isso não acontecia sempre. Era mais frequente esse tipo de informação apenas nos registros de óbito da Igreja.

Os nomes destes quarteirões poderiam não ser exatamente o nome de um bairro. Neste censo de 1822, temos a esquadra do *"Mato"*, que era a região próxima ao rio Guarapó, nos bairros do

Turvo e Rio das Pedras. *"Campo"* era uma região vasta da sesmaria de Antônio Rodrigues da Costa, trechos das sesmarias de André de Almeida Falcão e Miguel João de Castro.

O termo *"Mato Dentro"* é um exemplo curioso do que acontecia em alguns documentos dos anos de 1700 e 1800. Na segunda metade de 1700 as línguas indígenas foram proibidas de serem faladas no Brasil. Isso sufocou a utilização das variantes do tupi utilizadas no país todo, disseminadas pelos bandeirantes e que ainda eram faladas em S. Paulo.

Coincidência ou não, alguns nomes de locais passaram a ser traduzidos de sua origem indígena para seus termos equivalentes em português. Isso demonstra que o povo conhecia palavras de ambas as línguas. *"Mato Dentro"* pode ser considerado uma tradução de *"Caguassu"* (*caá* = mato, *guaçu* = grande, significando uma *"floresta densa"*, *"mato grosso"*, *"mato dentro"*). Neste censo, a esquadra denominada "Mato Dentro" era exatamente onde está localizado o atual bairro do Caguassu.

"Sarapuí" significa *"rio do sarapu"*, uma espécie de peixe-elétrico. Neste censo de 1822 está registrado como *"Sarapoú"*, que é a mesma coisa. Nessa época, muitas palavras indígenas eram escritas com a letra "y", mas por um motivo claro: era o registro de um tipo de pronúncia que os índios faziam, mas os portugueses não. Então, quando a palavra era indígena e tinha este *"y"*, se armava a boca para falar a letra *"u",* mas, em vez disso, pronunciava a letra *"i"*. É um som confuso que mistura as duas letras, fazendo com que, naquela época,

a escrita de palavras com esse som variasse conforme o ouvido de quem escrevia. Por este motivo, existem as variações *"Tatuy"*, *"Tatuhy"*, *"Tatuí"*, *"Tatuú"*, *"Tatuhú"* e *"Tatuû"*.

Alguns nomes somente podem ser corretamente traduzidos quando conhecemos sua grafia original. O rio Guarapó antigamente era conhecido como "*Guararapó"*, cuja tradução seria algo como *"barulho do tambor"* (*guarara* = tambor, *pu* = barulho). Se fossemos traduzir o nome atual, faríamos da forma errada e o resultado sairia *"barulho do lobo guará"*.

Um erro de tradução semelhante e já consolidado ocorre com Guareí, que sempre é descrito como *"rio do lobo guará"*. Porém, o termo indígena original era *"guayary"* ou *"guayaruy"*, que provavelmente significava algo como *"rio de um vale"* (*guáia* = vale).

"Congonhal" já é mistura da língua indígena com a portuguesa. Sua tradução seria algo como *"plantação de congonha",* o nome que se usava em S. Paulo para a erva-mate.

À época, vários locais de Itapetininga e Tatuí possuíam o nome de *"pederneiras"*. O termo se refere a um tipo de pedra utilizada principalmente em mecanismos de ignição de armas de fogo. Vez ou outra aparecem registros do Governo da Capitania de S. Paulo solicitando que fossem extraídas pederneiras de nossa região para municiar seus soldados. Para este serviço, havia pessoas especializadas na extração e lapidação dessas pedras. Duas delas eram moradoras de Tatuí, Joaquim Caetano e José Nunes da Silva.

Quanto às ocupações dos outros moradores, 6 famílias eram de negociantes de tropas. Antônio Rodrigues Bueno era o único ferreiro e José Joaquim era funcionário público da vila de Itapetininga.

O único grande engenho estabelecido até então era administrado por Inácio Xavier César, e estava instalado na sesmaria de seu pai, o Ten. Cel. Mateus da Silva Bueno. Contava com a mão de obra de 13 escravizados.

Os demais agricultores somavam 179 famílias, sendo que 171 eram de agricultores e 8 jornaleiros – estes últimos todos no Capão Alto.

Na contramão de quem conseguia se sustentar, 16 famílias viviam de esmolas ou dependiam de outras famílias, sendo 9 delas moradoras no Capão Alto.

A pequena *"elite"* tatuiana

Apesar de mais de 8 entre 10 famílias se dedicarem à agricultura, pouquíssimas famílias agrárias fariam parte do pequeno círculo de poder que estava em formação na nova freguesia. Se resumiam praticamente a Inácio Xavier César, o sesmeiro Antônio Garcia Leal e José Luciano Leite.

José Luciano morou em Tietê por mais de 40 anos antes de se mudar para um pedaço da sesmaria de Domingos José Vieira, na Água Branca. Chegou provavelmente em 1820, com sua esposa, seus 11 filhos e 16 escravizados. Era vizinho da propriedade de Rafael Tobias de Aguiar.

Os negociantes de tropas da família Fiuza e Xavier de Freitas completavam a pequena elite local. Tanto que Jerônimo Antônio Fiuza foi nomeado Alferes da Companhia de Ordenanças de Tatuí e Capão Alto e foi o responsável por realizar o seu censo em 1822.

Este grupo familiar se fixou na região em torno de 1818 e era composto por ele e dois de seus cunhados, José Maria de Camargo e Teodoro José de Camargo. Completavam o grupo seu genro, Antônio Xavier de Freitas, com seu respectivo pai, Francisco Xavier de Freitas.

Indumentária de tropeiros, paulista negociante de cavalos e negros. *Estudos*. Jean-Baptiste Debret, 1820-1830. **Museus Castro Maya**.

Se Tobias possuía algum interesse particular em Tatuí, talvez outro arrendatário dos Padres também tivesse, o Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão. Paulistano e extremamente rico, possuía engenhos de cana e fazendas dedicadas à agricultura e criação de

tropas. Suas propriedades estavam esparramadas pela Província de S. Paulo, localizadas em Itu, Piracicaba, São Carlos, Jacareí, Taubaté e Areias.

Em Tatuí, adquiriu a Fazenda do Paiol entre 1820 e 1822, mudando seu nome para Fazenda Dois Corações. A utilizaria para criar éguas e iniciar uma cultura agrícola na qual ele era um dos pioneiros de introdução na província, o café.

Em meados de 1822 Jordão não atravessava um bom momento em sua vida pública. Ele fez parte da Junta Provisória da Província de S. Paulo entre 06/1821 e 05/1822, um órgão administrativo criado por D. João VI para substituir o antigo regime das capitanias. Em termos comparativos com os dias de hoje, seria uma forma rudimentar da Assembleia Legislativa de Deputados Estaduais.

Sua saída da Junta foi provocada por uma articulação de seus adversários políticos do chamado Partido Retrógrado. Esse grupo de pessoas era a favor do rebaixamento do Brasil à condição de colônia, pois à época ambos Brasil e Portugal possuíam status igualitário, formando um Reino Unido.

Pouco tempo depois, os ares melhorariam para Jordão. Com a Proclamação da Independência do Brasil, no mesmo ano, em 07/09, voltaria a ser respeitado como político e como pessoa, pois D. Pedro I era seu amigo pessoal. A chácara do Ipiranga onde ocorreu o Grito de Independência era de Jordão, assim como a casa em S. Paulo onde o novo monarca costumava pousar.

A época também foi propícia para Rafael Tobias de Aguiar estreitar laços com D. Pedro I. Tobias já era conhecido da Corte há muito tempo, não apenas pela nomeação para trabalhar em conjunto com seu pai em Curitiba ou por ser o representante dos acionistas da Fábrica de Ferro. Também o conheciam pessoalmente por ser o representante do comércio de tropas de sua família, no Rio de Janeiro.

10 anos antes já havia contribuído com a Corte no custeio de uniformes para soldados enviados ao Sul. Em 1821, pouco tempo depois da decisão de D. Pedro de permanecer no Brasil em vez de voltar para Portugal – que ficou conhecida como *"Dia do Fico"* -, armou pessoas para combater um motim liderado por um militar português, que via a decisão de D. Pedro como uma ameaça à Portugal.

Agora, lendo no papel, tudo parecia estar encaminhado para que Tatuí - o *"quintal dos amigos do rei"* – politicamente deslanchasse como freguesia. Mas seria ousado imaginar que um lugar com talvez quase 80% da população vivendo da agricultura de subsistência impulsionasse alguma coisa. Ou seja, mal havia renda.

E agora, quem poderia os ajudar? O povo poderia continuar a contar com a astúcia destas pessoas bem relacionadas na Corte?

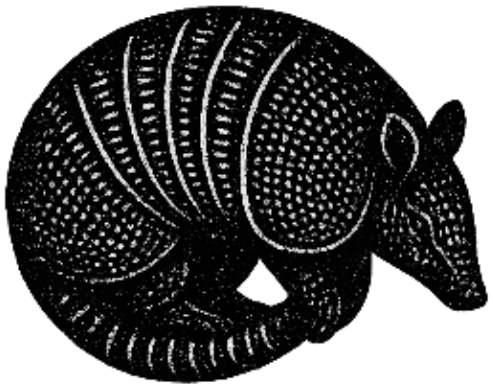
Única imagem existente do Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, pintada quando tinha 44 anos de vida.

Filho de pai homônimo, era talvez o homem mais rico da Cap. de S. Paulo. Parte de seu patrimônio herdou de seu pai, comerciante de ouro em Cuiabá. Seu padrinho de batismo foi o Mestre de Campo Manoel Antônio de Araújo, arrematador de registros de gado que comprou a fazenda de Simão Barbosa Franco em Itapetininga, no Capão Alto.

Foi proprietário da fazenda que deu origem ao município de Campos do Jordão.

Retrato do Brig. Manoel Rodrigues Jordão. 1825. **Acervo da Família**.

Cap. VII - DA INSTALAÇÃO DA FREGUESIA DE TATUÍ A CRIAÇÃO DO ROCIO (1822 a 1826)



Ao contrário da freguesia de S. João do Ipanema que demorou 4 anos para ser instalada, a freguesia de Tatuí conseguiu o feito ainda no mesmo ano de criação, em 1822.

Foi utilizada provisoriamente para sua instalação, durante o mês de dezembro de 1822, uma capela consagrada à Nsa. Sra. Do Carmo. Como a devoção indica, pertencia aos Carmelitas e estaria localizada dentro da Fazenda de Tatuí.

O vigário Anacleto Dias Batista foi o primeiro responsável pela freguesia. Os primeiros atos de sacramento realizados por ele foram três batismos, no dia 1º de dezembro de 1822.

As crianças eram Antônio, filho de Joaquim Rodrigues Leite e Maria Custódia; Belina, uma menina abandonada na casa de João Manoel Fiuza, agricultor irmão de Jerônimo Antônio Fiuza; e Antônia, filha de José de Oliveira e Ana Maria, que, diferentemente das duas outras, recebeu a bênção em casa *"por necessidade"*. Provavelmente estaria muito doente e deve ter falecido, em

sequência. Mas, apesar de já haver cemitério em Tatuí desde 1820, não existe registro de seu enterro nele e nem em Itapetininga.

As próximas bênçãos ocorreram em abril de 1823, *"em uma casa particular destinada para o culto Divino por não haver Capela própria"*, que se indica ser de Jerônimo Antônio Fiuza. Todas foram realizadas pelo vigário Francisco de Paula Medeiros, que já era responsável pela Matriz de Itapetininga.

Em 28/06/1823 houve o primeiro registro de óbito nos livros de Tatuí. Foi o falecimento de Maria do Nascimento, de 20 anos, esposa de Pedro Teixeira. Era moradora do bairro do Paiol e foi sepultada no Cemitério da Freguesia. Maria fez penitência e recebeu a extrema unção, realizada pelo padre Francisco Fernandes Novaes. Este padre seria o responsável por batismos de julho em diante, ainda em casa particular. Seria efetivado na função de vigário em setembro.

Em 26/09 há a primeira menção a uma capela na função de Matriz, para a paróquia de Nsa. Sra. Da Conceição. No registro consta o falecimento de Inácio Moreira, na idade de 80 anos, que recebeu penitência e extrema unção. O corpo foi sepultado no quintal da igreja – conhecido como *"adro"*.

O primeiro casamento foi realizado em 10/10, entre dois primos, Salvador José Alves e Ana Francisca, ambos de Sorocaba. Dia 19 do mesmo mês se casaram Agostinho e Caetana, dois escravizados pertencentes a Inácio Mendes da Silva, provenientes da *"Guiné"* – uma região africana extensa que abrangia desde Camarões até o Senegal. O próximo casamento somente seria realizado ano seguinte.

O PEDIDO DE CRIAÇÃO DO ROCIO DA FREGUESIA DE TATUÍ

No início de 1824 o Governo da Província de S. Paulo recebe uma petição assinada por 129 moradores da Freguesia de Tatuí exigindo que se cumprisse um trecho da lei das Sesmarias. Solicitavam a desapropriação de ¼ de légua dentro da Fazenda de Tatuí para que se pudesse implantar o rocio da freguesia.

A justificativa explicava que o rocio seria necessário para construírem *"casas para nelas se recolherem, em ocasião de acudirem os Ofícios Divinos e curarem corporal e espiritualmente seus enfermos"*. Sem eufemismos, a justificativa pura e simples seria demarcar o rocio porque queriam construir casas perto da Matriz.

Legalmente o pedido fazia sentido, pois a lei das Sesmarias previa alguns casos em que poderiam ocorrer desapropriações, e um deles era a instalação do rocio.

Para que um grupo de moradores solicitasse a desapropriação das terras de um terceiro, é sinal de que o relacionamento entre as partes passava longe de ser bom.

Pelo que podemos ver, desde o final de 1819 havia um movimento para que se instalasse uma freguesia em Tatuí a qualquer custo. Primeiro se tentou *"arrancar"* a freguesia de São João do Ipanema. Depois, seus moradores pediram diretamente a criação de uma freguesia própria.

Porém, ainda existia terra sem dono em 1819, e não havia nenhuma disponível em 1822. Se instalassem um rocio, seria na propriedade de quem?

A grande maioria dos moradores que participou do abaixo assinado também tinha suas próprias terras e casas, que não eram longe da Matriz. Tecnicamente não seria necessário demarcar rocio algum. Se quisessem se deslocar até a capela, no máximo em poucas horas conseguiriam.

Mas, como faziam questão que existisse um rocio, alguém deveria ceder ou vender terras. Ceder terras significava diminuir áreas de plantação ou de pasto. A lógica dos moradores seria utilizar a Fazenda dos Padres, que não faziam parte da pequena sociedade tatuiana e nem residiam lá. E, se os padres saíssem de vez, melhor para os tatuianos, que poderiam comprar suas terras.

Os padres de Itu já haviam feito sua parte, emprestando a capela de Nsa. Sra. do Carmo que possuíam para que fizessem os primeiros batizados. Depois cederam o terreno para que fosse construída a capelinha como Matriz definitiva, inaugurada em 09/1823.

Como os padres não abriam mão de mais nada, além do que já haviam cedido, houve uma *"revolta"* entre os mais poderosos da freguesia – incluindo os próprios arrendatários da Fazenda de Tatuí, Jerônimo Antônio Fiuza e Francisco Xavier de Freitas.

O relato é que os padres ficaram *"desgostosos"* com a situação. Mas, se a elite tatuiana ficou indignada, como não se sentiriam os padres? Primeiro, seus próprios procuradores, Fiuza e Freitas

tentaram grilar um pedaço da fazenda em benefício próprio. Na sequência, emprestam uma capela para instalar a freguesia e ainda cedem um terreno para construir a própria Matriz. Por fim, o restante da família Fiuza e Francisco Xavier de Freitas encabeçam o abaixo-assinado para a desapropriação.

Somente Jó teria tanta paciência.

Por fim, os padres venderam a Fazenda de Tatuí para o Brigadeiro Jordão. Além de Tobias, Jordão deveria ser o único com terras em Tatuí e com dinheiro suficiente para comprar a propriedade. Os papéis de escritura de venda foram feitos em 27/10/1824.

Muito curiosamente, aquele abaixo-assinado encaminhado ao Governo do Estado em janeiro foi apreciado pelo Conselho da Presidência da Província de S. Paulo somente após a venda da fazenda.

Voltou à pauta em novembro de 1824. Em uma sucessão de curiosidades, faziam parte desse conselho justamente Brigadeiro Jordão – o comprador da Fazenda – e Tobias – o primeiro interessado na criação da Freguesia de Tatuí.

Na primeira sessão de análise, é lido que os padres cederam apenas o terreno necessário para construir a Matriz, sem área para o rocio. Consta que o responsável pelo Convento de Itu informou que os moradores de Tatuí deveriam se contentar com a parte doada para construir a Matriz. E quem quisesse fazer o rocio que comprasse por conta própria o terreno, de quem estivesse disposto a vender – ou

seja, os padres não iriam vender nenhum pedaço de terra. Em anexo, do lado dos tatuianos, havia um parecer da Câmara de Vereadores de Itapetininga, concordando que fosse feito rocio desapropriando o terreno dos padres.

Após a leitura dos fatos, interveio Tobias. Discursou dizendo que nem todos teriam recursos para comprar terras ao preço que se vendia, e que, sem o rocio a nova freguesia definharia – mais ou menos a mesma história que tinha utilizado para tentar retirar a freguesia de S. João do Ipanema. Por este motivo ele era a favor da desapropriação.

De forma diferente, o Conselho entendeu que a decisão sobre a desapropriação seria de competência do Imperador Dom Pedro I, pois se tratava de terras de uma sesmaria – e a sesmaria era uma concessão da Realeza.

Na sessão seguinte do Conselho, Tobias ainda tentou fazer com que a deliberação sobre a desapropriação não passasse pelo Imperador, mas pelo Ouvidor da Comarca – uma espécie de Juiz. Justificava seu entendimento citando uma lei portuguesa de 1700.

O Conselho não aprovou a sugestão, permanecendo a decisão dada na sessão anterior. Porém, acharam por bem notificar ao responsável do Convento de Itu que apresentasse o título de propriedade da Fazenda de Tatuí, para subsidiar melhor à Corte do Rio de Janeiro, que analisaria o caso.

Jordão, que não esteve presente em nenhuma dessas duas sessões anteriores, esteve presente na terceira sessão, onde leram a

resposta dada pelo Convento de Itu. Os padres informaram aos conselheiros que as terras haviam sido vendidas ao Brigadeiro Jordão.

A informação deveria ter sido surpreendente para os conselheiros, mas, apenas foi registrado em ata que Jordão – presente na sessão - fosse notificado a enviar os documentos de compra das terras para a análise do Imperador.

Apenas em fevereiro de 1826 a matéria foi analisada por D. Pedro I, que decidiu que houvesse a desapropriação de parte da Fazenda de Tatuí. Também solicitava que o proprietário deveria colocar seu preço de venda nas terras.

A decisão foi lida em uma reunião do Conselho em abril. Também foi lida uma petição em anexo feita pelo Brigadeiro Jordão, informando que doaria ¼ de légua para a implantação do rocio, sem que lhe pagassem nenhuma indenização. Mas, para isso, solicitava que a demarcação dos limites por valos fosse custeada pelos futuros moradores; e que os intrusos que moravam esparramados por sua fazenda se mudassem para dentro desta área.

11 DE AGOSTO DE 1826 – A DEMARCAÇÃO DO ROCIO

Nos dias 10 e 11 de agosto a Fazenda de Tatuí foi oficialmente desfeita. O sorocabano negociante de tropas e alferes João Nepomuceno de Souza, um dos procuradores do Brigadeiro Jordão, vendeu boa parte das terras que ficavam ao redor do rocio que seria demarcado.

Três glebas foram vendidas aos negociantes José Maria de Camargo, Francisco Xavier de Freitas e Jerônimo Antônio Fiuza – estes dois últimos pegaram de volta as terras que tentaram grilar dos padres.

Uma gleba ficou com o sesmeiro Antônio Rodrigues da Costa – que a esta altura havia se tornado administrador do Brigadeiro Jordão na Fazenda do Paiol e na Fazenda de Tatuí.

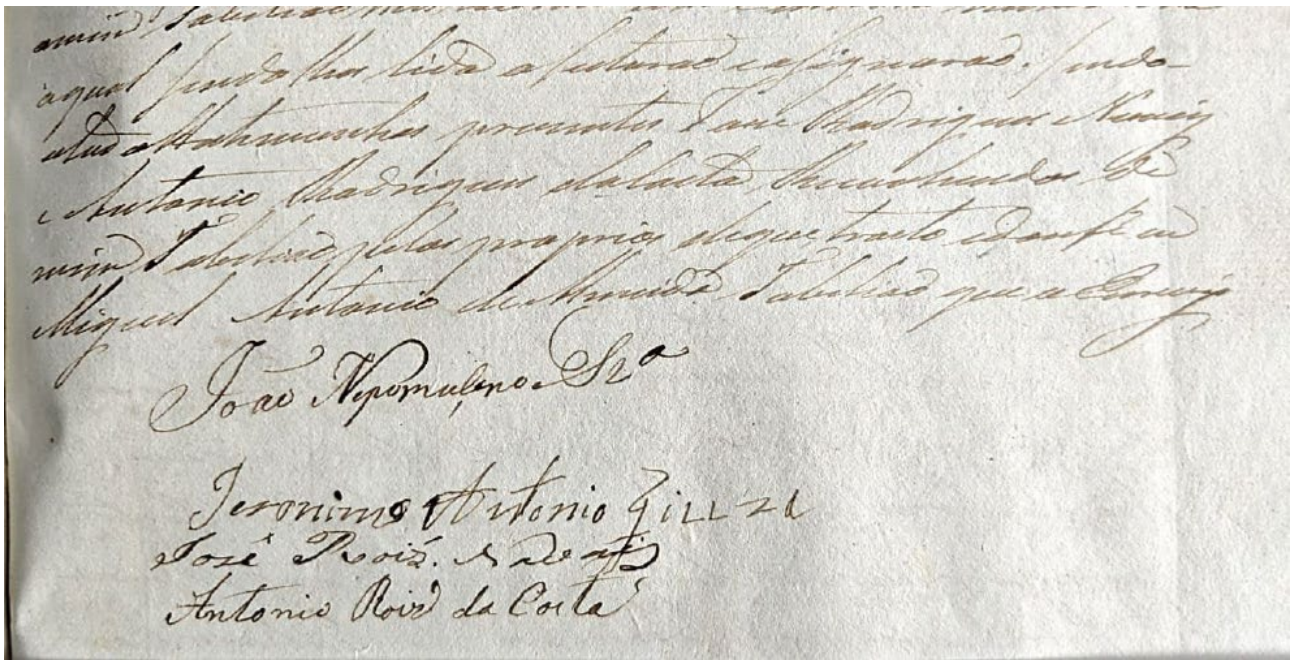
A última porção vendida foi repartida entre três agricultores, José Cubas do Amaral, Joaquim Nunes Bicudo e Floriano de Oliveira.

Esta procuração também dava poderes a Nepomuceno, ao Capitão Mor de Porto Feliz Joaquim Vieira de Moraes e a Antônio Rodrigues da Costa para receberem valores que Jerônimo Antônio Fiuza e Francisco Xavier de Freitas já deviam a Jordão de antemão.

Jordão ficou com o resto da propriedade que se localizava entre o oeste do rocio e às proximidades de sua outra propriedade, a Fazenda do Paiol. Esta gleba foi renomeada como Fazenda do Retiro.

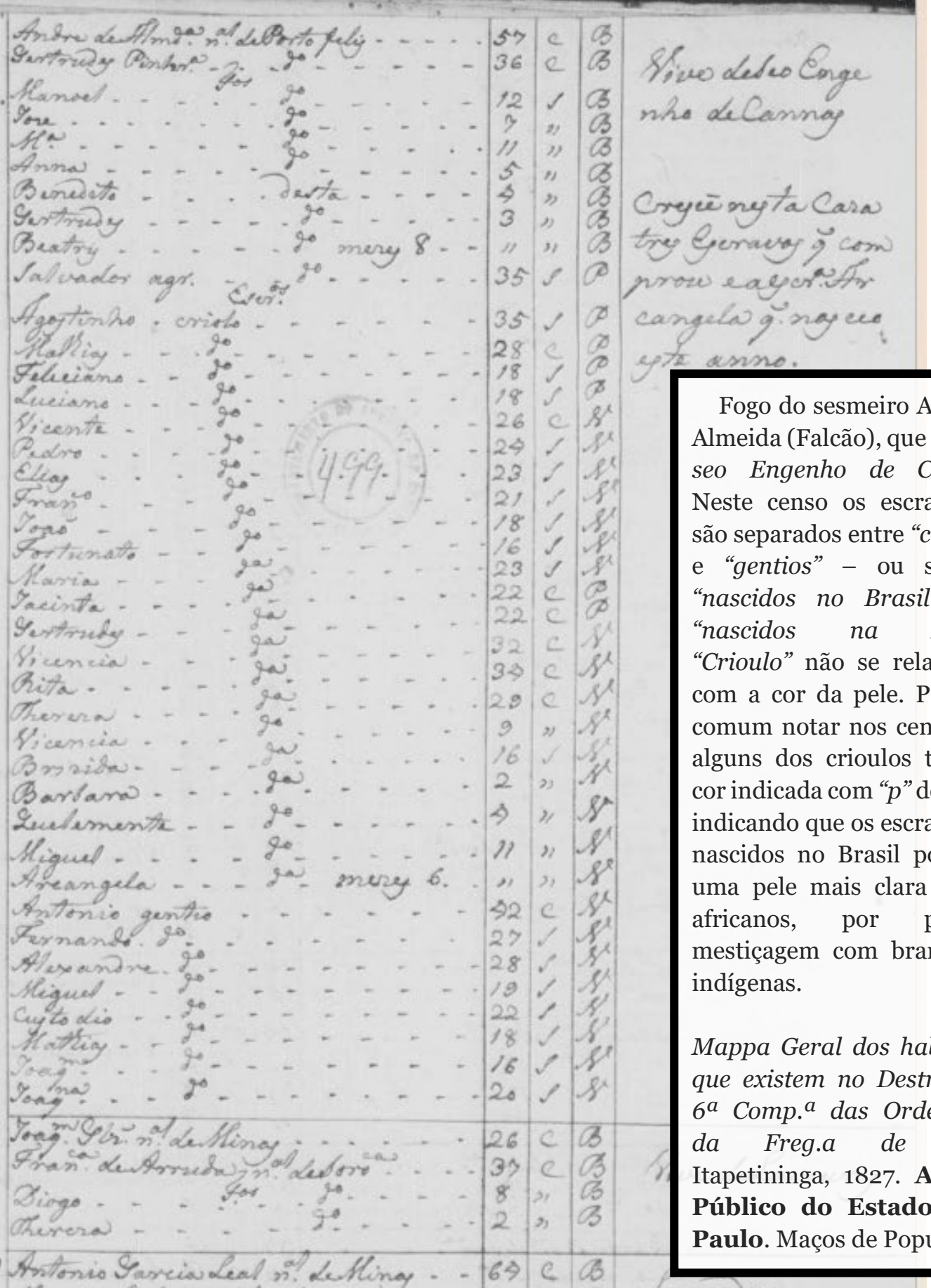
Foi medido o rocio no dia 11 de agosto, estabelecido no formato de um quadrado com ¼ de légua de cada lado (1.650m). No dia seguinte, demarcaram quatro ruas, sendo três paralelas e uma travessa, com a capelinha da Matriz ao meio.

Quem acredita sempre alcança.



Assinaturas em uma das Escrituras de venda de parte da Fazenda de Tatuí. Como procurador do vendedor Brigadeiro Jordão está o alferes João Nepomuceno de Souza; como comprador Jerônimo Antônio Fiuza; como testemunhas José Rodrigues Novaes e Antônio Rodrigues da Costa. Àquela época não havia norma padrão nem rigor gramatical, se escrevia da forma que se achasse correto. Vemos os exemplos nos próprios nomes: *"Nepomuçeno"*, *"Jeronimo"*, *"Antonio"*, *"Josê"*, *"Roís."* ou *"Rois"*. Neste último caso, era uma antiga abreviatura para *"Rodrigues"*.

Escriptura de Compra aonde que faz o Alferes João Nepomuceno Soisa Como Procurador do Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão ao Comprador Capitam Jeronimo Antonio Fiuza de hua Sorte de therras lavradias e Campos de bois. Itapetininga, 10/08/1826. **1º Tabelião de Notas e Protestos de Itapetininga**. Livro 10, Pág. 34-36v.



Fogo do sesmeiro André de Almeida (Falcão), que *"vive de seo Engenho de Cannas"*. Neste censo os escravizados são separados entre *"crioulos"* e *"gentios"* – ou seja, os *"nascidos no Brasil"* e os *"nascidos na África"*. *"Crioulo"* não se relacionava com a cor da pele. Porém, é comum notar nos censos que alguns dos crioulos têm sua cor indicada com *"p"* de pardo, indicando que os escravizados nascidos no Brasil possuíam uma pele mais clara que os africanos, por provável mestiçagem com brancos ou indígenas.

Mappa Geral dos habitantes que existem no Destricto da 6ª Comp.ª das Ordenanças da Freg.a de Tatui. Itapetininga, 1827. **Arquivo Público do Estado de S. Paulo**. Maços de População.

Cap. VIII - TATUÍ AO FINAL DA DÉCADA (1827 a 1830)

Tatuí cresceu muito em seus 14 primeiros anos de colonização. O vazio humano quase completo de 1814 se transformou em um lar para 323 famílias. Ocupação de terras do Governo, despejo por proprietários legais, doações, rateio, processos na Justiça, grilagem, desapropriação de fazenda.

Houve muitas mudanças para que tudo permanecesse o mesmo. O pobre de Ipanema, o rico de Sorocaba, a classe média de Boituva, todos vieram ser, respectivamente, pobre, rico e classe média em Tatuí. Porém, é justo dizer que apenas a mudança de ares já significava um recomeço de vida para muitos.

A agricultura de subsistência continuava.

Os negociantes de animais e tropeiros permaneciam praticamente os mesmos. Às famílias Fiuza e Xavier de Freitas, se acrescentavam as famílias de José Manoel Pompeu, José Manoel

Negociante com seus escravizados e suas mercadorias em um pouso de tropeiros na província de S. Paulo. *The Interior of a Brazilian Rancho in the Province of Santo Paulo, with a Travelling Merchant, his Slaves, Merchandise, etc.* Charles Landseer, 1826-1827. **Coleção Particular**

Padilha, Manoel Martins e Jerônimo de Arruda. Fernando de Queiroz era ferreiro e João Diniz da Veiga fabricava selas. Os envolvidos nas atividades tropeiras possuíam um total de 15 escravizados.

Jerônimo Antônio Fiuza - que subiu de patente de alferes para capitão em 1823 ou 1824 - abandonou a atividade com animais e se tornou senhor de engenho. Assim como eram Inácio Xavier César e André de Almeida Falcão. Com produção relevante, os três possuíam, respectivamente, 16, 36 e 36 escravizados.

Brigadeiro Jordão faleceu com apenas 46 anos, no começo de 1827. Contava com a mão-de-obra escravizada de 21 pessoas nas fazendas Dois Corações e Retiro, onde pastoreavam gado bovino e equino.

Seu espólio era gerido por seu filho Silvério Rodrigues Jordão. O sesmeiro Antônio Rodrigues da Costa saiu da administração das propriedades, sendo substituído por Estêvão Sanches.

Dentre os grandes agricultores, José Luciano Leite - que seria nomeado Juiz de Paz na década de 1830 - possuía 17 escravizados. Manoel Garcia Leal, que finalmente veio de Porto Feliz para a sua sesmaria em Tatuí, trouxe consigo 26 escravizados. Os Mascarenhas possuíam 16.

No total, em Tatuí havia 40 escravocratas com aproximadamente 280 escravizados, em uma população de 1800 pessoas. Descontando os fazendeiros citados com seus respectivos plantéis, sobram em torno de 116 pessoas escravizadas a serem diluídas por aproximadamente 25 senhores. Isso mostra que havia muitas pequenas propriedades com pouquíssimos escravizados, que não comportavam a existência de uma senzala grande.

Sobre a vida no cativeiro, os livros paroquiais da freguesia, permitem reconstituir, de forma limitada, a interação dos escravizados com o restante da sociedade. Tudo era muito mais complexo do que sempre costumamos ouvir.

Tropeiros comprando negros como escravizados na rua do Valongo, Rio de Janeiro. *Mercado de escravos no Rio de Janeiro*. Augustus Earle, 1824. **Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin**. Id 45000030044_10.

Como exemplo - algo que pode soar estranho -, há registros de casais formados por escravizados e pessoas livres. Isso quebra o senso comum que a escravidão fosse uma forma plena de isolamento.

Era comum escravizados de senzalas diferentes se relacionarem. Negros de uma fazenda eram padrinhos de batismo ou testemunhas de casamento de negros de outra fazenda. Casais também se formavam desta maneira. Senhores de uma propriedade eram padrinhos e testemunhas de escravizados de outros senhores.

Às vezes podem se encontrar nos livros da Igreja cerimônias de batismo em lote de vários escravizados africanos adultos de uma mesma fazenda. Isso indicava que haviam chegado raptados ao Brasil

há pouco tempo. A pressa, porém, não os dispensava de passarem previamente à catequese.

Convém lembrar que não devemos ser ingênuos e nem podemos nos deixar enganar. Apesar destes relacionamentos sociais parecerem relativamente *"piedosos e humanizados"* para com os escravizados, a verdade era cruel. Se encontram registros de mortes descritas como *"repentinas"* em pessoas jovens, provavelmente causadas por exaustão no trabalho pesado. É verdade que não eram registros comuns, mas não eram tão raros.

Em 1830, no espaço de 12 dias, morreram 4 escravizados, de forma brutal. Na senzala do padre Tristão Ferreira de Faria foram duas mortes: a primeira de Carolina, casada, assassinada à facadas; logo Francisco, também casado, morreu *"repentinamente afogado"*. Na senzala de João Antônio de Sampaio, Benedita morreu *"repentinamente"*, seguida em alguns dias por Domingos, falecido por *"contusões"* - ou seja, em decorrência de ferimentos por ter sido espancado.

A senhora destes dois últimos falecidos era a esposa de João Antônio, Francisca de Paula Leite. Sua pessoa ficou eternizada na memória do povo mais antigo de Cesário Lange pelo nome de *"Nhá Chica Brava"*, famosa pelas atrocidades que cometia contra seus escravizados. Lendas sobre sua pessoa vão do factível ao sobrenatural.

Fernando de Almeida, historiador da cidade, e Paulo Fraletti, historiador de Pereiras, contavam algumas. Uma delas dizia que

"para acabar com os piolhos que havia nos cabelos de uma sua escrava, teria feito derramar sobre a cabeça dela uma panela cheia de gordura fervente". Outra lenda conta que Chica Brava *"tinha rabo, uma alusão que teria ela parte com o diabo (...) Ela gostava muito de pescar e quando os peixes apareciam em suas pescarias, o seu 'rabo' contorcia por baixo de suas saias de satisfação"*.

Com relação às ocupações do restante de moradores livres de Tatuí, o mineiro Joaquim Gonçalves Ferreira – que contestou a demarcação das terras do Ten. Cel. Mateus da Silva Bueno - instalou um engenho em seu pedaço de sesmaria.

Além, disso, exercia a carpintaria, juntamente com seu filho Francisco Gonçalves Ferreira. Havia ainda outros na mesma profissão, como o também mineiro Francisco Dias Ferreira e os sorocabanos José Joaquim, Joaquim José da Silva e João de Arruda, além de Antônio de Oliveira Rosa, de São Roque.

Antônio Rodrigues de Almeida, de Porto Feliz, era construtor de casas. José de Arruda, também de Porto Feliz, e os sorocabanos Antônio José de Oliveira, Felisberto Leite de Miranda, João Leite de Miranda e João Batista fabricavam tijolos.

No comércio de secos e molhados – como se fossem os atuais *"mercadinhos"* - estavam José Rodrigues Novaes, de Porto Feliz, Fernando Nunes, Inácio Nunes Machado, Maria Izabel e Ana Maria de Jesus, sorocabanos, e Antônio Leite, de Minas Gerais.

No setor mais pobre estavam Salvador Rodrigues Machado, Izabel Domingues, Escolástica Antunes, Maria das Dores, Gertrudes

Maria e Antônia Maria. Todos fiavam algodão, uma atividade normalmente exercida por famílias de pardos que viviam na miséria. Comumente eram chefiadas por viúvas, mães solteiras ou mulheres de maridos que trabalhavam ausentes da vila.

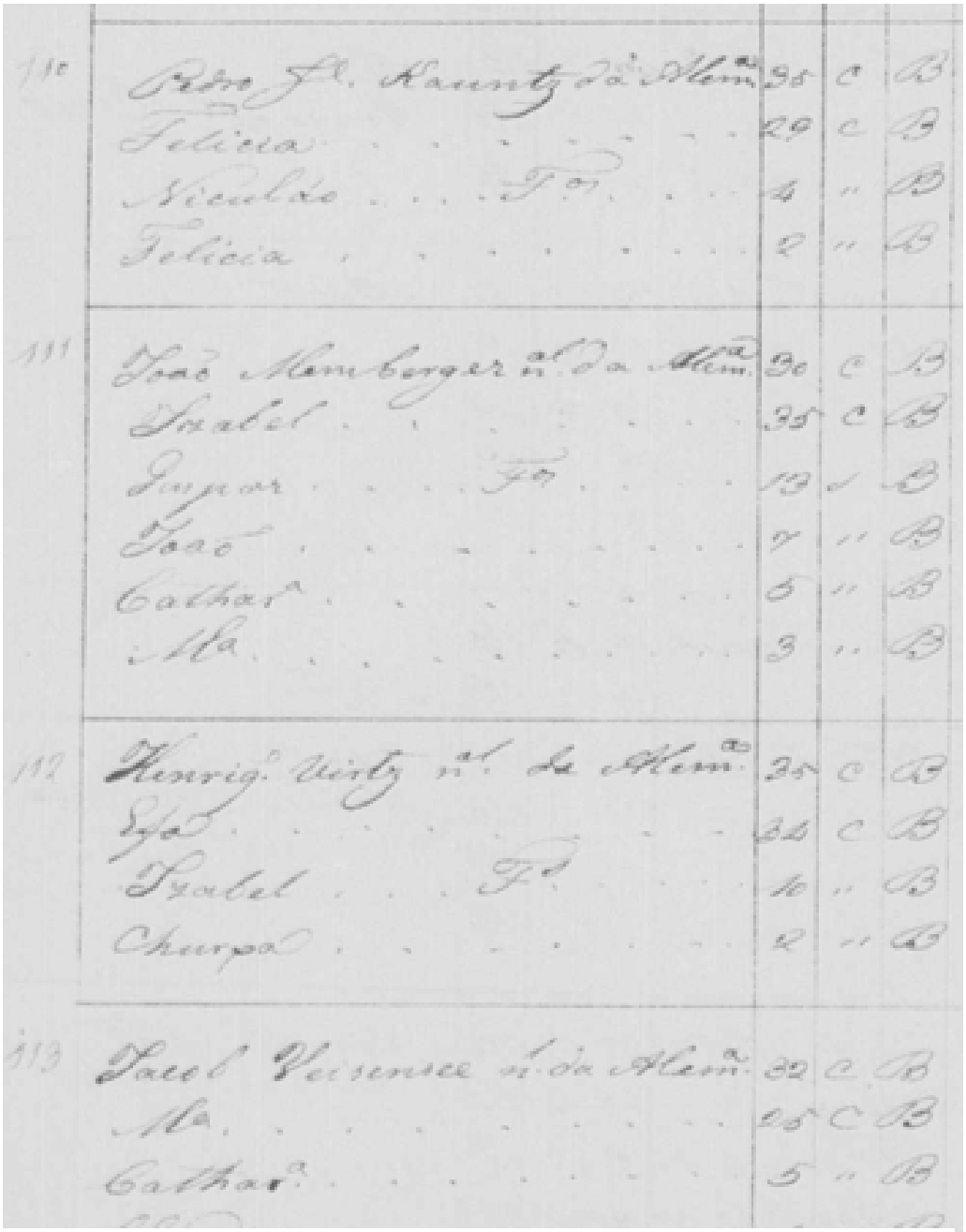
Com relação à cor de pele, havia 54 lares compostos por famílias de pardos. Provavelmente a maioria composta por descendentes de indígenas, em maior ou menor grau. Nenhuma de negro livre. Todas as outras 233 casas eram de famílias de brancos.

A CHEGADA DOS ALEMÃES

Contrastando com os moradores que existiam, um grupo de 4 famílias alemãs chega à Tatuí, quase que inesperadamente, em 1828. Eram parte de um grupo muito maior formado por pequenas levas de imigrantes de mesma origem. Foram trazidas ao Brasil ao longo do ano de 1828 para fins de colonização, por incentivo de D. Pedro I.

Antes de se dissipar pela província, o grupo de imigrantes somava aproximadamente mais de 200 pessoas. Formavam uma colônia que permaneceu se alojando de uma fazenda para outra na vila de S. Paulo, por meses, de forma provisória.

Essa situação foi causada pelo próprio Governo Imperial, que simplesmente incentivou a vinda dos colonos alemães praticamente sem haver plano algum. Simplesmente delegaram às autoridades das vilas a responsabilidade de prestar assistência e doar terras aos forasteiros.



Fogos dos alemães. Mappa Geral dos habitantes no Destricto da 6ª Comp.ª das Ordenanças da Freg.a de Tatuy. Itapetininga, 1828. **Arquivo Público do Estado de S. Paulo**. Maços de População.

A inércia dos Governos obrigava os imigrantes a viverem na ociosidade da incerteza. Enquanto isso, o custeio dos estrangeiros com o dinheiro público se acumulava, fazendo com que a população paulistana visse os alemães com péssima reputação.

Muito provavelmente por causa de toda essa situação embaraçosa e desagradável, 18 famílias decidiram procurar terras por conta própria, com cinco delas vindo para a região de Sorocaba.

Outras quatro esticaram um pouco mais a viagem e chegaram à Tatuí. Eram chefiadas por João Momberger, Pedro José Kauntz, Henrique Virtz e Jacob Veisensee. Um pouco mais tarde se juntariam a estes Gaspar Estanagel e Felipe Jacob.

O Capitão Jerônimo Antônio Fiuza, responsável pela administração de Tatuí, ficou incumbido de encontrar algum lugar para que os estrangeiros assentassem. Tratou que se estabelecessem no bairro da Areia Branca, na atual Guareí – que à época pertencia à Tatuí. As glebas se situavam pouco depois das sesmarias dos Mascarenhas, onde era de conhecimento público que aquelas eram *"terras devolutas"*, ou seja, de ninguém.

Antes de 1850 estes alemães, juntamente com outras pessoas, ocupariam outras terras que consideravam devolutas e nelas construíram capela e casas. Como não podia deixar de ser, houve uma disputa judicial movida por um grande fazendeiro contra eles. Alegava que, na verdade, as terras seriam de sua propriedade. Com o tempo, este pedaço disputado deu origem ao centro da cidade de Guareí.

Este Auto de 1829 foi o registro inicial do primeiro Livro do Tombo da Matriz de Tatuí, aberto somente em 1833 – o *"Tombo"* é o livro onde se registram as principais ocorrências de uma paróquia. Obs.: a via fotografada não é deste livro.

Auto de Vistoria Matriz de Nsa. Sra. da Conceição de Tatuy. Pe. Manoel Teixeira de Almeida, Tatuí, 07/12/1829. Auto de Ereções e Patrimônios de Capelas IV, Pág. 260. **Cúria Metropolitana de S. Paulo** – Notação 1-2-7.

Anno do Nascimento de Nosso
Senhor Jezus Christo de mil oito cen-
tos e vinte nove annos, aos sete dias
do mez de Dezembro do dito anno
nesta Freguezia de Tatuy Termo da
Villa, e Commarca de Itapetininga
onde eu Escrivão ao diante nomeado
fui vindo e sendo ahi presente o Muito
Reverendo Manoel Teixeira de Al-
meida Juiz Commissario em virtu-
de da Provizão de Sua Excellencia
Reverendissima que apprezentou, foi
a Igreja Matriz novamente erecta
a observou e achou em tudo decente
e apta para nella se exercerem os Offi-
cios Divinos, e uzando da authoridade
na mesma Provizão concedida a ben-
zeo na forma do Ritual Romano
de que para constar mandou lavrar
este Auto em que assigna. Eu Regi-
naldo da Silveira Garcia Escrivão eleito
o escrevi

O Pe. Manoel Teixeira de Almda

O SEGUNDO PRÉDIO DA MATRIZ

No ano de 1829 houve duas ocorrências relevantes para a Paróquia. Logo no início o vigário Francisco Fernandes Novaes, que se encontrava doente, foi substituído pelo Pró Pároco ou Coadjutor Manoel Teixeira de Almeida.

Ao final do ano foi autorizada a utilização de um prédio construído para ser a segunda igreja Matriz da vila, que substituiria a capela de 1824.

O Auto de Vistoria ocorreu em 07/12/1829.

OS ANOS SEGUINTES DE TATUÍ

O foco deste livro é abordar apenas os primeiros 120 anos de Tatuí. Porém, é necessário fazer uma ponte para o que aconteceu depois.

Não houve mudanças significativas, nos anos seguintes. Agricultores de subsistência, sesmeiros, os poucos tropeiros, a mão-de-obra escravizada e os conflitos por terra continuaram presentes na sociedade tatuiana.

As famílias Fiuza e Xavier de Freitas, Inácio Xavier César, os Garcia Leal, etc. eram apenas elite local. Não tinham poder regional como as autoridades de Itapetininga e Sorocaba. Os Mascarenhas eram uma família politicamente ativa e importante para o comércio de Sorocaba, mas aparentemente isso não teve reflexo em Tatuí.

Talvez Tatuí encontrasse uma dinâmica social e econômica maior se Brigadeiro Jordão não tivesse falecido. A plantação de café introduzida por ele na Fazenda do Paiol não foi seguida por outros fazendeiros da região. Essa cultura, que revolucionou a agricultura na província, anos depois, poderia ter tido Tatuí como um dos destaques pioneiros.

Sem dúvidas, Tatuí não existiria sem os esforços de Tobias de Aguiar. Por mais de 5 anos ele esteve nos bastidores para que a freguesia saísse do papel. Porém, apesar de seu afinco nos primeiros anos, ele simplesmente desaparece da história tatuiana. Tanto que nunca foi mencionado na historiografia tradicional da cidade.

Sua vida acabou lhe afastando da jovem freguesia. Tobias cresceu muito em sua carreira política, chegando a assumir o governo da Província de S. Paulo nesta época, em 1831. Era tão importante que ganhou o apelido de *"Reizinho"*.

Sua atenção certamente deve ter sido direcionada para negócios mais rentáveis, no plano familiar. Como Governador, as demais vilas deveriam ter problemas e necessidades maiores do que Tatuí, o que deve ter ocasionado seu distanciamento da freguesia também no plano político.

Sendo assim, restou ao Capitão Jerônimo Antônio Fiuza e seus aparentados manter o rumo da freguesia, sem maiores sobressaltos. Enquanto isso, a população aumentava de forma orgânica, através da descendência de seus moradores e com a chegada de novos migrantes.

Em 1842 os destinos de Tatuí e de Tobias se encontram novamente. O Imperador D. Pedro II havia acabado de destituir Tobias de seu segundo mandato como Presidente da Província de S. Paulo, o substituindo por seu rival político do Partido Conservador. Politicamente significava uma tendência da diminuição de autonomia das províncias e a concentração do poder ao Imperador.

Descontente, Tobias, do Partido Liberal, liderou um golpe de Estado no Governo da Província, proclamando Sorocaba como a nova capital de S. Paulo. A revolta se espalhou também para Minas Gerais e obteve apoio quase total das vilas paulistas. O movimento ficou conhecido na História como a *"Revolução Liberal de 1842"*.

Uma das exceções de adesão às revoltas foi justamente Tatuí, liderada por Antônio Xavier de Freitas, filho de Francisco Xavier de Freitas e genro de Jerônimo Antônio Fiuza. Antônio e seus parceiros legalistas dissiparam o movimento golpista liberal de Tatuí, que era liderado por Inácio Xavier César e apoiado por outros sesmeiros.

Além disso, Antônio e seus apoiadores derrotaram e prenderam os soldados que Tobias enviou para contê-los. Posteriormente, os tatuianos invadiram Porto Feliz e espantaram os golpistas daquela localidade.

Tobias pediu ajuda às tropas de várias vilas, mas nenhuma lhe atendeu. Como exemplo ridículo e cômico, o responsável por Capivari alegou que estava com *"calo no pé"* e não poderia liderar a marcha de sua tropa. Itapetininga, por sua vez, preferiu manter seus soldados na vila, para se protegerem de um eventual ataque de Tatuí.

Por fim, Tobias não conseguiu defender a si próprio e foi derrotado em sua própria casa por tropas do exército brasileiro. Os soldados eram comandados por Luiz Alves de Lima e Silva - que posteriormente viria a ser conhecido por Duque de Caxias.

Caxias reconheceu o trabalho de Antônio Xavier de Freitas, intermediando com o Governo da Província de S. Paulo para que este recebesse uma boa gratificação em dinheiro pelos serviços prestados.

Rafael Tobias de Aguiar e quase todos os liberais golpistas foram presos, mas posteriormente anistiados. Foi aposentado – *"reformado"* – em 1846, ganhando uma promoção, e com ela ficou conhecido pela posteridade como *"Brigadeiro Tobias"*. Seu nome, de certa forma, é revivido todos os dias pelos paulistas através da sigla *"ROTA"*, unidade especializada da Polícia Militar batizada em sua homenagem – *"Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar"*.

No campo político, Tatuí conseguiu sua elevação ao patamar de vila em 13/02/1844, se separando de Itapetininga. Alcançou um status maior quando foi elevada de vila a cidade, em 07/02/1860.

Na segunda metade do século Tatuí conheceria realmente o progresso. Chegou de forma mais acessível a todos, com o cultivo e beneficiamento do algodão, impulsionado por Martinho Guedes Pinto de Mello e continuado por seus descendentes.

Tatuí e Sorocaba conseguiram captar a oportunidade que surgiu quando os ingleses pararam de comprar o algodão norte-americano, devido à Guerra de Secessão.

A lavoura do algodão rendeu para Tatuí a vinda da estrada de ferro, a implantação de fábricas e até mesmo a construção de usinas hidrelétricas – estas últimas bancadas com o capital dos Guedes.

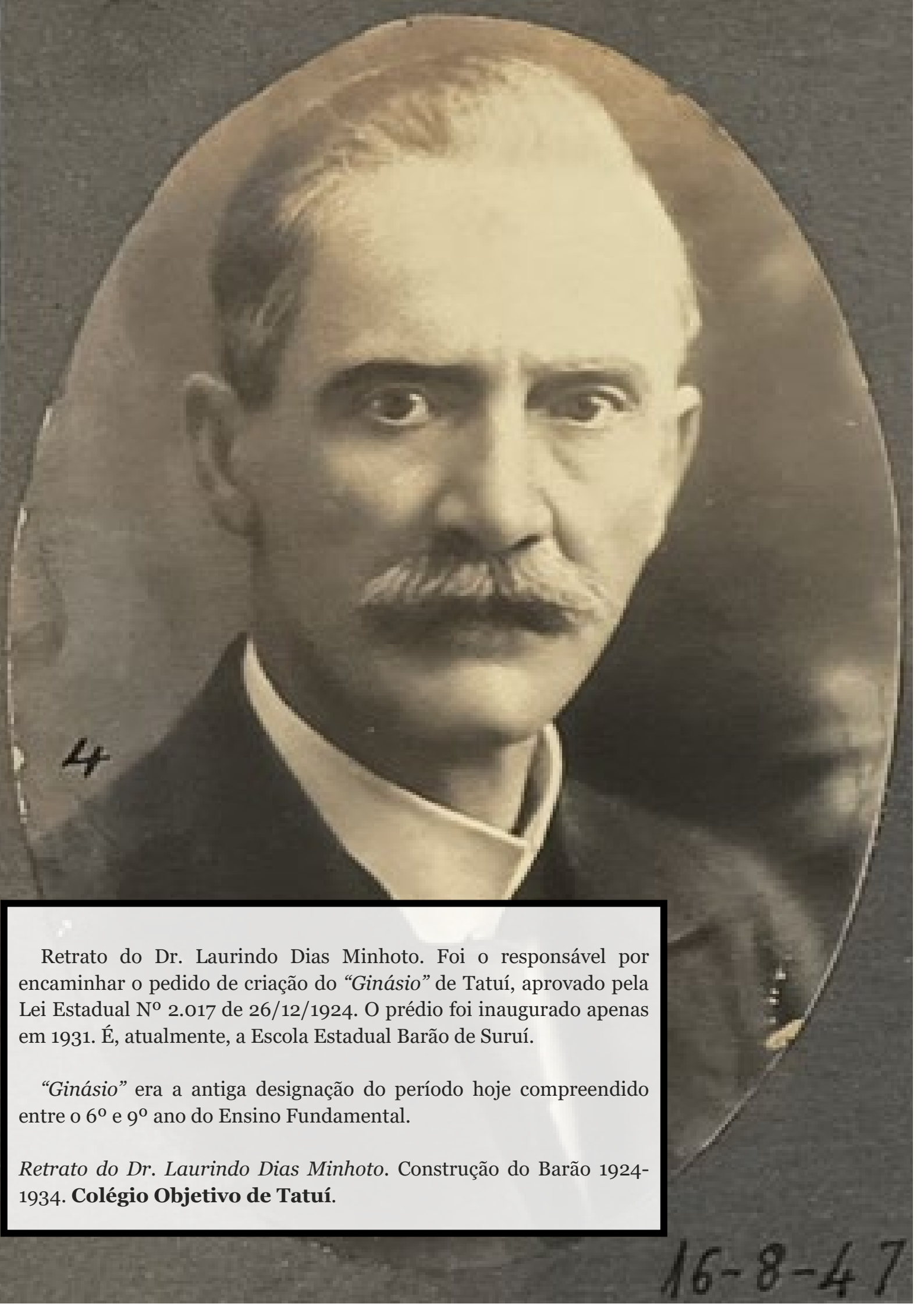
****

Diferentemente dos primeiros 121 anos de Tatuí (1709-1830) – que hoje são confusos e esquecidos -, a parte mais recente da História tatuiana ainda é visível: os nomes da época da Revolução Liberal estão espalhados por logradouros; a herança da cultura do algodão existe, através de ruínas e do abandono. Por rebocos caídos e muros pichados. Através de alguma preservação ocasional. Ou jazem sob o solo de estacionamentos e farmácias, nos terrenos que foram de famílias que não conseguiram preservar sua memória. Às vezes, as consequências nos fazem rasgar páginas de nossa própria vida.

O resto do passado recente ainda resiste por nossos avós e bisavós – com seus neurônios que se apagam cada dia mais e mais. As histórias contadas pelos pais dos pais dos pais dos pais.

Por fim, o tempo nivela a quase todos como anônimos. A diferença para alguns é poder ser lembrado friamente daí a dezenas de anos como o nome de uma rua, no número tal - com atendimento de segunda à sexta das 09:00 às 18:00 e uma placa com número de telefone desatualizado.

A história é um espelho do que somos. Às vezes somente precisamos nos olhar mais vezes.

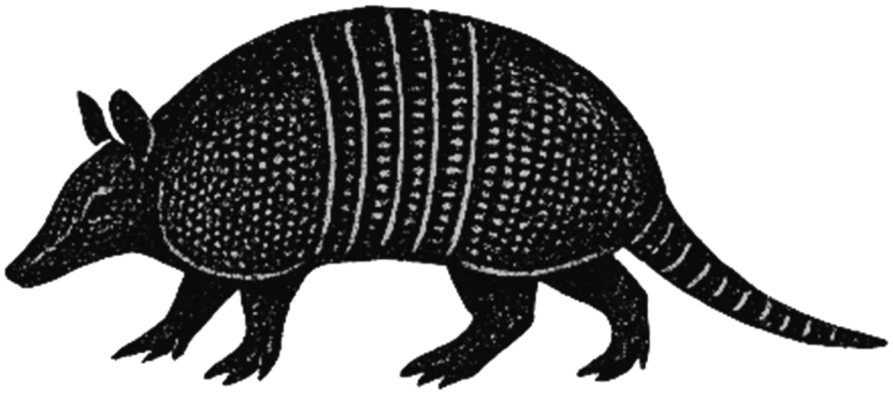


Retrato do Dr. Laurindo Dias Minhoto. Foi o responsável por encaminhar o pedido de criação do *"Ginásio"* de Tatuí, aprovado pela Lei Estadual Nº 2.017 de 26/12/1924. O prédio foi inaugurado apenas em 1931. É, atualmente, a Escola Estadual Barão de Suruí.

"Ginásio" era a antiga designação do período hoje compreendido entre o 6º e 9º ano do Ensino Fundamental.

Retrato do Dr. Laurindo Dias Minhoto. Construção do Barão 1924-1934. **Colégio Objetivo de Tatuí**.

A HISTÓRIA DA HISTÓRIA DE TATUÍ



A cada dia que passa, aumenta o número de tecnologias disponíveis para o auxílio da pessoa comum. Eu mesmo me beneficiei muito com o aumento descomunal nas opções de pesquisas que pude realizar *"no conforto do meu lar"*, desde quando comecei, 20 atrás, em comparação com o que existe hoje.

Tudo ficou muito mais fácil, desde o contato com as instituições que guardam as fontes primárias de pesquisa até mesmo a simples disponibilização delas por meios digitais - para serem vistas através de *"sites"*, para serem arquivadas por *"download"* ou recebidas particularmente por um *"email"*.

E é através do acesso às fontes primárias – os documentos originais - que preferencialmente as pesquisas devem ser feitas, porque elas teoricamente se aproximam mais do fato que realmente aconteceu. No momento que a fonte primária, em vez de ser transcrita, é resumida por quem a leu ou sobre é colocada alguma interpretação, é criada uma fonte secundária. Se uma outra pessoa toma como verdade esta fonte secundária e se baseia nela para

escrever algo sobre o mesmo assunto, ela cria uma fonte terciária, e por aí vai.

Para o pesquisador isto é muito ruim, pois cada pessoa que reescreve algo sobre um fato normalmente acaba por mutilar o que aconteceu e acrescentar percepções que podem estar erradas, ainda que não faça com má intenção.

Inevitavelmente, o mesmo ocorreu com a história de Tatuí. E, por isso, entender como a história foi escrita é tão importante quanto pesquisar por novas fontes ou revisar o que já existe. Somente assim podemos saber se ela se aproxima do que realmente aconteceu.

AS PRIMEIRAS INFORMAÇÕES

Por lógica, deveria haver alguma informação histórica sobre o início de Tatuí no primeiro livro do Tombo da Paróquia de Nsa. Sra. da Conceição, aberto em 1833, mas ele não relata nada escrito àquela época. Porém, serve de curiosidade uma nota que os tatuianos eram, de certa forma, dispensados já há alguns anos de fazer o jejum de carne durante o tempo da Quaresma, pois os rios da região eram conhecidos por não terem peixes o suficiente para poder alimentar a população.

A menção mais antiga sobre Tatuí encontrei no livro *"Ensaio d'um Quadro Estatístico da Provincia de S. Paulo"*, de 1838, editado pelo próprio Governo da Província. Era uma compilação de assuntos

históricos, geografia, estatística e ciências naturais. Basicamente, ele apenas citava que *"Tatuî"* era uma freguesia de *"Itapitininga"*.

"Tatuhú" e "Tatui" e o Bemfica que nunca existiu

O primeiro livro que realmente cita Tatuí foi o "*Dicionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil*", de 1845, realizado por dois ex-militares do Exército de Napoleão Bonaparte, sendo escrito pelo soldado francês J. C. R. Milliet de Saint-Adolph e revisado e corrigido por Caetano Lopes de Moura, baiano e médico das tropas.

O livro apresenta um verbete sobre a freguesia de *"Tatuhu"* e, segundo constava, informa que em 1817 houve uma ordem real que todos os moradores dos arredores da Fábrica de Ferro que não trabalhavam para o estabelecimento foram obrigados a se mudar. Por este motivo, muitos deles migraram para *Tatuhú* e se juntaram aos primeiros povoadores. Com a grande quantidade de habitantes, foi criada uma paróquia que funcionava em uma casa particular e depois foi transferida para uma capela por eles construída.

Até este ponto, a história é bem próxima ao que ocorreu.

O que diverge e dá início à história distorcida de Tatuí é a informação de que a paróquia tatuiana foi criada em 1818 e se chamava de S. João de Bemfica. Os autores não perceberam que esta paróquia do Bemfica era a paróquia da Fábrica de Ferro.

Trecho do *"Dicionario Geographico (...)"* de Milliet de Saint-Adolph e Caetano Lopes de Moura, com os verbetes de duas *"Tatuís"*.

A obra foi um trabalho pioneiro e extremamente arrojado para a época. Apesar disso, não deixou de ser criticada em sua época pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por motivo de conter diversos erros.

Verbetes de "Tatuhú" e "Tatui". J. C. R. Milliet de Saint-Adolph, Paris, 1845. Dicionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil. Tomo Segundo. Pág. 695.

ao norte da cidade da Bahia.

Tatuhú. Freguezia da provincia de São-Paulo, no districto da cidade de Sorocaba. Um sitio agreste chamado Tatuhú achava-se ermo de gente e de casas no principio do seculo em que estamos; tendo-se em 1810 fundado a fabrica de ferro de São-João-d'Hipanéma, alguns individuos se determinárão a ir residir para aquelle sitio, resolutos a entregar-se á agricultura. Passados sete annos, uma ordem regia prohibiò toda especie d'agricultação nas terras doadas á fabrica de ferro, e pelo mesmo teor todo o genero de negocio, e de córte de madeiras, por serem estas exclusivamente destinadas para alimentar as fornalhas da dita fabrica. Todos aquelles que não erão empregados nellas forão obrigados a deixar aquelle sitio, e a maior parte d'elles se aggregárão aos primeiros povoadores de Tatuhú. Informado o Bispo d'esta disposição regia assentou que devia despojar do titulo de parochia a igreja d'um estabelecimento particular, e transferil-o a uma capella que o povo havia erigido á sua custa no sitio e povoação de Tatuhú; em consequencia d'esta determinação, foi a sobredita igreja condecorada em 1818 com o titulo de parochia, com o nome de *São-João-de-Bemfica*. Todos os moradores d'este termo são agricultores e commerciantes dos objectos de consumo da terra.

Tatui. Nova villa da terceira comarca da provincia de São-Paulo. Era a povoação chamada Tatuïbi, entre a cidade de Sorocaba e a villa d'Itapetininga. Sua igreja, dedicada a N. S. das Dores, foi elevada á categoria de parochia por decreto da assemblea geral de 9 de Dezembro de 1830, e a assemblea provincial conferio áquella nova freguezia o titulo de villa.

Fica claro que Milliet e Lopes de Moura não encontraram o documento de criação da freguesia de Tatuí, mas apenas tiveram acesso aos documentos da freguesia de S. João do Bemfica do Ipanema. Sendo assim, leram o pedido negado da transferência da Matriz da Fábrica de Ferro para Tatuí e a posterior autorização de sua mudança para algum outro lugar. Devem ter levado ambos à conclusão de que o novo local foi Tatuí, e não Campo Largo (em Araçoiaba da Serra).

Como forma de atestar que ambos os autores poderiam não saber exatamente sobre o que escreviam, logo após o verbete de *"Tatuhú"* estava o verbete de *"Tatui"*, que descreviam como uma freguesia situada entre Sorocaba e Itapetininga, confundindo a data de sua criação e seu nome com Tatuhibi, uma freguesia de Limeira/SP.

Para os autores, *"Tatuhú"* e *"Tatui"* não eram a mesma freguesia. Aliás, para eles, "Bemfica" era o lugar onde estava a Fábrica de Ferro, conforme verbete que fizeram com o mesmo nome. No verbete de *"São João d'Hipanêma"* eles informam que a freguesia foi criada em 1817 e transferida no ano seguinte para uma capela em *"Tatuhu"*, mudando o nome para Bemfica.

Em 1879 é lançado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o livro *"Apontamentos Historicos, Geographicos, Biographicos, Estatisticos e Noticiosos da Provincia de S. Paulo"*, compilados por Manoel Eufrazio de Azevedo Marques.

Nele a transição da freguesia de S. João do Ipanema é contada da forma correta, com a transferência negada para Tatuí e depois

realizada para Araçoiaba. Sobre Tatuí não se relata nada além de datas, estatísticas e geografia. A data de criação da freguesia continuou a ser confundida com a de Tatuibi, em Limeira, e continuou a ser repassada assim por muitas publicações depois.

O desbravador de Tatuí e o Bemfica que realmente existiu

Onze anos depois é lançado *"A Província de S. Paulo em 1888"*, um relatório da Comissão Central de Estatística da Província de S. Paulo. Nele se percebe que não apenas documentos foram consultados, mas há informações vindas da história oral.

A versão apresentada conta que Tatuí teve origem na sesmaria dos Carmelitas, e que Jerônimo Antônio Fiuza e Francisco Xavier de Freitas foram arrendatários desta sesmaria entre 1812 e 1817. Entre 1816 e 1817 Antônio Garcia Leal e Antônio Rodrigues da Costa teriam se instalado no bairro do Guaxingu antes de receberem cada um suas sesmarias. Inácio Xavier César teria vindo na mesma época.

Como não havia consenso onde deveria ser fundado o povoado, Brigadeiro Jordão, que já possuía a Fazenda do Paiol, teria comprado a sesmaria dos padres e doado para a Paróquia de Nsa. Sra. da Conceição o terreno onde seriam construídas as casas.

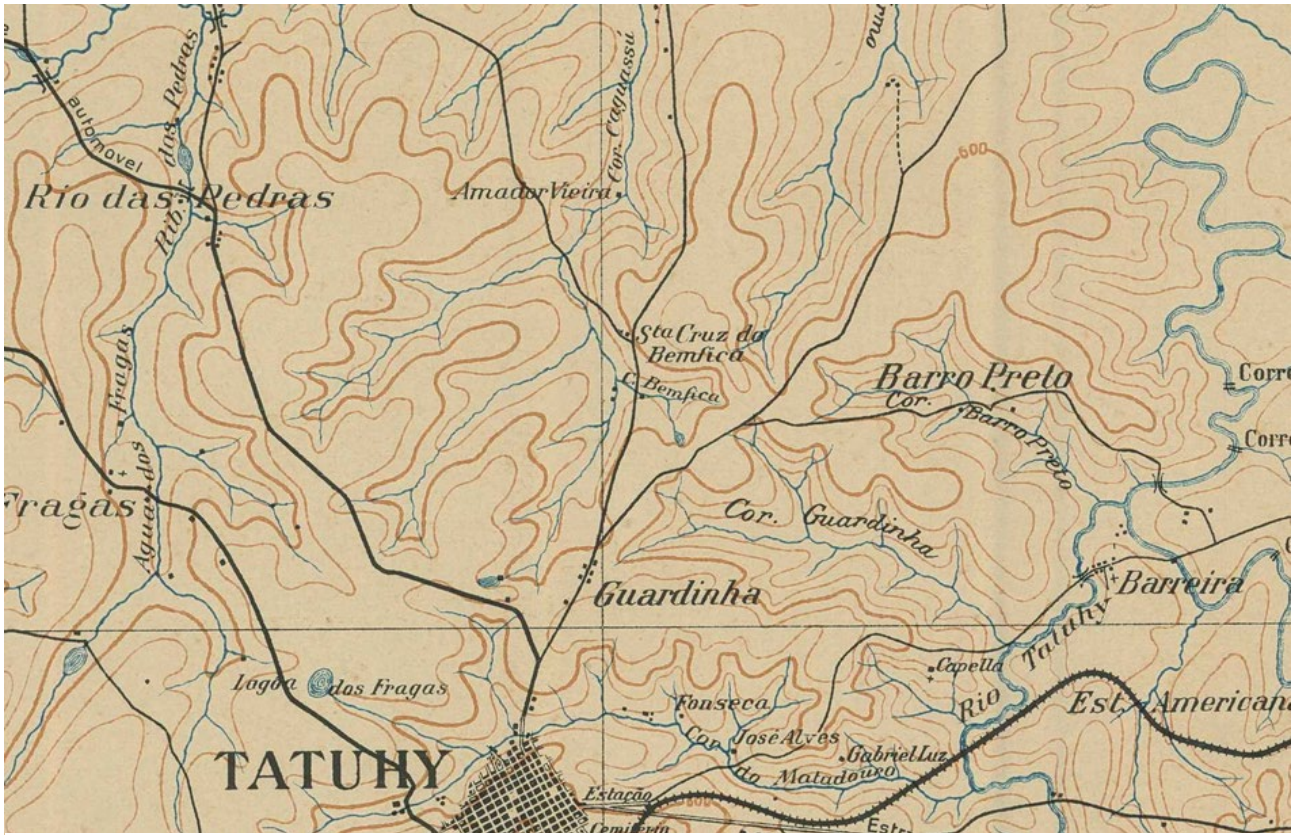
Uma informação interessante conta que *"o primeiro sertanejo que penetrou nas mattas de Tatuhy foi o velho Ruffo, estabelecendo-se no logar denominado* Tronqueiras *(...) no município existem descendentes d'esse sertanejo"*. A identificação não é muito boa, mas, de fato, apesar de não constarem na primeira relação de moradores, constam a chegada, nos primeiros anos, de Rufo Gonçalves e seu filho

José Rufo Gonçalves, além de Geraldo Rufo. Todos eram posseiros da família Gonçalves, de Ipanema, e podem ter sidos os primeiros a *"desbravar"* as terras, sem ter morado nelas num primeiro momento.

"Tronqueiras" eram um tipo de cerca muito rudimentar de origem indígena utilizado antigamente. Sua estrutura era formada principalmente por troncos de árvores deitados. Depois passou a designar a porteira com fecho de arame, muito utilizada nas entradas de propriedades rurais. Essa provavelmente é a origem de um antigo bairro rural de Tatuí chamado *"Cercado Grande"*, que ficaria nas proximidades da entrada de Tatuí pela rua XI de Agosto.

Este livro nomeia a sesmaria de Antônio Rodrigues da Costa como *"Bemfica"*, sem nenhuma explicação a mais. Ao ler estas linhas, se pode até concluir que o S. João de Bemfica realmente existiu em Tatuí, mas, o que existiu foi o *"Sta. Cruz de Benfica"*. Este foi um bairro antigo, situado entre a Guardinha ao seu leste, o bairro extinto da Caraguataíva ao sul, e o Caguassú ao oeste e norte.

Sua existência é confirmada em um registro de terras de 1856, onde Manoel de Campos Rego declara ter sua propriedade no Benfica, adquirida da sesmaria de Antônio Rodrigues da Costa. Não é possível dizer desde quando este trecho de terras tem esse nome, se desde a época de concessão da sesmaria ou depois. Nem é possível saber por qual motivo seria consagrado à Santa Cruz.



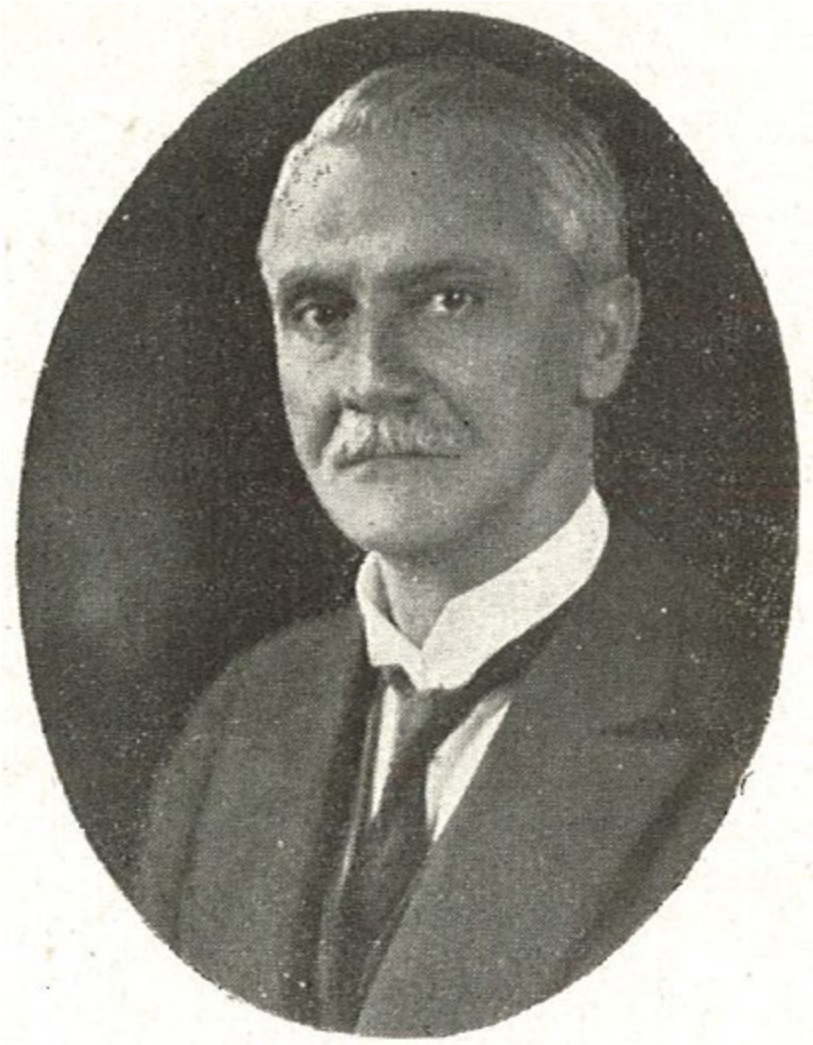
Ao centro, o bairro da Sta. Cruz do Bemfica, distante 6km da Capela de S. João do Bemfica – identificada neste mapa na parte inferior direita como *"Capella"*. Enquanto o bairro existe, pelo menos, desde a década de 1850, a capela foi construída em 1907 por Dr. Laurindo. *Folha Tatuhy*. S. Paulo, 1942. **Comissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo**.

DR. LAURINDO DIAS MINHOTO – O PAI DA HISTÓRIA TATUIANA

Acredito que todos os tatuianos conheçam a Vila Dr. Laurindo e a Rodovia Sen. Laurindo Dias Minhoto, mas quase ninguém saiba quem foi esta pessoa. E dentre os que sabem, muitos devem desconhecer que ele foi praticamente o *"criador"* da história de Tatuí como conhecemos hoje, principalmente no que se refere aos primeiros anos do povoado.

Frases de sua autoria como *"Tatuuvú, Tatuhú, Tatuhibi, Tatuy, Tatuhy"* são *"copiadas e coladas"* até hoje, geração por geração, em muitos textos sobre a história local. Como sua obra é bibliografia base, muitos autores ou copiadores ou pesquisadores anexaram

alguma coisa aqui e ali - como se fosse um *"puxadinho em uma casa já construída"*. Por vezes alguma coisa foi completada com informações corretas, por outras a informação foi tomando caminhos de estudos que os induziram ao erro.



Retrato de Dr. Laurindo Dias Minhoto. Antônio Carlos da Fonseca e Abílio Fontes Júnior, S. Paulo, 1930. Senado de S. Paulo: 1891-1930. **Assembleia Legislativa do Estado de S. Paulo**. ID 20511.

Laurindo foi um tatuiano nascido em 1865, filho de um casal formado por um português comerciante de tecidos e uma moça de nossa região. Era advogado, formado pela Faculdade de S. Paulo do

Largo de S. Francisco em 1891, que posteriormente entrou para a política.

Seus primeiros textos

Sua primeira versão da história tatuiana foi redigida em 1899 e publicada em 1900, no *"Almanach Tatuhyense"*, um compilado histórico, literário, comercial e recreativo realizado por Affonso Guimarães Porto, redator do jornal semanal *"A Cidade de Tatuhy"*. Esta obra raríssima foi relançada pelo historiador Renato Ferreira de Camargo em 1998 como cópia fac-símile de um exemplar do acervo do fotógrafo Erasmo Peixoto. Obs.: vale a pena fazer um reconhecimento rápido sobre Renato, que estudou profundamente e propagou a todos a história da sociedade tatuiana. Já Erasmo registrou o cotidiano do Séc. XX em Tatuí através de suas fotos.

O texto discorre sobre algumas sesmarias, trata a informação tortuosa do Dicionário de Milliet e Moura sobre S. João do Bemfica como verdade absoluta e discorre sobre a disputa dos moradores deste suposto povoado pelas terras dos Padres do Carmo de Itu, culminando com a compra da propriedade pelo Brigadeiro Jordão. Ainda assim, Laurindo teve o cuidado de ressalvar e reconhecer que muito do que escreveu são *"vagas tradições que não devemos transmitir com o cunho de verdade histórica"*.

Uma nova versão de seus estudos foi lançada na edição do jornal *"Cidade de Tatuhy"* em 11/08/1907, desta vez mencionando a demarcação do rocio da Freguesia em 11/08/1826 – há exatos 81

anos antes. Desde então ele toma para si esta data como sendo a de fundação da cidade.

Apesar de seus esforços em encontrar material e os estudar exaustivamente, desde seus primeiros textos nunca conseguiu entender como Tatuí havia sido elevada à Freguesia de Itapetininga em 1822, se ainda não havia um núcleo de casas.

Na edição do jornal lançada na semana seguinte, Olavo Castro, um colega de redação, publicou em sua coluna uma crônica indignada, com duras críticas ao historiador.

Realmente Laurindo usou palavras muito duras em seu texto, criticando a sociedade tatuiana. Começou escrevendo *"Talvez que os nossos leitores ignorem o que foi Tatuhú, dada a friesa com que encaram as coisas do seu berço natal (...)"*. Alguns parágrafos depois, aproveitou para comparar o saldo positivo das contas do primeiro mandato da Câmara de Tatuí, em 1844, com a falta de dinheiro da Câmara de sua época - que havia realizado um empréstimo para ser saldado em 25 anos. Ainda alfineta dizendo que *"cada povo tem o governo que merece"*. Encerrou a lição de moral com um pequeno artigo onde lamentava o descaso dos tatuianos em não ensinar aos seus filhos o bom exemplo de seus antepassados e a consciência do interesse na vida pública para o bem-estar da população. Concluía dando pêsames à Tatuí, dizendo *"minha pobre terra"*.

Olavo, para amenizar, reagiu escrevendo meia dúzia de palavras reconhecendo a importância do trabalho de Laurindo como

historiador. Argumentou que os tatuianos não eram *"frios"* com relação ao seu passado, pois ninguém na cidade conhecia a história de sua fundação até ler o texto da semana anterior. A meia página restante do artigo foi utilizada para criticar a nulidade do serviço de Laurindo em seu mandato de vereador, argumentando que a única coisa que ele fez foi criar as leis que trocavam por nomes novos os nomes das ruas da cidade, que todos já conheciam.

Tempos depois, o jornal onde tudo isso foi publicado, a *"Cidade de Tatuhy"* – que clamava em seu cabeçalho ser uma *"folha imparcial dedicada aos interesses deste município"* - mudou de proprietário e passou oficialmente a ser um órgão de imprensa do Partido Republicano. Deste ponto em diante Laurindo passou a ser constantemente criticado, quando não massacrado, pela nova linha editorial.

Entre 1916 e 1924 se elegeu Deputado Estadual, exercendo no intervalo de 1918 e 1919 o cargo de prefeito de Tatuí. Entre 1926 e 1930 foi Senador Estadual, um cargo eletivo que desde aquela época não existe mais.

A obra prima da História de Tatuí

Durante esse último período como político escreveu sua maior obra histórica, *"Tatuhy Através da Historia"*, que foi publicada como um artigo no volume 25 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, em 1927.

À época, este Instituto escrevia já há certo tempo a base de muito do que ainda hoje se sabe sobre a história do Estado de S. Paulo. Seus

historiadores, associados e colaboradores são os responsáveis, dentre muitas outras coisas, por *"resgatarem"* os sertanistas paulistas como protagonistas de parte da história do Brasil.

Os sertanistas - rebatizados por estes pesquisadores como *"bandeirantes"* - foram elevados à categoria de heróis, símbolo de um povo ou até de uma *"raça paulista"*. As obras publicadas pelo Instituto mostravam que o temperamento, bravura e lealdade deste povo foram os responsáveis por expandir os domínios de Portugal sobre as terras dos índios selvagens e dos vizinhos espanhóis. Como contrapartida, trouxeram o progresso e riqueza para a nação portuguesa – e para si mesmos. Nesse contexto, tudo o que foi feito, inclusive as coisas ruins, a destruição, as desgraças causadas pelo desbravamento e a colonização etc. tudo se supera no fim em prol do bem maior: o estabelecimento da sociedade paulista que evoluiria ao que conhecemos hoje.

Apesar dessa visão da história ser duramente criticada e contestada atualmente, de forma extremamente simplista, o que foi escrito há mais de 100 anos pode ser entendido como decorrente do orgulho de pertencer a uma parte da sociedade que *"venceu"*. E isso incluía não apenas as atitudes dos antepassados, mas à *"superioridade"* cultural, religiosa e biológica. Tudo era apoiado por correntes científicas da época que normalizavam muito do que hoje consideramos preconceito, intolerância e racismo. A mente da pessoa comum não conseguia perceber esta visão deturpada simplesmente porque estes conceitos de superioridade eram o padrão e eram o ideal

do que a sociedade deveria buscar. Era aceito que havia pessoas *"melhores"* que as outras.

É importante registrar que Laurindo ***nunca*** fez uso de visão discriminatória em seus trabalhos. Porém buscava a todo custo trazer um passado de feitos heroicos para o povo tatuiano, baseado no conceito da época.

Além disso, houve muito esforço - entre seus deveres como advogado e senador estadual de S. Paulo - dentro das limitações da época, para reescrever sua obra em tempo recorde.

Digo que foi reescrita em um período curto porque Laurindo chegou a fazer um discurso nos festejos de comemoração do Centenário, em 11/08/1926, cujo texto tem muita coisa que não aparece em seu artigo, assim como trechos importantes do artigo sequer foram citados no discurso. Tudo leva a crer que entre sua oratória e a entrega para a inclusão de seu texto na Revista, 1 ano depois, houve muito estudo e muita coleta de material.

Como era associado e tinha acesso aos colegas historiadores de renome que faziam parte do Instituto, é de se acreditar que estes lhe indicaram documentos, lhe fizeram partes da pesquisa ou ainda lhe deram linhas de raciocínio para seguir. Afinal, os documentos consultados estavam espalhados pelo Estado todo e viajar para consultar presencialmente sairia muito caro e seria logisticamente insano, pelos meios de transporte da época.

Enquanto muito da história paulista ainda estava sendo averiguado e muita coisa ainda estava para ser descoberta, talvez

para formar uma história com começo-meio-fim, Laurindo inclui ponderações sobre o povoado de S. João do Bemfica que nunca existiu e adapta seus textos anteriores aos novos fatos - mesmo que fizessem mais sentido da forma como estavam explicados antes. O que não invalida de forma alguma todo o trabalho levantado de forma primorosa, por alguém que se preocupava em resgatar o que havia sido esquecido.

REVISÃO DE ALGUNS PONTOS DA HISTÓRIA DE TATUÍ

Agora, quase um século depois, é possível verificar que muitas das afirmações estavam equivocadas ou completamente erradas. Ressalvo que estas observações somente foram possíveis com o devido estudo de vários documentos até então inéditos, a releitura do que já havia sido utilizado como fonte e o cruzamento de informações que somente é possível fazer de forma ágil - e com certa precisão - graças aos recursos que temos hoje em dia.

Ainda que esses pontos possam ser revistos, tudo poderá ter novo significado com o surgimento de novos documentos. Com outras leituras e releituras das mesmas fontes, e de novos contextos históricos. Ou mesmo outras pessoas podem chegar à conclusões diferentes com o que já existe. Afinal, este livro não é uma obra definitiva

Dito isto, seguem alguns apontamentos.

A CAPELA DA SENHORA DEL POPOLO DE VOTORANTIM

Laurindo se apegou a uma informação do livro de 1879 lançado por Azevedo Marques – já mencionado anteriormente – descrita no verbete do bandeirante Pascoal Moreira Cabral e elaborou um pouco mais sobre ela. Pascoal, juntamente com outros, teria fundado uma fábrica de ferro no Morro do Araçoiaba em 1682. Ao seu redor teria sido criado o povoado da Senhora del Popolo, que não vingou e, de alguma forma desconhecida, teria dado origem ao S. João do Bemfica e à Tatuí. Teria havido uma capela com uma imagem de Nossa Senhora, que permaneceu em Tatuí.

Neste caso ocorreu a mistura de quatro histórias distintas: a fundação da Fábrica de Ferro; as duas tentativas fracassadas de fundar um povoado antes da fundação de Sorocaba; a capela da Senhora del Popolo, em Votorantim; e uma antiga imagem de Nsa. Sra. do Carmo existente em Tatuí.

A Fábrica de Ferro

O ferro foi descoberto no Morro de Araçoiaba em 1589 e, desde então, houve vários ciclos de exploração. Todos eles foram abandonados, até a implantação definitiva da Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, em 1811.

A tentativa de exploração de ferro por Pascoal Moreira Cabral realmente ocorreu e foi a terceira delas, ao final dos anos de 1600.

A vila de Nossa Senhora de Montesserrat ou Itapeboçu e a vila de S. Felipe

Houve sim uma vila criada a partir da Fábrica de Ferro, mas não se chamava Senhora del Popolo. De acordo com a fonte histórica, seu nome seria Nossa Senhora de Montesserrat ou Itapeboçu. Foi fundada ainda no período da primeira tentativa de implantação da fundição de ferro, em 1599, no local de exploração do minério.

Mapa detalhado das Américas, mostrando a vila de S. Felipe (*Philippa Villa*). Willem Janszoon Blaeu, Amsterdã, 1618. Americae Nova Tabula. **Antiquarius**. ID S48883.

Como a esperança inicial era encontrar ouro em conjunto com o ferro e isso não ocorreu, a vila foi transferida em 1611 para outro local onde se acreditava que houvesse ouro, o atual bairro do Itavuvu, em Sorocaba.

Ao mudar de local, também houve a mudança do nome da vila, não para S. João do Bemfica, mas para S. Felipe, em homenagem ao rei da Espanha, que à época também governava Portugal e seus territórios. Esta segunda vila também não deu certo e apenas a

terceira tentativa de povoamento vingou, em 1661, com a criação da vila de Sorocaba.

A capela da Senhora del Popolo

O livro de Azevedo Marques apontava que Pascoal Moreira Cabral havia erguido uma capela e que *"a tradição"* dizia que teria dado origem à Tatuí.

Porém, a capela se localizava no local onde morava o bandeirante, no bairro de Itapeva, atual município de Votorantim. Foi construída em 1679 e era dedicada à devoção da Senhora del Popolo. Em 1860 foi transferida para o bairro sorocabano de Brigadeiro Tobias, mas a imagem da padroeira da construção original já não existia.

Senhora del Popolo é uma derivação da devoção italiana à Santa Maria do Povo, e não é vinculada a nenhuma devoção de Nossa Senhora.

A imagem de Nossa Senhora do Carmo

Laurindo conta que havia uma imagem de Nsa. Sra. do Carmo datada de 1680 que se encontrava em uma antiga chácara que pertenceu ao Capitão Jerônimo Antônio Fiuza. Esta chácara havia sido um núcleo dos Padres Carmelitas de Itu, os antigos proprietários da sesmaria da Fazenda Tatuí.

Imagem de Nsa. Sra. do Carmo, datada de 1680. À época da fotografia, pertencia ao Dr. Elydio Falcão. *Tatuhú Tatuibi Tatuhy*. Laurindo Dias Minhoto, Tatuí, 11/08/1907. Cidade de Tatuhy. Ano VIII, Num. 446. **Colégio Objetivo de Tatuí**.

Apesar desta informação parecer ser suficientemente óbvia para atribuir aos Carmelitas a origem de uma imagem de Nsa. Sra. do Carmo em Tatuí, Laurindo acreditava que esta imagem seria da Senhora del Popolo, comparando a data anotada em suas costas com a data próxima que a capela de Jacinto Moreira Cabral foi construída, um ano antes.

O NASCIMENTO DO BANDEIRANTE PASCOAL MOREIRA CABRAL LEME

À época, alguns historiadores acreditavam que o bandeirante Pascoal Moreira Cabral Leme - que descobriu ouro no Mato Grosso e fundou Cuiabá - teria nascido em Tatuí, em terras da família.

Neste caso, o Monsenhor Luiz Castanho de Almeida, também conhecido por seu pseudônimo Aluísio de Almeida (Guareí, 1904 – Sorocaba, 1981), talvez tenha sido o principal propagador dessa história. Embora Aluísio quase nunca seja citado nos textos sobre a história de Tatuí, ele acabou por escrever algo sobre o município, ainda que não fosse seu foco.

Certamente o Monsenhor pode ser considerado o principal historiador a ter estudado o sul do estado de S. Paulo. Tinha profundo conhecimento sobre os documentos disponíveis de toda a região, além de ter recebido muitas informações por história oral.

Aluísio conta que em 1646 chegaram várias famílias na região sorocabana, no espaço de tempo entre o sumiço da vila de S. Felipe no Itavuvu e a criação da vila de Sorocaba. Uma das famílias era a do bandeirante Braz Teves, que se estabeleceu em um sítio na foz do rio Sarapuí com o rio Sorocaba - lá levantou uma capela dedicada à Nsa. Sra. da Conceição, que depois foi desmontada e transferida para Sorocaba. Talvez essa história tenha originado o que foi contado por Azevedo Marques.

Brasão de Tatuí. Instituído pela Lei Municipal 88, de 11/08/1926 e oficializado pela Lei Municipal 451 de 11/08/1959. Afonso d'Escragnolle Taunay, S. Paulo, 1926. **Município de Tatuí**.

Apenas com essa informação vaga Aluísio passou a acreditar que Braz Teves tivesse montado seu sítio na parte da foz do rio Sarapuí que ficaria em Tatuí. Desconsiderava sem motivo algum que seu sítio pudesse ter sido instalado em quaisquer outras das margens da foz, em Iperó ou Boituva, mais próximas à Sorocaba – o que faria mais sentido do que atravessar o rio para fazer suas posses.

Baseado nessa suposição foi criada outra suposição: a de que neste sítio em Tatuí teria morado por um tempo seu genro Pascoal

Moreira Cabral – o mesmo que morou em Votorantim, explorou ferro em Ipanema e construiu a capela da Senhora del Popolo – e neste período teria nascido seu filho Pascoal Moreira Cabral Leme.

Afonso d'Escragnolle Taunay, o principal historiador dos antigos bandeirantes, também acreditava nessas suposições, inclusive afirmando que as terras de Tatuí pertenceram ao Pascoal Leme. Tanto acreditava que colocou uma referência à essa possibilidade – que ele considerava um fato consumado - quando desenhou o Brasão do Município de Tatuí a pedido de seu amigo, o então prefeito da cidade, Norman Bernardes.

O símbolo municipal foi encomendado para as comemorações do primeiro centenário do município, em 1926. Taunay deixou como referência ao bandeirante *"um escudete, com as armas de Cuyabá"*. No Brasão de Tatuí a representação está acima da cabeça do tatu, que seria um morro em um campo verde sob o céu azul, mais ou menos como se encontra no símbolo de Cuiabá.

Desde então o símbolo tatuiano continua da mesma forma, trazendo uma referência que nunca existiu.

O PRIMEIRO DOCUMENTO SOBRE TATUÍ FOI FEITO EM 1709

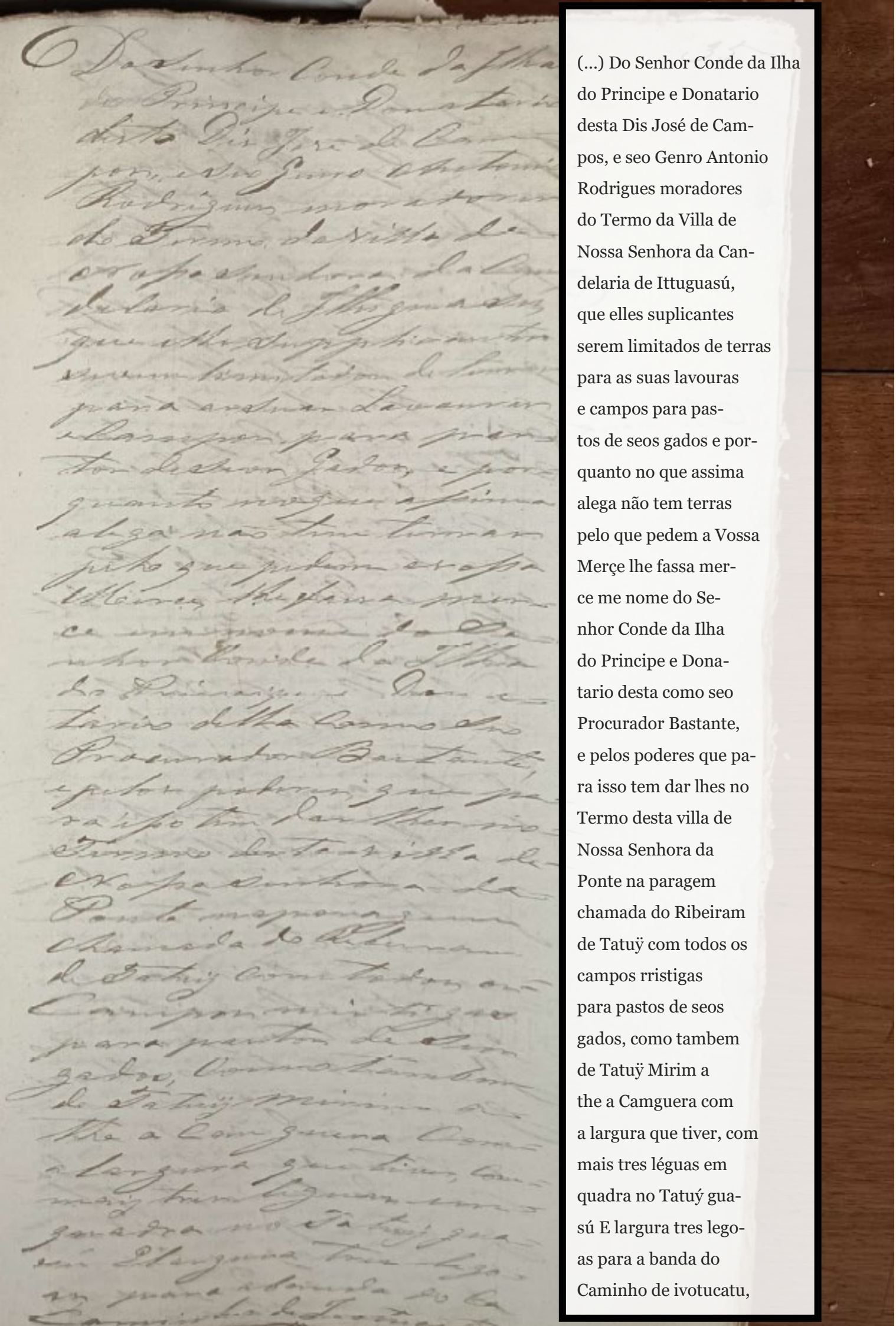
Laurindo escreveu em sua obra de 1927 que houve uma concessão de terras em 1609, na vila de Sorocaba, a João de Campos e seu genro Antônio Rodrigues, num lugar conhecido como ribeirão de Tatuí.

Aparentemente o documento foi transcrito de uma segunda cópia registrada no Livro do Tombo dos Padres Carmelitas de Itu, mas ocorreram alguns erros nessa transcrição. O primeiro deles seria o ano de concessão em 1609 em Sorocaba - quando a vila seria fundada pouco mais de meio século depois -, sendo correto o ano de 1709. O segundo seria o nome de quem recebeu as terras, transcrito como *"João de Campos"*, sendo que o correto é José de Campos (Bicudo).

Este documento poderia ser considerado um tanto quanto duvidoso, pois, até onde se sabe, todas as sesmarias concedidas no atual estado de S. Paulo estariam relacionadas em algumas publicações do Arquivo do Estado de S. Paulo.

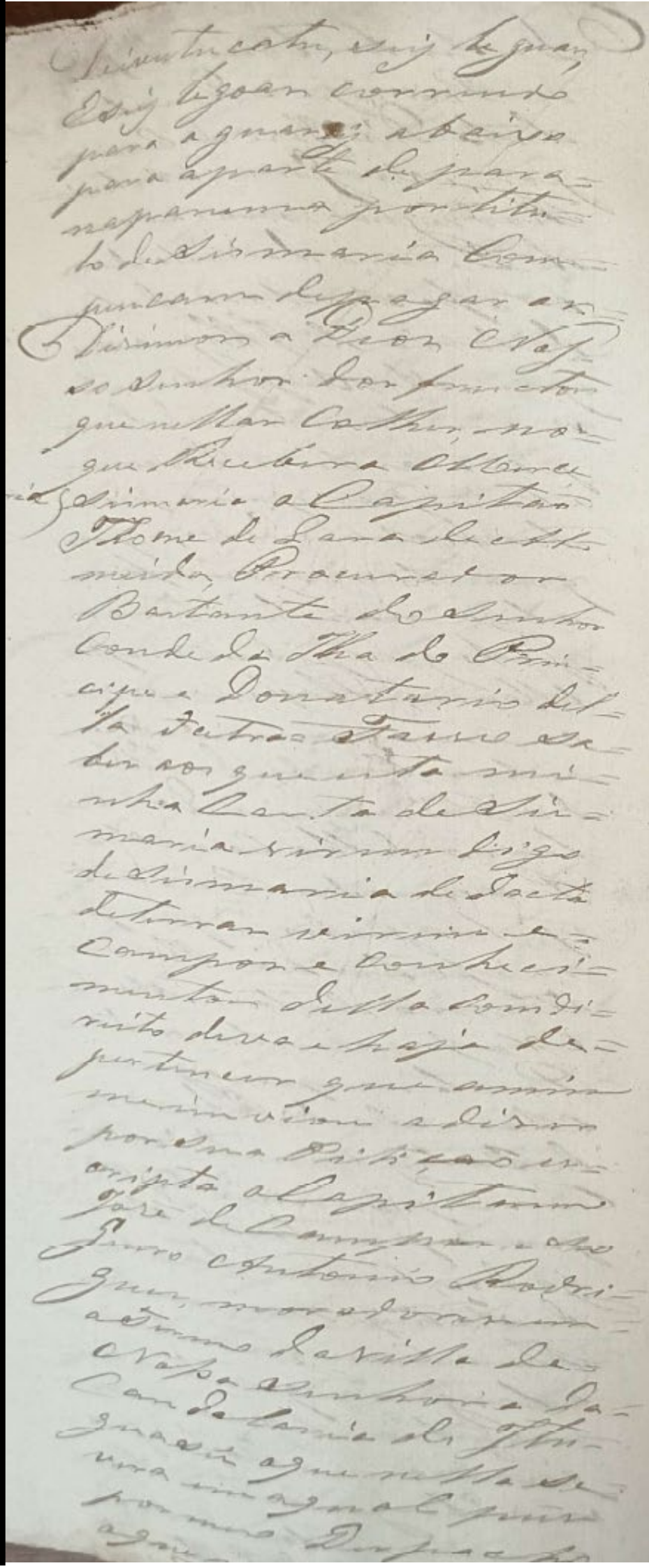
Por fim, por puro acaso consegui uma quinta cópia deste documento de concessão de sesmaria. Sua imagem e parte de sua transcrição seguem na sequência.

Autto de Midição e de marcação da Sismaria de Nominado Paiol. 1º Cartório Cível do Fórum de Itapetininga, Itapetininga, 29/07/1839. ***Tribunal de Justiça do E. de S. Paulo***. Caixa 13, Ordem 146.



(...) Do Senhor Conde da Ilha
do Principe e Donatario
desta Dis José de Cam-
pos, e seo Genro Antonio
Rodrigues moradores
do Termo da Villa de
Nossa Senhora da Can-
delaria de Ittuguasú,
que elles suplicantes
serem limitados de terras
para as suas lavouras
e campos para pas-
tos de seos gados e por-
quanto no que assima
alega não tem terras
pelo que pedem a Vossa
Merçe lhe fassa mer-
ce me nome do Se-
nhor Conde da Ilha
do Principe e Dona-
tario desta como seo
Procurador Bastante,
e pelos poderes que pa-
ra isso tem dar lhes no
Termo desta villa de
Nossa Senhora da
Ponte na paragem
chamada do Ribeiram
de Tatuÿ com todos os
campos rristigas
para pastos de seos
gados, como tambem
de Tatuÿ Mirim a
the a Camguera com
a largura que tiver, com
mais tres léguas em
quadra no Tatuý gua-
sú E largura tres lego-
as para a banda do
Caminho de ivotucatu,

De ivutucatu, seis léguas,
e seis legoas correndo
para a guareý abaixo
para a parte de para
napanema por titu-
lo de Sismaria Com
funçam de pagar os
Disimos a Deos Nos-
so Senhor dos fructos
que nelas colher, no
que Recebera Merçe
Sismaria a Capitão
Thome de Lara de Al-
meida, Procurador
Bastante do Senhor
Conde da Ilha do Prin-
cipe e Donatario des-
ta outra = Fasso as-
ber aos que esta mi-
nha carta de Sis-
maria virem digo
de Sismaria de dacta
de terras virem e
campos e conheci-
mentos della com di-
reito deva e haja de
pertencer que assim
me inviou a disem
por sua petição es
cripta o Capitam
Jose de Campos e seo
Genro Antonio Rodri-
gues, moradores em
o Termo da villa de
Nossa Senhora da
Candelaria de Itu-
guasú a que nella se
vera em a qual pus
por meo despacho
a que (...)



A HISTÓRIA DA CAPELA DE SÃO JOÃO DO BEMFICA

Neste livro, anteriormente, vimos que S. João do Bemfica do Ipanema foi o nome oficial que a Paróquia da Fábrica de Ferro teve, por um curtíssimo tempo, quando D. João VI, rei do Brasil e Portugal quis reafirmar que a sede não seria retirada da fundição.

A confusão toda com a história de Tatuí se deu porque os autores do "*Dicionario Geographico, Historico e Descriptivo do Imperio do Brazil*", de 1845, acreditaram que a Paróquia da Fábrica de Ferro havia sido transferida para Tatuí.

Laurindo misturou essa versão com dois fatos: a história de Azevedo Marques que a Capela da Senhora del Popolo haveria originado Tatuí; a existência do antigo bairro (da Sta. Cruz) do Bemfica, perto do Caguassú. Isso foi mais do que suficiente para se dar por convencido que o S. João do Bemfica existiu em Tatuí.

Juntadas as *"provas historiográficas"*, agora faltavam as *"provas físicas"*.

Desde sua primeira versão da história tatuiana, em 1899, Laurindo afirma que ainda existia uma grande e antiquíssima cruz de cabreúva, próximo ao bairro de Americana. Ele acreditava que fosse os limites da Fazenda de Tatuí, dos Padres Carmelitas, e que a cruz indicaria o cemitério do povoado do Bemfica.

Retrato da cruz de Cabreúva do possível antigo cemitério. *Tatuhú Tatuibi Tatuhy*. Laurindo Dias Minhoto, Tatuí, 11/08/1907. Cidade de Tatuhy. Ano VIII, Num. 446. **Colégio Objetivo de Tatuí**.

No artigo que ele escreveu no jornal *"Cidade de Tatuhy"*, em 1907, informa que ele e outras pessoas naquele ano construíram uma capelinha sobre a cruz, e que ao fazer um dos buracos de sua fundação, as ferramentas esfacelaram alguns ossos humanos, dos quais se salvaram um pedaço de crânio e alguns dentes em bom estado.

Realmente este local era próximo à divisa da propriedade dos padres com a sesmaria de Antônio Rodrigues da Costa. Os ossos encontrados podem indicar o local do antigo cemitério do bairro de Tatuí, relatado no livro de 1820 dos registros de óbitos da Paróquia de Itapetininga.

O que diverge da história constatada é que não havia povoado nenhum, apenas algumas poucas casas esparramadas pelos campos e matos, sob o nome de Tatuí.

Esta capela construída por Laurindo foi posteriormente reformada 21 anos depois, em 1926, ano do centenário da demarcação do rocio da Freguesia de Tatuí.

****

Se, para a História, é importantíssimo que as fontes corretas sejam utilizadas, e temos o dever de chegar o mais próximo possível do que foi a realidade, o quê se faz com o que está errado? Qual a diferença prática disso, na vida das pessoas?

Se nunca existiu o povoado do S. João do Bemfica, o quê fazemos com ele? Neste caso isolado, a história muda, mas sua relevância não.

Veja no que se transformou um grande engano no livro de Milliet de Saint-Adolph: Dr. Laurindo depositou toda sua fé na veracidade da história - tanto que, por causa disso, ele ergueu a capela com seus esforços. A capela, com 119 anos de idade, por si mesma já entrou para a história e representa Tatuí muito bem.

Traz alegria, união e senso de pertencimento ao tatuiano. Deu uma alma à cidade, algo que nenhuma figura pública conseguiu. Fez com que o passado fosse transformado numa memória permanente.

Pelos fatos comprovados da História, temos a Tatuí de 10/11/1709, da sesmaria de José de Campos; a de 1814, dos posseiros de Sorocaba, Ipanema, Porto Feliz e Boituva; a dos interesses de Rafael Tobias de Aguiar, no começo da década de 1820; a do Príncipe D. Pedro criando a Freguesia em 30/01/1822; a da demarcação do rocio em 11/08/1826. O leitor escolhe a data que melhor lhe representa a criação de Tatuí, de acordo com seus valores.

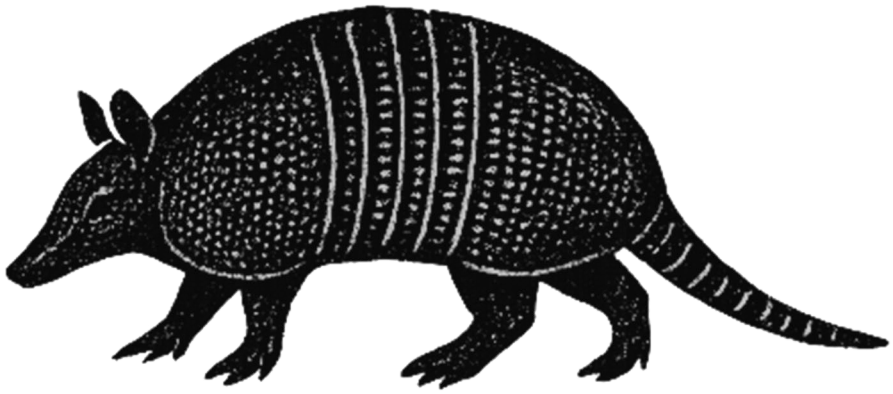
Pela simbologia deste ano, aproveitemos para saudar nosso Município:

Parabéns pelos 200 anos, Tatuí!! Quem venham muitos outros, sempre melhores!!

PER ARDUA SURREXI

ME ERGUI NA DIFICULDADE

CRONOLOGIA DOS 121 ANOS QUE TATUÍ ESQUECEU



O detalhamento das datas não é importante o tempo todo, enquanto estudamos a História. Na maioria das vezes detalhes como dias e meses não são tão necessários, se conseguimos entender a lógica dos acontecimentos.

Porém, a organização dos fatos através de uma linha do tempo pode ajudar o leitor na compreensão – principalmente em algumas sequências específicas de eventos.

Na cronologia que se segue, existem alguns detalhes a mais, que não foram incluídos anteriormente para preservar a fluidez do texto.

10/11/1709 – Os bandeirantes ituanos **José de Campos** e seu genro, **Antônio Rodrigues Velho**, conseguem na vila de Sorocaba uma sesmaria dividida em 3 glebas: uma gleba em Botucatu (Tatuí-Guaçu), uma em Guareí (Caminho de Botucatu e rio Guareí Abaixo) e a última no **Ribeirão de Tatuí** (Tatuí-Mirim até Aracanguera). Sua finalidade é ocupar com gado bovino. É o documento mais antigo que menciona Tatuí.

12/12/1723 – **José de Campos** consegue outra sesmaria para criar gado. Se inicia no rio Guareí, passando pelo **Cajuru-Mirim**, até chegar nas proximidades do ribeirão das Pederneiras, em Tatuí.

Década de 1720 ou 1730 – José de Campos vende a gleba de Tatuí para os **Padres do Convento do Carmo de Itu**, que as arrendarão para criadores de gado. Passa a ser conhecida como ***"Fazenda de Tatuí"***.

1737 – **Antônio Bicudo de Barros**, fazendeiro, sogro de um neto de José de Campos, ocupa a sesmaria do **Cajuru-Mirim**. Em **19/07/1763** consegue essas terras como uma nova sesmaria sobreposta à antiga, indicando como localizadas no **ribeirão das Pederneiras Pretas** (atual *"Pederneiras"*). Em **19/09/1765** recebe a confirmação em Lisboa. Ele falece em 1768 e as terras ficam com seu genro, o comerciante de tecidos ituano **José Gonçalves de Barros**.

05/11/1770 – É fundada a **vila de Itapetininga**, como parte de um plano estratégico do Governo Português para fixar povoações no interior do Brasil. O objetivo principal era evitar o avanço de espanhóis, que poderiam invadir as terras pelo Sul. O território de Tatuí passa a pertencer a Itapetininga.

1779 – **José Gonçalves de Barros** falece. Em seu inventário, sua propriedade, que é conhecida como ***"Fazenda do Paiol"***, é ofertada como garantia de pagamento aos credores – caso a viúva não consiga quitar as dívidas.

15/09/1780 – O **Capitão-Mor** de Sorocaba **José de Almeida Leme** obtém uma sesmaria na foz do rio Iperó no rio Sarapuí, mas falece menos de três meses depois da concessão. Suas terras chegam a encostar na sesmaria dos Padres Carmelitas de Itu, pelo bairro de Sarapuí. A propriedade fica conhecida como ***"Fazenda do Guarapiranga"***. Provavelmente foi um pouso de tropas conhecido anteriormente como *"Sarapuí de Baixo"* e deveria estar às margens do Caminho do Sul.

23/02/1782 – O sucessor no cargo de **Capitão-Mor** em Sorocaba, **Cláudio de Madureira Calheiros**, consegue a sesmaria do **Tatuí-Mirim**, nas terras que ficam entre

a Fazenda do Guarapiranga, a Fazenda de Tatuí e os rios Sarapuí e Sorocaba. Ocupava os atuais bairros dos Mirandas e do Guaxingu.

20/08/1783 – Foi concedida uma sesmaria muito populosa em **Alambari**, que fazia limite com o sul da Fazenda de Tatuí. Uma parte dela estaria dentro dos limites atuais do município. Os sesmeiros eram: **Ângela Machado**; **Antônio de Proença**; **Antônio Lopes**; **Apolônia Domingues**; **Caetano Fonseca**; **Cláudio Furquim**; **Faustino Fernandes**; **Francisca Bicudo**; **Francisco Ferraz**; **Francisco Ponce**; **João Batista**; **João Bicudo**; **Joaquim Rodrigues**; **José Fernandes**; **José Leite**; **José Oliveira**; **José Proença**; **Manoel Arruda**; **Manoel Leite**; **Manoel Proença**; **Quitéria Leme**; **Salvador Corrêa**; **Tomé Bueno da Silva**; **e Vicente Furquim**.

23/04/1784 – É concedida uma segunda sesmaria em **Alambari**, ao lado da Fazenda do Guarapiranga e vizinha à Fazenda de Tatuí. Seus proprietários eram **João Canto Aragão Magalhães** e o rateiro **João Bicudo**. As duas sesmarias de Alambari deveriam estar às margens do Caminho do Sul.

28/07/1784 – Um grupo de quatro pessoas recebe uma sesmaria nas **Pederneiras** (não confunda com as *"Pederneiras Pretas"*, que são outro local), antigo bairro entre Alambari e o Morro do Alto. Um trecho ultrapassa os limites de Tatuí. Seus proprietários são **Jerônimo Cerqueira**, **João Afonso Pereira**, **Manoel da Silva** e **Pedro Corrêa de Moraes**.

08/10/1784 – **Salvador Pires de Lima** recebe uma sesmaria no mesmo antigo bairro das **Pederneiras**, próximo ao bairro de Jurumirim.

18/03/1803 – **Miguel João de Castro**, senhor de engenho e monçoeiro morador de Tietê, obtém uma sesmaria no **rio Sorocaba**. Suas terras englobam as atuais Fazenda Velha, em Cesário Lange, o sul de Laranjal Paulista e o oeste de Cerquilho. O pedido foi solicitado em conjunto com **Antônio da Rocha**, **Francisco Xavier Monteiro**, **Manoel Manso**, **Rafael Alves de Castro** e **José Paes de Camargo**, todos parentes de Miguel. Porém, aparentemente nunca nenhum destes outros usufruiu da sesmaria.

1814 – Os **primeiros posseiros** começam a ocupar as terras vazias de Tatuí - segundo relatos deles mesmos, já como rateiros da sesmaria de Antônio Rodrigues da Costa. As declarações foram dadas em 1822 ao Juiz de Itapetininga.

1817 – Este é o primeiro ano que os **moradores de Tatuí são mencionados no Censo de Itapetininga**. São todos identificados como moradores novos. A seguir segue a relação de nomes dos chefes das 46 famílias: Ana Leme; Ana Maria Barbosa e Geraldo Domingues;

Antônio Francisco Rodrigues e Maria Domingues; Antônio Garcia Leal e Maria Antônia Almeida; Antônio Gonçalves e Ana Ribeiro; Antônio José da Luz e Eufrásia Maria de Camargo; Antônio Manoel da Costa e Inácia Rodrigues; Bento Gonçalves e Madalena Maria; Bernardo Gonçalves e Manoela Maria; Caetano João e Brígida Maria; Dionísio Leme e Inácia Paes Dias; Domingos Paes e Maria Francisca Antunes; Francisco Antônio e Francisca Maria; Francisco Borges e Maria Izabel; Guilherme José e Ana Maria; Inácio Félix e Maria Paes; Inácio Nunes e Ana Josefa; Inácio Nunes e Izabel Maria; Jerônimo da Veiga e Joana Paes; Jerônimo José de Proença e Rozária Maria; Joana Leite; João Paes e Ana Paes Rodrigues; Joaquim da Silveira e Luzia Maria; Joaquim Gonçalves Rodrigues e Joaquina Maria; Joaquim José e Ana Gertrudes; Joaquim Mendes e Izabel Maria; Joaquim Rodrigues Fogaça e Maria Custódia; José Antunes e Bernarda Maria; José Francisco de Oliveira e Ana Maria; José Maria de Figueiró e Maria Nunes do Rosário; José Nunes da Silva e Ana Petronilha; José Ribeiro Pires e Joana Maria; Luiz Antunes e Escolástica Pires; Manoel Félix e Gertrudes Paes; Manoel Joaquim e Maria Andresa; Manoel Paes e Ana Nunes Antunes; Marcelo de Fria e Joana Ferreira; Maria Domingues; Maria Nunes; Maurício Dias e Ana Gertrudes; Maximiano Antônio e Maria Pires; Pedro Gonçalves e Joana Maria; Pedro José Cardoso e Maria Izabel; Ricardo de Fria e Maria de Oliveira; Salvador José Rodrigues e Catarina Maria; Salvador Ortiz de Camargo e Josefa Maria.

19/08/1817 – D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, cria a **Freguesia de S. João do Ipanema**, **a pedido dos moradores dos arredores**. Alegavam que a região se encontrava longe de Sorocaba e precisavam de uma igreja mais próxima. É decidido que a Matriz será na capela da Fábrica de Ferro de mesmo nome.

1817 ou 1818 – Apesar das 46 famílias contabilizadas em Tatuí no censo de 1817, no **levantamento de propriedades da Capitania de S. Paulo** são contadas apenas **19 posses de terra** na mesma região.

20/12/1818 – O Diretor da Fábrica de Ferro, Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, envia uma carta de alerta ao Governador da Capitania de S. Paulo. Relata que **muitos dos vizinhos da fundição estão tomando posse de terrenos desocupados em Tatuí** – e outro tanto pretende fazer o mesmo. Os principais motivos são a qualidade do solo tatuiano - melhor que o de Ipanema -, e o fato de serem proibidos de utilizarem suas terras como bem entendem - pois o Governo quer que seja utilizado para fazer carvão para a Fábrica.

29/01/1819 – O político paulistano **Tenente Coronel Mateus da Silva Bueno**, morador de Guarulhos, recebe uma sesmaria nas **Pederneiras Pretas**. Sua intenção era

ocupar seus escravizados com lavoura, pois o garimpo que possuía estava se esgotando. Suas terras atualmente se localizariam desde as margens do ribeirão Pederneiras, em Tatuí, até perto da entrada principal da cidade de Cesário Lange. As divisas se completariam com quase toda a metade leste do município de Quadra.

21/05/1819 – O agricultor **João Antônio de Sampaio**, de Porto Feliz, recebe uma sesmaria nas **Cabeceiras do rio da Onça**. Seus limites hoje seriam do rio Guarapó, divisa entre Tatuí e Cesário Lange, até bem perto do Centro de Pereiras. O Centro de Cesário Lange e o bairro dos Torninos ficariam dentro da área. Sua esposa, Francisca de Paula Leite, ficaria conhecida no folclore de Cesário Lange como ***"Nhá Chica Brava"***, devido à crueldade com que tratava seus escravizados.

26/01/1820 – D. João VI responde a um requerimento do Padre Gaspar Antônio Malheiros, Vigário da Freguesia de S. João do Ipanema **solicitando a mudança da Matriz para Tatuí**. O pedido é **negado**, devendo *"ser conservada (...) no lugar em que foi colocada"*.

29/05/1820 – A pedido de D. João VI, o Padre Gaspar Antônio Malheiros é confirmado como Vigário Colado (*"permanente"*) na Fábrica. No documento, a freguesia é chamada de ***"S. João do Bemfica de Ipanêma"***. Talvez a pequena mudança no nome fosse uma forma sutil de D. João VI dizer que a ordem de permanência da Matriz onde estava devesse ser cumprida.

16/09/1819 – É concedida uma sesmaria – do **Guararapó** – ao primeiro dos dois grupos da família Mascarenhas, de Sorocaba. Eram liderados pelo patriarca **Ajudante Antônio Bernardo de Azevedo Camelo**, português, agricultor e negociante de tropas. Os demais sesmeiros desta propriedade eram **Antônio de Oliveira Rosa**, **Bento Antunes de Camargo**, **Bento de Mascarenhas Camelo**, **Luiz de Almeida Moura** e **Manoel Paes**. Justificavam ambos os pedidos alegando terem muitos filhos, netos e escravizados, e precisavam das terras para o sustento de todos. Esta propriedade começaria atualmente no bairro do Guaraná, em Quadra, seguiria até as divisas de Guareí com Torre de Pedra, se estenderia até o sul de Porangaba e ao rio Aleluia, no bairro Cruz de Cedro, em Quadra.

16/09/1819 – No mesmo dia é registrada a segunda sesmaria dos Mascarenhas, a do **ribeirão das Palmeiras**. Ela se situaria ao norte da primeira sesmaria, abrangendo o norte de Quadra, o sul de Pereiras e a faixa central de Porangaba, até as proximidades da divisa de Bofete. Os sesmeiros eram **Alexandre Caetano Tavares**, **Antônio de**

Mascarenhas Camelo, **Caetano Tomás de Aquino**, **Domiciano de Azevedo Camelo**, **José de Mascarenhas Camelo** e **José do Amaral Gurgel**.

08/10/1819 – O **Capitão-Mor** de Itapetininga, **Domingos José Vieira**, recebe uma sesmaria no local da antiga propriedade de Salvador Pires de Lima, **entre o ribeirão Tatuí e as sesmarias do Capão Alto, das Pederneiras, do Guarapiranga e do falecido Miguel Fernandes Lima**. O Capitão era negociante de tropas, e fez a solicitação em conjunto com **Bento Vieira de Brito**, o **Capitão Domingos Afonso Pereira**, o **Capitão Francisco Xavier de Araújo**, **João Francisco, João José da Silva**, **Joaquim de Anhaia,** o **Alferes José de Aguiar e Silva**, os herdeiros do **Sargento-Mor Manoel Afonso Pereira** e **Martim Vaz de Carvalho**.

1820 –No censo da vila de Itapetininga aparece pela primeira vez a divisão militar da **6ª Companhia de Ordenanças**. Ela é composta pelos bairros de **Tatuí** e do **Capão Alto** que, somados, possuem em torno de **150 famílias**.

07/05/1820 – É feita a **primeira menção de um cemitério em Tatuí**. No livro de óbitos da paróquia de Itapetininga, consta o registro do sepultamento da menina Maria, de 5 meses de idade, filha de José Ribeiro e Maria da Conceição. O cemitério provavelmente se localizava onde hoje está construída a Capela de S. João do Bemfica.

31/01/1821 – O representante dos acionistas da Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema, **Rafael Tobias de Aguiar**, envia carta ao Governador da Capitania de S. Paulo, **sugerindo que** a Coroa compre as propriedades dos vizinhos da Fábrica e **transfira a freguesia de S. João do Ipanema para Tatuí**. Desta forma, ao irem embora para aquela região, as matas seriam finalmente preservadas para a produção de carvão como combustível para a fundição.

08/02/1821 – **André de Almeida Falcão**, um grande senhor de engenho de Boituva, consegue uma sesmaria no **Guararapó**. Suas terras ocupariam os atuais bairros do Araçá e da Campininha, no sul de Cesário Lange.

14/02/1821 – É concedida uma sesmaria para dois irmãos nascidos em Minas Gerais, **Manoel Garcia Leal** e o **Tenente Antônio Garcia Leal**. Antônio já ocupava as terras pedidas, nas **Pederneiras Pretas**, desde 1817. Seus genros **Antônio Mariano de Toledo**, **Inácio Mendes da Silva** e **Félix Mendes de Camargo**, também teriam parte, mas, aparentemente, nunca usufruíram das terras. A propriedade se localizaria hoje no Campo de Provas e Enxovia.

28/02/1821 – A última sesmaria de Tatuí foi concedida a um grupo de pequenos agricultores de Boituva, liderados pelo construtor de casas **Antônio Rodrigues da Costa**. As terras estariam localizadas, atualmente, na metade norte do município tatuiano. Os outros sesmeiros eram **Félix Mendes de Camargo**, **Inácio Mendes da Silva** (os mesmos da sesmaria dos Garcia Leal), **Jacinto José da Rocha**, **José Mendes de Almeida**, **Joaquim Rodrigues Leite** e **Paulo Maria**.

Completavam a sesmaria **48 famílias de rateiros**. Muitos deles eram posseiros desde o início da colonização de Tatuí. Segue relação com seus nomes, ano de primeiro registro no censo, cor da família e vila de nascimento ou origem. Obs.: alguns dos que estão como *"Sorocaba"* podem ter origem em Ipanema: **Ana Barbosa** (1817, pardos, Porto Feliz/Sorocaba); **Ana Leme** (1817, pardos, Sorocaba); **Ana Maria** (1820, brancos, Sorocaba); **Antônio Álvares** (1822, brancos, Sorocaba); **Antônio Barbosa** (1824, pardos, Sorocaba); **Antônio de Lima** (Itu, pardos, 1820); **Antônio Luiz Moreira**; **Antônio Maciel da Costa** (Ipanema); **Antônio Manoel** (1817, brancos, Itapetininga); **Antônio Nunes de Siqueira** (Sorocaba); **Bebiano Pereira da Silva** (1824, brancos, Sorocaba); **Bento Gonçalves** (1817, brancos, Ipanema); **Caetano Domingues** (1820, brancos, Itu); **Caetano João José** (1817, brancos, Itu ou Sorocaba); **Dionísio Antunes e Jerônima Barbosa** (1820, brancos, Ipanema); **Felisberto Leite** (1822, brancos, Ipanema); **Francisco Borges de Figueiró** (1817, brancos, Sorocaba); **Francisco Leme da Silva** (1820, brancos, Sorocaba); **Francisco Machado Bueno**; **Francisco Pedroso** (1820, brancos, Jacareí); **Francisco Pedroso Ramos** (1820, pardos, Sorocaba); **Genovefa Maria** (1824, brancos, Sorocaba); **Inácio Antônio** (1820, brancos, Sorocaba); **Izabel Maria de Moraes** (desistiu de seu pedaço); **Jerônimo José de Proença** (1817, brancos, Sorocaba); **Joana Leite** (1817, brancos, Sorocaba); **Joana Pais** (1825, brancos, Sorocaba); **João José da Costa** (1820, brancos, Jacareí); **João Leite** (Sorocaba); **João Paes**; **Joaquim Gonçalves** (1817, brancos, Sorocaba); **Joaquim Rodrigues** (1817, brancos, Itapetininga); **José Machado**; **José Maria de Figueiró** (1817, brancos, Boituva/Sorocaba); **José Mariano**; **José Pires** (1817, brancos, Sorocaba); **José Xavier Gonçalves** (Ipanema); **Luiz José de Camargo** (1824, brancos, Ipanema); **Manoel Joaquim** (1817, brancos, Sorocaba); **Manoel Leite** (Sorocaba); **Pedro Gonçalves** (1817, brancos, Sorocaba); **Pedro José** (1822, pardos, Sorocaba ou Itapetininga); **Reginaldo Dias da Cunha** (Porto Feliz); **Rufo Gonçalves** (1820, brancos, Sorocaba); **Salvador Rodrigues Barbosa** (1825, pardos, Sorocaba); **Salvador Rodrigues Forte** (1820, pardos, Itapeva/Sorocaba); **Vicente Alves** (Sorocaba); os negociantes de tropas e

arrendatários da Fazenda de Tatuí **Francisco Xavier de Freitas** (1820, brancos, Sorocaba) e o **Alferes Jerônimo Antônio Fiuza** (1818, brancos, Sorocaba).

02/03/1821 – O Diretor da Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema, **Frederico Luís Guilherme de Varnhagen**, responde à uma carta escrita pelo Governador da Província de S. Paulo dia 23/02/1821. Nela, Varnhagen lhes diz suas impressões pessoais sobre a carta de Rafael Tobias de Aguiar do dia 31/01. Em resumo, discorda de tudo o que foi dito, e **informa que o Vigário de Sorocaba e Tobias têm interesse particular que se retire a freguesia de Ipanema para Tatuí**: o padre por ter perdido metade de seus fiéis com a criação da nova paróquia; e Tobias por ter terras em Tatuí e estar formando um estabelecimento na localidade. Dentre várias observações, duas são importantes: o Diretor acredita que se dependesse dos próprios moradores de Ipanema para construir uma nova capela para a paróquia, levaria *"dúzias de anos"* de lugar; por fim, **Varnhagen era a favor da criação da freguesia de Tatuí**, por ser muito afastado da sua sede, Itapetininga, e por ter habitantes o suficiente.

03/05/1821 – O Bispo de S. Paulo **autoriza que** os moradores da freguesia **retirem da Fábrica de Ferro a sede da Matriz de S. João do Bemfica**, sem especificar nenhum lugar de destino.

30/01/1822 – O Príncipe D. Pedro despacha sobre um **requerimento dos moradores** dos bairros **de *"Tatuu, Guaxingu e Predeneiras"***. Solicitam a criação de uma freguesia em quaisquer um destes 3 bairros, pois alegam que a sede de Itapetininga fica muito distante. **D. Pedro** concorda e **ordena a criação da Freguesia em Tatuu, com devoção à Nsa. Sra. da Conceição**. O Alvará foi registrado na administração do Bispado de S. Paulo em 05/03/1822.

01/12/1822 – São realizados os **três primeiros registros de batismo** no livro da Paróquia de Tatuí: um na casa de uma das crianças, *"por necessidade"*, e dois na **primeira Matriz improvisada** da Freguesia. Eram, respectivamente, **Antônia**, filha de José de Oliveira e Ana Maria; **Antônio**, filho de Joaquim Rodrigues Leite e Maria Custódia; e **Belina**, abandonada na casa de João Manoel Fiuza. Durante aquele mês de dezembro os padres Carmelitas de Itu emprestaram a **Capela de Nsa. Sra. do Carmo, na Fazenda de Tatuí**, para que pudessem ser feitos os sacramentos. Os ritos foram celebrados pelo **vigário** de Itapetininga, **Anacleto Dias Batista**.

23/04/1823 – **A Matriz improvisada** da Freguesia de Tatuí **se muda para a casa de Jerônimo Antônio Fiuza**, que também ficava dentro dos limites da Fazenda de Tatuí. Os sacramentos eram realizados pelo **padre Francisco de Paula Medeiros**.

20/07/1823 – Os sacramentos na segunda Matriz improvisada passam a ser celebrados pelo **padre Francisco Fernandes Novaes**.

27/07/1823 – **João**, filho de Ana, é o **primeiro escravizado batizado na nova Freguesia**. O local do sacramento provavelmente foi a casa de Francisco Xavier de Freitas, senhor da mãe da criança.

26/09/1823 – É feita a **primeira menção de uma capela própria para a Matriz da Freguesia de Tatuí**, construída pelos moradores **em um terreno cedido pelos padres Carmelitas de Itu, dentro da Fazenda de Tatuí**. Nesta data recebeu a extrema-unção **Inácio Moreira**, de 80 anos, que foi sepultado no quintal da capela.

10/10/1823 – Ocorre o **primeiro casamento** na Matriz de Tatuí, entre dois primos sorocabanos, **Salvador José Alves e Ana Francisca**.

18/10/1823 – O casal **Agostinho e Caetana**, ambos africanos da Guiné, são os **primeiros escravizados a se casarem** em Tatuí. Pertencem ao plantel de Inácio Mendes da Silva.

03/11/1823 – Ocorre o **primeiro registro de morte de escravizado** nos livros da Freguesia de Tatuí. **Ricarda**, pertencente a João Antônio de Sampaio, **morre *"repentinamente"*, talvez por exaustão ou infarto**. Tinha idade aproximada de 40 anos. Obs.: a esposa de João Antônio, a Nhá Chica Brava, ainda não morava em Tatuí.

03/01/1824 – O Conselho da Presidência da Província de S. Paulo recebe um **requerimento dos moradores de Tatuí solicitando a desapropriação de parte da Fazenda de Tatuí**. A área mediria ¼ de légua quadrada (1.650m x 1.650m) e seria destinada a instalar o rocio da Freguesia – uma espécie de zona urbana da época. Encabeçavam o pedido Inácio Xavier César (filho do Ten. Cel. Mateus da Silva Bueno, administrador da sesmaria de seu pai), José Luciano Leite (um grande agricultor com origens em Tietê), e Francisco Xavier de Freitas. Os demais foram: Américo Duarte; Antônio Antunes; Antônio Barbosa; Antônio de Almeida; Antônio de Lima; Antônio de Oliveira; Antônio Garcia Leal; Antônio José; Antônio José; Antônio José de Oliveira; Antônio José de Oliveira; Antônio José de Oliveira; Antônio José de Proença; Antônio Manoel Caetano; Antônio Niemandes; Antônio Ramos da Rosa; Antônio Rodrigues Bueno; Antônio

Rodrigues da Costa; Antônio Rodrigues de Almeida; Antônio Teles; Bartolomeu Machado; Bento Manoel; Bernardo Gonçalves; Caetano Domingues; Celso Antunes; Dionísio Leme; Domingos Paes; Domingos Pereira; Eufrásio Martins; Faustino de Oliveira; Feliciano Antunes; Felisberto de Oliveira; Felisberto Leite; Fernando Leite; Francisco Antônio; Francisco de Paula; Francisco Dias Ferreira; Francisco José; Francisco Leme da Silva; Francisco Nunes; Francisco Pedroso de Ramos; Francisco Ribeiro; Francisco Tavares; Gertrudes Pinheiro; Inácio Antônio; Inácio Matias de Oliveira; Inácio Moura; Inácio Nunes da Silva; Inácio Nunes Machado; Inácio Rodrigues; João José da Costa; João José de Oliveira; João José Rufo; João Manoel Fiuza; João Paes; João Pires; João Policarpo; João Raimundo; João Ribeiro; João Rolim de Moura; Joaquim Antônio; Joaquim Antônio da Silva; Joaquim Antunes de Lara; Joaquim Azevedo Rodrigues; Joaquim Claro; Joaquim Gonsalves Ferreira; Joaquim José; Joaquim José da Silva; Joaquim José de Oliveira; Joaquim José dos Santos; Joaquim Machado; Joaquim Moreira de Toledo; Joaquim Rodrigues Fogaça; José Alves; José Antônio; José Antônio Fiuza; José Bueno; José Correa de Toledo; José Cubas do Amaral; José da Cruz Camargo; José de Arruda; José de Oliveira; José Fernandes; José Gonçalves; José Henrique da Silva; José Joaquim; José Leme; José Lopes; José Maria de Camargo; José Martins de Oliveira; José Nunes da Silva; José Pompeu; José Rodrigues Novaes; José Vasco; Luciano da Mota; Luciano Lopes; Luiz Manoel; Manoel (?); Manoel Francisco; Manoel Gonçalves; Manoel Joaquim; Manoel Joaquim Pereira; Manoel José de Campos; Manoel Nogueira; Manoel Paes; Manoel Pompeu; Manoel Sutil; Miguel Ribeiro; Norberto Pires da Veiga; Pedro Gonsalves; Pedro José; Pedro Manoel de Proença; Pedro Nunes; Pedro Rodrigues Machado; Rafael Antônio; Reginaldo Dias; Salvador Alves; Salvador de Jesus; Salvador Furtado; Salvador Gomes; Salvador Leandro; Salvador Leme; Salvador Ribeiro; Teodoro José de Camargo; Timóteo Pereira; Vicente Floriano Alves.

27/10/1824 – É **passada a Escritura de venda da Fazenda de Tatuí**, dos Padres Carmelitas **ao Brigadeiro Jordão**.

17/11/1824 – O **Conselho da Presidência da Província de S. Paulo dá prosseguimento ao tratamento do requerimento de desapropriação da Fazenda de Tatuí**. Na sessão deste dia, um dos conselheiros, Rafael Tobias de Aguiar, defende a desapropriação de parte da terra dos Padres para que seja feito o rocio. **Tobias**, que tem propriedade em Tatuí, **não atualiza aos seus pares do conselho que a fazenda foi vendida ao Brigadeiro Jordão**. Como se tratava de desapropriação de sesmaria, o Conselheiro Manoel Joaquim de Ornelas sugere que o assunto seja tratado

diretamente pelo Imperador – que é o responsável pela concessão de sesmarias. Os demais membros concordam.

24/11/1824 – Em outra sessão do Conselho da Presidência, **Rafael Tobias de Aguiar sugere que**, em vez de ser encaminhado ao Imperador, **o assunto fosse diretamente para a resolução de um Juiz**. **O Conselho não concorda e delibera ainda que os Padres de Itu lhes enviem os documentos de propriedade** da Sesmaria da Fazenda de Tatuí.

20/12/1824 – Nesta sessão o **Conselho da Presidência recebe resposta** dos Padres de Itu, informando **que não tinham mais os documentos da Fazenda de Tatuí pois haviam vendido a propriedade** para o Brigadeiro Jordão. **O Brigadeiro** – que também fazia parte do conselho, mas não esteve presente nas outras sessões onde o assunto sobre Tatuí foi abordado – estava presente quando a resposta foi lida, e **foi intimado a apresentar ao Conselho tais papéis da sesmaria**.

01/02/1826 – O Imperador **D. Pedro I decide**, em consulta da Mesa do Desembargo do Paço, **que se compre da Fazenda de Tatuí o quarto de légua necessário para a demarcação do rocio da Freguesia**.

07/04/1826 – Em reunião do **Conselho da Presidência** se **lê o despacho do Imperador** sobre a compra do terreno em Tatuí. **Brigadeiro Jordão informa que não é necessário que lhe indenizem**, contanto que os moradores arquem com o custo do valamento das divisas (demarcação com valetas grandes); e que os intrusos que moram em sua fazenda se mudem para dentro desta área.

11/08/1826 – **A divisa do rocio da freguesia de Tatuí é demarcada** pela Câmara da vila de Itapetininga. É formado por 1/4 de légua em quadra.

12/08/1826 – **São demarcadas quatro ruas** pela Câmara da vila de Itapetininga. Três paralelas e uma travessa, **com a capelinha da Matriz de Nsa. Sra. da Conceição ao meio**.

1828 – **Algumas famílias de imigrantes alemães** recém-chegados ao Brasil **se estabelecem dentro do território de Tatuí**, em terras provisionadas pelo Capitão Jerônimo Fiuza. Estes alemães futuramente dariam início ao núcleo da Freguesia de S. João do Guareí.

07/12/1829 – O **Padre Manoel Teixeira de Almeida faz vistoria** e aprova a utilização **do novo prédio da Igreja Matriz de Nsa. Sra. da Conceição**.

12/1830 – Quatro escravizados de duas senzalas morrem assassinados ou em condições suspeitas de extenuação física: dia 03, Carolina, 22 anos, escravizada do Padre Tristão Ferreira de Faria, morta a golpes de facas; dia, 04 Benedita, 20 anos, escravizada de Nhá Chica Brava, faleceu *"repentinamente"*; dia 10, Domingos, 20 anos, também de Nhá Chica, espancado; dia 15, Francisco, 18 anos, escravizado do Padre Tristão, *"repentinamente afogado"*.

BIBLIOGRAFIA, IMAGENS E DEMAIS FONTES

Ordenado por primeira aparição.

CAPA

1. DIAS, Marcel Wagner Defensor (req.). **Tatu sujo de terra com bandeirantes ao fundo**. Tatuí, 4 nov. 2025. 1 imagem gerada por inteligência artificial (ChatGPT, OpenAI).

O MOTIVO DESTA OBRA EXISTIR

2. OLIVEIRA, José Rubens Fidêncio de. *Fotografias de entrevista com Onofre Soares, realizada por Marcel Wagner Defensor Dias, no município de Quadra/SP*. Quadra, SP, 28 abr. 2007.

3. NOGUEIRA, José Luiz. **Genealogia de uma cidade** – Volume I – Itapetininga. Itapetininga, SP: Gráfica Regional, 2005.

INTRODUÇÃO – A PRÉ-HISTÓRIA DE TATUÍ

4. *Parte do Gouerno de Sam Paullo e Parte dos Dominios da Coroa de Espanha*. [manuscrito/cartográfico]. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Tombo 325.602. Disponível em: https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/parte-do-governo-de-s-paullo-e-parte-dos-dominios-da-coroa-de-castella-e-parte-do-gouerno-de-sam-paullo-e-parte-dos-dominios-da-coroa-de-espanha-2/.

5. MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 300 p. Disponível em: http://www.etnolinguistica.org/biblio:monteiro-1994-negros.

6. PRADO, Celso; PRADO, Junko Sato. **Razias** – Incursões predatórias em territórios indígenas do Vale do Paranapanema. Edição revisada e ampliada. Santa Cruz do Rio Prado: [s.n.], 2018.

7. TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **História Geral das Bandeiras Paulistas**: 1641-1651. São Paulo: Typ. Ideal, 1929. 366 p. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Hist%C3%B3ria_Geral_das_Bandeiras_Paulistas_-_tomo_3-_1927.pdf.

8. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Sítio Cachoeirinha e Sítio Boituva I*. Cadastros SP-3554003-BA-ST-00001 e SP-3507001-BA-ST-00003. Brasília: IPHAN, 2007. Disponíveis em: https://sicg.iphan.gov.br/sicg/relatorio/bem/visualizar/47925 e https://sicg.iphan.gov.br/sicg/relatorio/bem/visualizar/47896 .

CAP. I – AS SESMARIAS DE CRIAÇÃO DE GADO EM TATUÍ (1709 a 1803)

9. *Mapa de demarcação de terras entre a Serra de Botucatu e o Rio Paranapanema*. [cartográfico]. [S.l.: s.n.], [entre 1724 e 1731]. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Tombo 301.507. Disponível em: https://redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301597.

10. *Autto de Midição e de marcação da Sismaria de Nominado Paiol*. [manuscrito]. Itapetininga, 29 jul. 1839. 1º Cartório Cível do Fórum de Itapetininga. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caixa 13, Ordem 146.

11. DEPARTAMENTO DE MUSEUS E ARQUIVOS. DIVISÃO DE ARQUIVO DO ESTADO. **Repertório das Sesmarias**. Ed. fac-similar. São Paulo: Divisão de Arquivo do Estado, 1994. v. 1, f. 269. 538 p. Disponível em: https://play.google.com/books/reader?id=g5ZEAAAAYAAJ&pg=GBS.PP1&hl=pt.

12. SILVA, Joaquim Antônio Gomes da. Excavações ou Apontamentos Históricos da Cidade de Pitanguy. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. VII, n. 3, 1902. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1237.pdf.

13. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Catálogo de Registros de Terras*. São Paulo: [s.n.], [entre 1854 e 1873]. Grupo 5G4, itens 5.4.10, 5.4.11, 5.4.153 e 5.4.154.

14. ARCHIVO DO ESTADO DE S. PAULO. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**: Yguatemy. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de São Paulo, 1894. v. 7. 187 p. Disponível em: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bitstreams/ce6bd85e-deb1-42c0-8785-ae9a93ead3a7/download.

15. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Maços de População**: Itapetininga, Itu, Porto Feliz, Sorocaba. São Paulo: [s.n.], [s.d.].

16. *Mappa Geral dos Conventos e Hospicios de Religiozos que ha nesta Capitania de S. Paulo Com o numero dos Escravos que possuem*. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate – São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618–1823), Cx. 44, Doc. 3507, Biblioteca Nacional Digital. Rio de Janeiro, 1798. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=023-1_SP_MG&pagfis=23609.

17. REQUERIMENTO de Antônio Bicudo de Barros, morador da vila de Itu, ao rei [D. José I], solicitando carta de confirmação de Sesmaria na testada de uma campina do distrito da vila de Sorocaba. Arquivo Histórico Ultramarino, Projeto Resgate – São Paulo Avulsos (1644–1830), Cx. 5, Doc. 321, Biblioteca Nacional Digital. Rio de Janeiro, 1798. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=023-1_SP_MG&pagfis=23609.

18. DIREÇÃO-GERAL DO LIVRO, DOS ARQUIVOS E DAS BIBLIOTECAS. **An. Bicudo de Barros – Concessão de Sesmaria nas Pederneiras Pretas**. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mercês de D. José: livro 19. Lisboa. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/620544f9fbca4496b5dbca8ae1a23478?isRepresentation=false&selectedFile=1901563&fileType=IMAGE.

19. *Inventário de José Gonçalves Barros*. 1º Ofício da Comarca de Itu, Cx. 10. USP Museu Republicano de Itu, 1799.

CAP. II – AS SESMARIAS DOS TROPEIROS (1747 a 1784)

20. BAPTISTA, João. *Demonstração do Caminho que vai de Viamão the a cidade de S. Paulo*. [cartográfico]. [S.l.: s.n.], 1767. Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro. Tombo 301.593. Disponível em: https://redememoria.bn.gov.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301593.

21. ALMEIDA, Aluísio de. Memória histórica sobre Sorocaba (III). **Revista de História**, São Paulo, v. 31, n. 63, p. 113–131, 1965. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/pt_BR/article/view/123658.

22. NOGUEIRA, Oracy. **Família e Comunidade**: Um Estudo Sociológico de Itapetininga/São Paulo. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1962. (Coleção O Brasil Provinciano).

23. ARCHIVO DO ESTADO DE S. PAULO. **Publicação Official de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**: Correspondencia do capitão-general Dom Luiz Antonio de Souza 1767–1770. São Paulo: Typographia da Companhia Industrial de S. Paulo, 1896. v. 19. 445 p. Disponível em: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bitstreams/bf3e36cc-f939-4c6c-8fbb-53509166b1f0/download.

24. DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**: Officios do Capitão General D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão aos diversos funccionarios da Capitania. São Paulo: Typographia do Globo, 1939. v. 64. 339 p. Disponível em: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bitstreams/c4e22e02-196f-4470-935b-3fd19cf9c168/download.

25. ANDRADE FILHO, Sílvio Vieira de. **Itapetininga**. Sorocaba: Gráfica Manchester, 2006. 128 p.

26. DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**: Ofícios do Capitão General D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão (Morgado de Matheus) 1765–1766. São Paulo: Gráfica João Bentivegna, 1952. v. 72. 247 p. Disponível em: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/e1e94540-ed24-4d88-98dc-88896385adb6.

27. DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**: Ofícios do General Martim Lopes Lobo de Saldanha (Governador da Capitania) 1782–1786. São Paulo: Indústria Gráfica Siqueira, 1961. v. 84. 219 p. Disponível em: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/2b42492b-675d-4853-9431-593f78f5dd43.

28. ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Publicação Official de Documentos Interessantes para a Historia e Costumes de S. Paulo**: Correspondencia do Capitão-General D. Luiz Antonio de Souza 1770–1771. São Paulo: Typographia Andrade & Mello, 1901. v. 34. 508 p. Disponível em: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bitstreams/43ec5537-228d-4ba4-bc3f-e7d9b7d98df2/download.

29. ARCHIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Publicação Official de Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo**: Correspondencia recebida e expedida pelo General Bernardo José de Lorena, Governador da Capitania de S. Paulo durante o seu Governo 1788–1797. São Paulo: Duprat & Comp., 1924. v. 45. 497 p. Disponível em: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/bitstreams/fb5cb0fa-293c-4aab-b4de-fcb1afe3aace/download.

CAP. III – OS PRIMEIROS AGRICULTORES DE TATUÍ (1803 a 1818)

30. *Modello do modo de trajar dos Cabôclos da Capp.na de S. Paulo*. [gravura]. [S.l.: s.n.], 1820. Disponível em: https://veredastempo.blogspot.com/2021/01/gravura-mode-de-trajar-dos-caboclos-da.html?spref=pi.

31. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções e Capítulos de expansão paulista**. Organização: Laura de Mello e Souza; André Sekkel Cerqueira. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Mon%C3%A7%C3%B5es_e_Cap%C3%ADtulos_de_expans%C3%A3o_paul.html?id=l5EZBgAAQBAJ&redir_esc=y.

32. DIAS, Marcel Wagner Defensor. A antiga Tatuí e a sesmaria sobre a margem do Rio Sorocaba. **Revista da ASBRAP**, Belo Horizonte, n. 31, 2024. Disponível em: https://www.asbrap.org.br/revista/artigos/rev31_12_antiga_tatui_sesmaria_margem_rio_sorocaba.pdf.

33. *Tombamento de bens rústicos da Cap. de S. Paulo. Itapetininga, Porto Feliz e Sorocaba*. [manuscrito]. 1818. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo. C9868 e C9869; 1.1.707, 1.1.711 e 1.1.712.

34. FAMILYSEARCH. *Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica São Paulo, 1640–2012*. Disponível em: https://www.familysearch.org/search/image/index?owc=https%3A%2F%2Fsg30po.familysearch.org%2Fplatform%2Frecords%2Fcollections%2F2177299%2Fwaypoints.

35. DUTRA, Miguelzinho. *Incêndio na Mata*. Itu, 1847. Museu Republicano de Itu. Identificador MR369. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Inc%C3%AAndio_na_mata,_Museu_Republicano_Conven%C3%A7%C3%A3o_de_Itu_(MR369).jpg.

36. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Conjunto Fábrica de Ferro São João de Ipanema*. Localização: CO0245; CO0246; CO0247. F18, F21 e F28; F08, F09, F10 e F12; F11, F13, F15, F21, F28, F29, F30 e F34.

CAP. IV – AS SESMARIAS E O CRESCIMENTO DE TATUÍ (1819 a 1821)

37. *Dossiê para Análise de Confirmação de Sesmaria de Mateus da Silva Bueno no Ribeirão das Pederneiras Pretas*. Sistema de Informações do Arquivo Nacional, Fundo Sesmarias, BR_RJANRIO_BI.0.S18.177. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=296228&v_aba=1.

38. CAMPOS, Daniel Carlos de; OLIVEIRA, Elton Soares de; FERREIRA, José Abílio. **Revelando a História do São João e Região**: Nossa Cidade, Nossos Bairros! Guarulhos: Editora Noovha América, 2011. 128 p. (Projeto Saberes Locais). Disponível em: https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/500/inline/.

39. *Dossiê para Análise de Confirmação de Sesmaria de João Antônio de Sampaio no Rio Sorocaba*. Sistema de Informações do Arquivo Nacional, Fundo Sesmarias, BR_RJANRIO_BI.0.S18.114. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=296165&v_aba=1.

40. *Livro de Registro de Patentes e Sesmarias*. [manuscrito]. 1817–1821. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo. Livro nº 41. CO376a. 1.4.34. Fundo Secretaria de Governo da Capitania de S. Paulo.

41. *Medição do Ajud.e Antonio Bernardo e outros*. [manuscrito]. Itapetininga, 09 set. 1821. 1º Cartório Cível do Fórum de Itapetininga. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caixa 13, Ordem 146.

42. *Medição do Tenente Jozé do Amaral Gurgel; e outros*. [manuscrito]. Itapetininga, 09 set. 1821. 1º Cartório Cível do Fórum de Itapetininga. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caixa 13, Ordem 146.

43. *Medição e Demarcação Sesmaria de Manuel Garcia Leal e o Tenente Antonio Garcia Leal e outros*. 1821. Cx. 014. Primeiro Ofício da Comarca de Porto Feliz. Museu Republicano de Itu.

44. *Medição e Demarcação Sesmaria de Antônio Rodrigues da Costa e outros*. 1821. Cx. 014. Primeiro Ofício da Comarca de Porto Feliz. Museu Republicano de Itu.

45. *Autos Civis de Medição e demarcação de therras de matos (...) Antonio Rodrigues da Costa, Noberto Pires da Veiga, Jacinto Joze da Roxa, Paulo Maria, Jozé Mendes, Ignacio Mendes, Felis Mendes, e Joaquim Rodrigues Leite*. [manuscrito]. Itapetininga, 28 abr. 1823. 1º Cartório Cível do Fórum de Itapetininga. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caixa 13, Ordem 146.

CAP. V – A HISTÓRIA CONTURBADA DA CRIAÇÃO DA FREGUESIA DE TATUÍ (1820 a 1822)

46. *Retrato do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar*. [pintura]. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Obra apresentada em leilão da D'Argent Leilões, Campinas, 2019. Disponível em: https://www.dargentleiloes.net.br/peca.asp?Id=5106675.

47. ALMEIDA, Aluísio de. **Sorocaba** – 3 séculos de história. Sorocaba: Ottoni Editora, 2002.

48. *Aproveitamento dos serviços do químico e naturalista João Manso Pereira, por ordem de D. Maria I*. [manuscrito]. Queluz, Portugal, 9 nov. 1798. Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate – São Paulo Alfredo Mendes Gouveia (1618–1823). Cx. 46, Doc. 3601. Biblioteca Nacional Digital, Rio de Janeiro. Disponível em: https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=023-1_SP_MG&Pagfis=24750.

49. SANTOS, Karina Oliveira Morais dos. Mão de obra na Fábrica de Ferro de São João de Ipanema: um catálogo de documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo (1810–1842). **Revista de Fontes**, Guarulhos, v. 4, n. 6, 15 jun. 2017. Disponível em: https://200.144.93.246/index.php/fontes/article/view/9156/6688.

50. REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRAZIL E ALGARVES. Decisões. In: BRASIL. **Collecção das Leis do Brazil de 1817**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1890. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstreams/4145671e-3efd-4604-ac2d-33f36abaddf8/download.

51. JOÃO VI, Dom. *Regto. de uma Provizão (...) excuzando o Requerim.to dos moradores da Fabrica de Ferro, deve ser conservada a Paroquia no lugar*. [manuscrito]. Rio de Janeiro, 26 jan. 1820. Registro das Provisões e Alvarás Regios referentes á creação do Bispado de São Paulo, e ordens dos Ex.mos Bispos Diocesanos 1746–1842, p. 124v. Cúria Metropolitana de São Paulo.

52. *Colação do Pe. Gaspar Antônio Malheiros como Vigário da Paróquia de S. João do Bemfica de Ypanêma*. [manuscrito]. São Paulo, 29 maio 1820. Registro de Provisões e de Outros Papéis 1818–1827, p. 33v. Cúria Metropolitana de São Paulo.

53. DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**: Ofícios do General Martim Lopes Lobo de Saldanha (Governador da Capitania) 1777–1780. São Paulo: Empresa Gráfica Editôra Guia Fiscal José Ortiz Junior, 1955. v. 80. 189 p. Disponível em: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/226feb4d-fbc6-439f-ad4d-ac718750c5ca.

54. DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo**: Ofícios, Bandos e Portarias dos Senhores Governadores Interinos da Capitania de São Paulo Anos 1817 a 1819. São Paulo: Gráfica Urupês, 1963. v. 88. 277 p. Disponível em: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/ece2d16e-7889-4061-be5e-f17704870afd.

55. MINHOTO, Laurindo Dias. Tatuhy Através da História. **Revista do IHGSP**, São Paulo, v. XXV, p. 613, 1928. Disponível em: http://ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Vol-25.pdf.

56. *Provisão de Licença de Translado da Paróquia de S. João do Bemfica*. [manuscrito]. São Paulo, 3 maio 1821. Registro de Provisões e de Outros Papéis 1818–1827, p. 27v. Cúria Metropolitana de São Paulo.

57. WIEGANDT, Bernhard. Retrato de Frederico Guilherme Warnhagen. 1929. Óleo sobre tela, 69,6 cm × 59 cm. Museu Paulista da USP (Museu do Ipiranga), São Paulo. Nº de inventário 1-19396-0000-0000. Fotografia: José Rosael/Hélio Nobre/Museu Paulista da USP. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Wiegandt,_Bernhard_-_Retrato_de_Frederico_Guilherme_Warnhagen,_Acervo_do_Museu_Paulista_da_USP.jpg.

58. RODRIGUES, João Lourenço. Apontamentos para a História da Fábrica de Ferro do Ipanema. **Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo**, São Paulo, v. 10 (Nova Fase). São Paulo: J. Bignardi e CIA Ltda., 1953.

59. *Cópia do Alvará de criação da Freguesia de Tatuu*. Príncipe Regente D. Pedro de Alcantara, Rio de Janeiro, 05 mar. 1822. Cúria Metropolitana de S. Paulo. Registro de Provisões e Alvarás Régios Referentes à Creação do Bispado de S. Paulo 1746–1842.

CAP. VI – COMO ERA A SOCIEDADE TATUIANA (1822)

60. MARQUES, Manoel Eufrazio de Azevedo. **Apontamentos Historicos, Geographicos, Biographicos, Estatisticos e Noticiosos da Provincia de S. Paulo**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Eduardo & Henrique Laemmert, 1879. v. 2. Disponíveis em: https://bibliotecadigital.seade.gov.br/publications/qA1_pgD0lV/apontamentos-historicos-geograficos-biograficos-estatisticos-e-noticiosos-da-provincia-de-sao-paulo-TBGo e https://bibliotecadigital.seade.gov.br/publications/18T4t8gsTX/apontamentos-historicos-geograficos-biograficos-estatisticos-e-noticiosos-da-provincia-de-sao-paulo-6yZ8.

61. DEBRET, Jean-Baptiste. *Indumentária de tropeiros, paulista negociante de cavalos e negros. Estudos*. [gravura]. [S.l.], [entre 1820 e 1830]. Museus Castro Maya. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/273/27365965012/html/.

62. *Inventário do Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão*. [processo]. 1828. Foro Central João Mendes Júnior – 1º Ofício de Família. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Nº 229, Pacote 230.

63. ARQUIVO NACIONAL. *Juntas Provisórias de Governo [das províncias]*. Disponível em: https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/57-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-colonial/187-as-juntas-provisorias-de-governo.

64. BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. *De alteza real a imperador: o Governo do Príncipe D. Pedro, de abril de 1821 a outubro de 1822*. São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10072007-110514/publico/TESE_VERA_LUCIA_NAGIB_BITTENCOURT.pdf.

65. **Gazeta do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 58, 18 jul. 1812. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749664&pagfis=2131.

66. DORIA, Escragnolle. Tobias de Aguiar. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, ano XXXVII, n. 17, 4 abr. 1936. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_03&pagfis=14783.

CAP. VII – DA INSTALAÇÃO DA FREGUESIA DE TATUÍ À CRIAÇÃO DO ROCIO (1822 a 1826)

67. *Imagem inédita do Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão (1781–1827)*. [fotografia de pintura a óleo de autor desconhecido, 1825]. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: http://www.camposdojordaocultura.com.br/fotografias-semana_det2.asp?idfoto=54.

68. IMPÉRIO DO BRAZIL. Decisões. In: BRASIL. **Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brazil de 1826**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/items/df6a77f1-5f16-412e-b4da-74e94b0400cb.

69. 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTOS DE ITAPETININGA. *Livro 10 (abrange o ano de 1826)*. [manuscrito]. Itapetininga, 1826.

CAP. VIII – TATUÍ AO FINAL DA DÉCADA (1827 a 1830)

70. WILKES, R. A historical and iconographic analysis of Charles Landseer's Brazilian paintings. **MODOS: Revista de História da Arte**, Campinas, SP, v. 7, n. 3, p. 22–52, set. 2023. DOI: 10.20396/modos.v7i3.8673148. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8673148.

71. EARLE, Augustus. *Mercado de escravos no Rio de Janeiro*. [gravura]. Gravada por Edward Finden. Londres: Longman & Co.; J. Murray, 1824. In: *Journal of a voyage to Brazil: and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*. Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin. Disponível em: https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/24144/mercado-de-escravos-no-rio-de-janeiro.

72. ALMEIDA, Fernando Antônio Batista de. *A origem da capela Santa Cruz e da vila de Passa Três*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <m**********r@gmail.com> em 20 jul. 2018.

73. ZENHA, Edmundo. A colônia alemã de Santo Amaro. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, ano XVI, v. CXXXII, mar. 1950. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1P91Jz0W9IA41ar0EihSJVPyCcV610bma/view.

74. ALMEIDA, Pe. Manoel Teixeira de. *Auto de Vistoria Matriz de Nsa. Sra. da Conceição de Tatuy*. [manuscrito]. Tatuí, 7 dez. 1829. Auto de Ereções e Patrimônios de Capelas IV, p. 260. Cúria Metropolitana de São Paulo. Notação 1-2-7.

75. MORAES, João Baptista de. **Revolução Liberal de 1842**: memória acompanhada de documentos e autógrafos lida no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. São Paulo: Typographia do Diario Official, 1908. Disponível em: https://www.familysearch.org/library/books/records/item/475250-revolucao-de-1842-memoria-acompanhada-de-documentos-e-autographos-lida-no-instituto-historico-e-geographico-de-sao-paulo?offset=457190.

76. ALMEIDA, Aluísio de. **A Revolução Liberal de 1842**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944. (Coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Octavio Tarquínio de Souza).

77. SÃO PAULO (Estado). *Decreto, 1844 (Elevação de freguesia a vila: Itapetininga, Tatuí)*. [documento legislativo]. 1844. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Identificador 16511. Caixa 547. Página 2. Código 39. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=16511.

78. SÃO PAULO (Estado). *Decreto, 1860 (Elevação de vila a cidade: Itapeva da Faxina, Bela da Princesa, Tatuí)*. [documento legislativo]. 1860. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Identificador 17413. Caixa 561. Página 1. Código 39. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/documento-historico/?idDocumento=17413.

79. PEARSE, Arno S. **Brazilian Cotton**. Manchester: International Federation of Master Cotton Spinners' & Manufacturers' Associations, 1923. Disponível em: https://www.biodiversitylibrary.org/item/70507#page/1/mode/1up.

A HISTÓRIA DA HISTÓRIA DE TATUÍ

80. *Primeiro Livro do Tombo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Tatuí*. [manuscrito]. Tatuí, 1833. Cúria Diocesana de Itapetininga.

81. MULLER, Daniel Pedro. **Ensaio d'um quadro estatistico da Provincia de S. Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837**. S. Paulo: Na Typographia de Costa Silveira, 1838. Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7101.

82. SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. **Diccionario geographico, historico e descriptivo do Imperio do Brazil**. Revisão de Caetano Lopes de Moura. Paris: Typographia de Fain e Thunot, 1845. 2 tomos. Disponível em: https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/a4965476-de3a-466f-bd12-d1127025eb09/full.

83. MACEDO, J. M. de. Relatório do Primeiro Secretário Interino. **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil**, Rio de Janeiro, tomo XV (2ª série), 2. ed., 1888 (publicado originalmente em 1852). Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C., 1888. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=893676&pagfis=7654 .

84. SÃO PAULO (Estado). Comissão Central de Estatística. **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de São Paulo – 1888**. São Paulo: Leroy King Bookwalter; Typographia King, 1888. 578 p. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000527&m=397&n=00055.

85. COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DE SÃO PAULO. *Folha Tatuhy*. [cartográfico]. 1942. Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo. Disponível em: https://www.igoreliezer.com/laranjal/wiki/index.php?title=Arquivo:Folha_Tatuhy_CGG_1942.jpg.

86. *Construção do Barão 1924–1934*. [acervo fotográfico]. Colégio Objetivo de Tatuí.

87. FONSECA, Antonio Carlos da; FONTES JUNIOR, Abilio. **Senado de S. Paulo: 1891–1930**. [S.l.: s.n.], 1930. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=20511.

88. PORTO, Affonso Guimarães. **Almanach Tatuhyense: historico, litterario, commercial e recreativo para o anno de 1900**. S. Paulo: Typographia Andrade Mello & Comp., 1900. Reeditado em 1997 por Renato Ferreira de Camargo.

89. **Cidade de Tatuhy**, Tatuí, ano VIII, n. 446, 11 ago. 1907. [periódico]. Colégio Objetivo de Tatuí.

90. **Correio Paulistano**, n. 22.650, 13 ago. 1926. [periódico]. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_07&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=22349.

91. BLAEU, Willem Janszoon. *Americae Nova Tabula*. [mapa]. Amsterdã, ca. 1618. Antiquarius. Identificação S48883. Disponível em: https://www.antiquarius.it/en/america/3174-americae-nova-tabula.html.

92. ALMEIDA, Luiz Castanho de. Achegas à História de Sorocaba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. XXXVI, p. 82–173, 1939. Disponível em: http://ihgsp.org.br/revista-ihgsp-vol-36.

93. ALMEIDA, Aluísio de. Memória histórica sobre Sorocaba (V). **Revista de História**, São Paulo, v. 35, n. 71, p. 167–178, 1967. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/es/article/view/126550.

94. ALMEIDA, Aluísio de. Memória histórica sobre Sorocaba (II). **Revista de História**, São Paulo, v. 30, n. 61, p. 75–92, 1965. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123305.

95. ALMEIDA, Luiz Castanho de. Bandeirantes no Ocidente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. XL, p. 343–381, 1941. Disponível em: http://ihgsp.org.br/revista-ihgsp-vol-40.

96. TATUÍ (Município). Prefeitura Municipal. Lei n. 88, de 11 de agosto de 1926. **Diário Oficial**, Tatuí, 1926.

97. TATUÍ (Município). Câmara Municipal. Lei n. 451, de 11 de agosto de 1959. **Diário Oficial**, Tatuí, 11 ago. 1959. Disponível em: https://www.legislacaodigital.com.br/Tatui-SP/LeisOrdinarias/451/Arquivos/1.

98. TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. Heráldica Municipal Brasileira. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, tomo VII, 1936.

SOBRE O AUTOR

99. HENNING, Herbert (rep.). Samba de Quadra. **Programa Paratodos**. Rio de Janeiro: TV Brasil, 24 out. 2009. 1 vídeo (3 min 47 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=tGSbqfvprAA.

100. FERRAZ, Luiz; MELLO, Gustavo (dir.). **Samba de Quadra: o samba que veio do mato**. São Paulo: Bossa Nova Films; Olé Produções; Varal Produções, 2008. 1 vídeo (19 min 4 s). Disponível em: https://oleproducoes.com.br/projetos/samba-de-quadra.

101. DIAS, Marcel Wagner Defensor. **História de Quadra**. Quadra, 2008. Disponível em: https://historiadequadra.blogspot.com.

102. DIAS, Marcel Wagner Defensor (dir.). **A história da região de Tatuhy: a Estrada e o Cedro**. Cesário Lange: Oficina de Documentário Narrativas Documentais, abr. 2019. 1 vídeo (3 min 46 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0cntATksMr8.

CONTRACAPA

103. PAROCHIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE TATUHY. **Festas religiosas por occasião do Centenário de Tatuhy: agosto – programma – 1926**. Tatuí, 6 ago. 1926. 1 folha impressa. Cúria Metropolitana de São Paulo, pasta da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Tatuí.

104. MIRANDA, Braz. **Fábrica de Ferro de S. João do Ipanema**. [Iperó, s.d.]. 1 fotografia.

105. DIAS, Marcel Wagner Defensor. *Capela de S. João do Bemfica*. [Tatuí, 8 jul. 2018]. 1 fotografia.

AGRADECIMENTOS

Se, por um lado, eu persisti, insisti e realizei esta obra, por outro lado tive quem me apoiasse, quem me escutasse e – principalmente – tivesse boa vontade e paciência com minhas infinitas demandas.

Todo o agradecimento será pouco.

Aline Caresia;
1º Tabelião de Notas e Protesto de Itapetininga;
Ana Maria Miranda, genealogista;
Arquivo da Cúria Metropolitana de S. Paulo;
Arquivo do Estado de S. Paulo;
Arquivo Histórico e Cultural Dr. Paulo Fraletti, de Pereiras;
ASBRAP - Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia;
Biblioteca Municipal Brigadeiro Jordão, de Tatuí;
Biblioteca Municipal Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, de Itapetininga;
Centros do FamilySearch da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias de Itapetininga e de Sorocaba;
Colégio Objetivo de Tatuí;
Coordenadoria de Gestão e de Armazenamento do TJSP;
Cúria Diocesana de Itapetininga;
Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba;
José Rubens Fidêncio de Oliveira, genealogista;
José Luiz Nogueira, historiador;
Maria Aparecida Morais Lisboa, historiadora e professora;
Museu Republicano de Itu;
Renato Ferreira de Camargo (*in memoriam*);
Rodnei Brunete da Cruz, genealogista;
Tribunal de Justiça do Estado de S. Paulo – Comarca de Itapetininga – Primeira Vara Cível.

SOBRE O AUTOR

Marcel Defensor é genealogista e historiador profissional. Possui licenciatura em História, além de bacharelado e pós-graduações em Administração de Empresas. Faz parte do quadro de filiados da ASBRAP - Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia.

Natural de S. Paulo, ainda criança se mudou com seus pais para o Distrito de Quadra – antes deste se tornar um município, emancipado de Tatuí. Começou a se interessar por genealogia em meados da década de 2000. Em 2007 iniciou sua pesquisa sobre a história quadrense, coletando documentos e realizando dezenas de entrevistas entre as pessoas de idade mais avançada da região.

Uma das reportagens da *"Grande Imprensa"* sobre o grupo *"Os Filhos de Quadra"*, de João do Ditão – ao fundo do quadro. Em outras datas vieram o Estado de S. Paulo e a Tv Tem de Itapetininga; em S. Paulo, a Rede Globo. Programa Paratodos. Rio de Janeiro: **TV Brasil**, 24/10/2009. Samba de Quadra. Repórter Herbert Henning.

Neste ano e em 2008 participou como pesquisador no curta metragem *"Samba de Quadra – o samba que veio do mato"*, dos cineastas Gustavo Melo e Luiz Ferraz (*in memoriam*). O filme foi lançado em 2009 e retrata o samba caipira que antigamente existiu e ainda resistia através dos esforços de João do Ditão, em Quadra.

Entre 2008 e 2010 publicou parte do resultado de suas pesquisas historiográficas em seu blog pessoal História de Quadra.

Em 2018 retomou às atividades como genealogista com suas pesquisas históricas, desta vez abrangendo toda a região tatuiana.

Em 04/2019 lançou um minidocumentário chamado *"A História da Região de Tatuhy - A Estrada e o Cedro"* sobre uma estrada de terra antiquíssima em Quadra.

Após juntar centenas de fontes, começou a rascunhar um livro documental e de demografia histórica sobre a Antiga Tatuí. Em 2024 um recorte deste trabalho foi publicado como de artigo científico na Revista da ASBRAP nº 31, sob o título *"A antiga Tatuí e a sesmaria sobre a margem do Rio Sorocaba"*.

Uma das muitas visitas ao Arquivo do Estado de S. Paulo. 02/07/2024.

Em 2024 iniciou a conversão deste trabalho extremamente técnico para uma linguagem mais palatável, que pudesse servir de porta de entrada a quem quisesse entender um pouco sobre a história da região de Tatuí. Como resultado, em 2026 é lançado de forma digital e gratuita o livro *"No Tempo d'Antes – os 121 anos que Tatuí esqueceu"*.

Os trabalhos referenciados nesta seção estão detalhados em *"Bibliografia, Imagens e demais fontes"*.

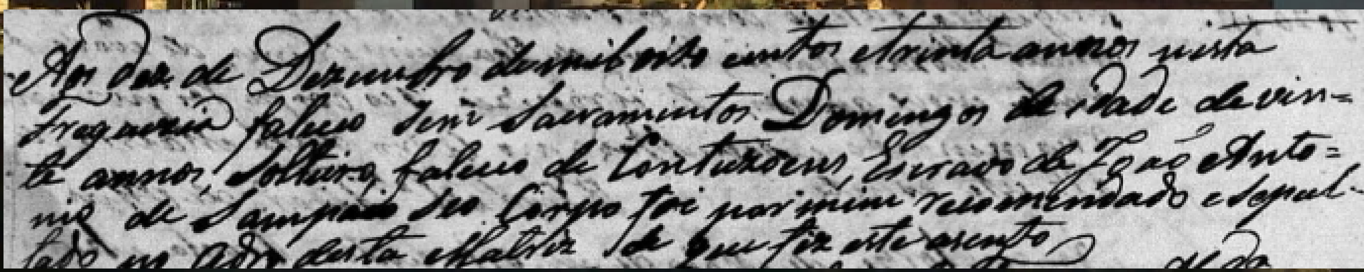
TAS RELIGIOSAS POR OCCASIÃO
DO
TENARIO DE TATUHY
- Programma - 1926
No dia 7 de Agosto
da tarde, todas as associações catholicas com os seus estandartes e distinctivos e as
, bem como todas as Exmas. familias e cavalheiros catholicos da parochia
festivamente no largo do Grupo Escolar o Exmo. Sr. Bispo Diocesano,
haver recebido a saudação carinhosa do povo, dirigir-se-á a Egreja Matri
tirá do throno a resa e a bençam do Santissimo Sacramento que ser
esente do prestigioso industrial Sr. Thomaz Guedes, dirigindo-se a reside
otes estarão a disposição dos fieis para as confissões até ás 10 horas da noi
Dia 8 de Agosto
horas da manhã tres sacerdotes estarão a disposição dos fieis para as co
á a Santa Missa e administrará a Santa Communhão a todos os fieis q
mmunhão Geral. A uma hora da tarde, o Exmo. Snr. Bispo benzerá a
eguida, em bella e enthusiastica procissão formada por todas as associaçõ
. Excia. sob o bello Pallium, offertado pela Exma. Snra. D. Maria Ormind
agem de Christo, a salla do Forum, onde terão ingresso, o clero, as auc
será por S. Excia. Rvdma., entregue ao Dignissimo Juiz de Direito e h
npolgante.
as cerimonias, em procissão S. Excia. regressará a Matriz onde abençoará
da noite, S. Excia. assistirá do throno, a resa e a bençam do Santissimo S
Dia 9 de Agosto
o celebrará a Santa Missa ás 8 horas e distribuirá a Santa Communhão
, S. Excia. em automovel irá visitar a Matriz de Cesario Lange, regressand
Dia 10 de Agosto
celebrará a santa missa ás 8 horas, administrando a santa
. da tarde, o Snr. Bispo administrará o Santo Chrisma
dos desde cedo na Matriz, com o Sr. Padre Secretario.
Dia 11 de Agosto
orioso para Tatuhy, os fieis devem se approximar da Sa
hor, as graças derramadas sobre Tatuhy até o dia d
mente, ao som de innumeras bandas musicaes e foguete
a pontifical a qual será assistida pelo Exmo. Snr. Pr
s adrede convidadas, associações da parochia e o povo
oral e instrumental estarão a cargo do Maestro Sizenando
s da noite. será cantado solenne Te Deum em acção
cesano e far-se-ha ouvir discorrendo sobre o Centenario
seguida será dada a bençam com o Santissimo Sacra
Dia 12 de Agosto
o celebrará as 9 horas na Capella de São João do Be
dministradas a Santa Communhão aos fieis.
s da tarde, sahirá a rua, grandiosa procissão, leva
e Tatuhy. A essa procissão do Centenario, devem co
estandartes e distinctos, anjos, virgens e tudo quanto
da procissão haverá sermão allusivo e será dada a bença
o Snr. Bispo regressará a Sede da Diocese.
Tatuhy, 6 de Agosto de 1926
O
Padre Joaq
Membro da Commiss

DOWNLOAD DO LIVRO -ARCHIVE . ORG

Marcel Defensor

Marcel Defensor

NO TEMPO D'ANTES - os 121 anos que Tatuí esqueceu

No ano de seu bicentenário, esta obra se dedica a cobrir um período da história do município paulista de Tatuí que não foi devidamente estudado: os anos entre 1709 e 1830. A historiografia conhecida apresenta pouquíssimas referências, no que esta obra surge com o estudo de fontes nunca antes tratadas e traz correções importantes sobre o que estava consolidado. Novos personagens surgem na narrativa e o processo de povoamento de Tatuí é finalmente desvendado - sob a ótica dos relacionamentos sociais.

ISBN: 978-65-01-98538-1
CBL
9 786501 985381